



**FABIO
CARBONE**

**Turismo, Património e Sustentabilidade.
Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos.**



**Fabio
Carbone**

**Turismo, Património e Sustentabilidade.
Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos.**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Costa, Professor Associado do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

*Al mio Papá, Egilio, alla mia Mamma, Eugenia e ai miei fratelli Erika e
Alessandro;*

Agli amici che ho lasciato in Italia, e àqueles que encontrei em Portugal;

*E, acima de tudo, ao meu Anjo,
À minha mulher,
À minha Inezinha.*

O júri

Presidente

Doutor Joaquim da Costa Leite

Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro

Vogais

Doutor Francisco Martins Ramos

Professor Catedrático da Universidade de Évora (Arguente)

Doutor Carlos Manuel Martins da Costa

Professor Associado com Agregação da Universidade de Aveiro (Orientador)

agradecimentos

Serve o presente trabalho de contributo para o desenvolvimento de uma forma nova de planear, desenvolver e gerir o turismo do património, nomeadamente arqueológico, conferindo-lhe o papel de instrumento imprescindível no processo de desenvolvimento sustentável a nível local. Acima de tudo estas páginas reflectem o meu crescimento humano e profissional ocorrido nos últimos dois anos. São muitas as pessoas que exercitaram um papel significativo neste processo, directamente ou indirectamente ligadas à realização da presente investigação. As que passo a descrever, são aquelas que mais me marcaram e a quem, por isto, serei sempre muito grato.

Ao Professor Doutor Carlos Manuel Martins da Costa, pela oportunidade única de crescimento que a frequência deste mestrado me proporcionou; agradeço-lhe não só a sua orientação científica, mas também a confiança em mim, a simpatia e o apoio nos momentos menos fáceis da vida e do trabalho; à Professora Doutora Ana Maria Ferreira Leite, Professora adjunta da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, pela co-orientação e amabilidade; ao Professor Francisco Martins Ramos, pela disponibilidade demonstrada e pelas preciosas sugestões; ao Professor Doutor José D'Encarnação, Director do Departamento de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo seu grande apoio, encorajamento e confiança ao longo deste meu percurso, com as minhas desculpas por não o ter envolvido mais neste trabalho; ao Professor Luiz Oosterbeek (Instituto Politécnico de Tomar e HERITY) pelo seu grande entusiasmo e jovialidade, e pelas novas perspectivas arqueológicas que me abriu; ao Dr. Virgílio Hipólito Correia, Director da Área Arqueológica e Museu de Conimbriga, pelo seu contributo, fundamental para a realização desta investigação.

Ao corpo docente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo da Universidade de Aveiro; a ajuda autêntica do Dr. Rui Costa; ao Sérgio e à Sónia (gabinete de apoio aos "mestrandos"). Desejo agradecer a todos os que encontrei no meio académico ao longo deste caminho e que, cada um de acordo com as suas competências contribuiu para a realização deste trabalho e da minha evolução profissional.

Quero também expressar a minha sincera gratidão aos meus colegas de mestrado que, através do simples convívio, me ajudaram a entender e apreciar os "hábitos", a postura e a maneira portuguesa de "viver a Universidade"; aos colegas e amigos Brasileiros e Venezuelanos, com os quais partilhei a classificação de "Malta Estranja", tal como os lados positivos e negativos de viver tão longe do nosso País de origem. Espero continuar a encontra-los no futuro!

Obrigado aos meus pais e aos meus irmãos pelo seu apoio e pela maneira de estar ao meu lado, embora fisicamente muito distantes.

À minha maravilhosa mulher, Inês, não só pelas pacientes revisões (linguísticas e não só), mas sobretudo pelas suas palavras de encorajamento, os seus olhares e sorrisos encantadores que iluminaram o caminho. Que todos os dias me iluminam a vida.

palavras-chave

Turismo, arqueologia, turismo cultural e do património, gestão e planeamento estratégico, desenvolvimento integrado e sustentável.

resumo

Na sua grande maioria os sítios arqueológicos não têm, para o turista comum, o mesmo valor estético de outras atracções culturais, nem tem o visitante, em muitos casos, a imediata percepção do valor cultural e monumental do lugar. Partindo deste pressuposto, a gestão estratégica e o planeamento do processo de desenvolvimento turístico destas áreas apresenta pelos *Heritage Managers* um grande número de dificuldades acrescidas, sobretudo no que diz respeito à promoção, apresentação e interpretação do património e, ainda, à utilização do mesmo como instrumento de desenvolvimento sustentável a nível local. O presente estudo propõe a elaboração de um modelo, embora flexível, de gestão e desenvolvimento de sítios arqueológicos ligada ao turismo. Tal modelo assenta numa investigação que se articula na análise das últimas tendências de gestão integrada do território e nos princípios de sustentabilidade, na análise de *best practices* nacionais e estrangeiras, mas também no estudo do caso, representativo para Portugal, das ruínas de Conimbriga. A análise aprofundada das modalidades e qualidade de gestão permitiu salientar e motivar as falhas encontradas e, conseqüentemente, fornecer uma série de sugestões e elaborar um modelo para a melhoria dos processos de gestão e desenvolvimento desta área, em particular, e, por extensão, das áreas arqueológicas em geral, sobretudo no que diz respeito à implementação de princípios de sustentabilidade e às formas de apresentação do património arqueológico aos visitantes. Através deste trabalho, queremos afirmar e demonstrar que é possível dar à arqueologia um papel mais importante e dinâmico no processo de desenvolvimento sustentável a nível local, sobretudo através da sua “aliança” com o turismo.

keywords

Tourism, archaeology, heritage and cultural tourism, strategic management and planning, integrated and sustainable development.

abstract

Usually, archaeological sites could not have, for the common visitor, the same aesthetic value of other cultural attractions. At the same time, visitors could not have the immediate perception of the real cultural, historic and monumental value of archaeological heritage. Strategic Management and Planning of Tourism Development Process, presents for archaeologists and heritage managers a lot of difficulties, especially about promotion, presentation and interpretation of archaeological heritage and, finally, to use archaeological resources as a dynamic instrument of local sustainable development. This work suggests a new, sustainable and integrated model of archaeological heritage management especially linked with tourism. This model is based on the implementation of principles of sustainability; on the study of the last trends of integrated territory management and national and foreign *Best Practices*; on a quality management analyse of a representative study case in Portugal: the ruins of Conimbriga. Analyse of the quality of management of this archaeological area permitted to reach out the main problems and “weakness”, and consequently, to elaborate and to suggest a new, better management integrated model, reflecting the principles of sustainability. By this work we claim it is possible to give archaeology a new role into the sustainable development process, through a strong “alliance” with tourism.

INDICE

INDICE DE GRÁFICOS.....	v
COMUNICAÇÕES REALIZADAS SOBRE O TEMA DE INVESTIGAÇÃO DA TESE ..	xi
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I.....	5
TURISMO e PATRIMÓNIO.....	5
Enquadramento e Contextualização.....	5
Capítulo II.....	47
TURISMO E ARQUEOLOGIA.....	47
Estratégias, tendências de evolução e instrumentos de desenvolvimento e gestão.....	47
Capítulo III.....	89
METODOLOGIA.....	89
Capítulo IV.....	115
Estudo de caso.....	115
As ruínas e o museu de Conimbriga.....	115
Capítulo V.....	141
Conclusões e recomendações para um modelo de gestão de áreas arqueológicas com fins turísticos.....	141
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	153
ANEXO A.....	172
ENTREVISTA PARA O DIRECTOR DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DE CONIMBRIGA. 172	
ANEXO B.....	174
ENTREVISTA AO DIRECTOR DA AREA ARQUEOLOGICA DE CONIMBRIGA... 174	
EXCERTO DAS RESPOSTAS DO ENTREVISTADO.....	174
ANEXO C.....	177
DADOS RECOLHIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (IPM) E RELATIVOS AOS ANOS 1996 A 2006, ACERCA DO NÚMERO DE VISITANTES NOS MUSEUS ADERENTES.....	177

SUMÁRIO

INDICE DE GRÁFICOS.....	v
COMUNICAÇÕES REALIZADAS SOBRE O TEMA DE INVESTIGAÇÃO DA TESE ..	xi
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I.....	5
TURISMO e PATRIMÓNIO.....	5
Enquadramento e Contextualização.....	5
Introdução.....	5
1. Turismo e Património Cultural: uma definição.....	5
2. Componentes do sistema do Turismo Cultural e do Património.....	9
2.1 Um sistema composto.....	9
2.2 Os recursos/atracções.....	10
2.3 A oferta.....	11
2.4 A procura.....	14
3. Desenvolvimento turístico e seus impactes.....	17
3.1 Desenvolvimento do turismo cultural: impactes positivos.....	17
3.2 ...e impactes negativos.....	22
4. Planeamento Integrado em Turismo do Património.....	24
4.1 Natureza do planeamento e necessidade de planear.....	24
4.2 Planeamento integrado em turismo: as potencialidades do turismo enquanto	
estratégia de desenvolvimento sustentável.....	26
4.3 O planeamento turístico a nível internacional.....	28
4.4 Planeamento turístico a nível nacional.....	29
4.5 Planeamento turístico a nível local.....	31
5. Novas tendências: a ideia de sustentabilidade, a A-21, e a Gestão Integrada	
da Qualidade (IQM).....	34
5.1 Desenvolvimento sustentável.....	34
5.2 Sustentabilidade em turismo: adaptação da A-21 à actividade turística.....	36
5.3 Os princípios de sustentabilidade no planeamento e desenvolvimento turístico...	37
5.4 A Gestão Integrada da Qualidade (IQM).....	38
6. Turismo, Património e Desenvolvimento.....	41
6.1 Heritage Tourism e desenvolvimento sustentável a nível local.....	41
6.2 A valorização do património cultural nas estratégias de desenvolvimento turístico..	
42	
Conclusão.....	44
Capítulo II.....	47
TURISMO E ARQUEOLOGIA.....	47

Estratégias, tendências de evolução e instrumentos de desenvolvimento e gestão.....	47
Introdução.....	47
1. Delimitação do objecto de Investigação.....	48
2. Breve síntese histórica do Turismo Arqueológico.....	50
2.1 As origens.....	50
2.2 A época moderna.....	52
3. Turismo e arqueologia na actualidade.....	53
3.1 A importância do património arqueológico no desenvolvimento.....	53
3.2 Potencial turístico do património arqueológico.....	54
3.3 Planeamento e desenvolvimento turístico e património arqueológico.....	55
3.4 Património arqueológico e turismo: uma gestão integrada.....	57
4. Parques arqueológicos e instrumentos de gestão, interpretação e apresentação do património arqueológico para os visitantes.....	65
4.1 Os Parques arqueológicos.....	66
4.2 Apresentar, interpretar e comunicar.....	70
4.3 Tendências actuais na avaliação da qualidade da gestão do património cultural: a certificação de qualidade Herity Global Evaluation System (GES).....	73
5. Turismo e património arqueológico em Portugal.....	75
5.1 A realidade do património arqueológico em Portugal: os sítios.....	75
5.2 Turismo arqueológico em espaço urbano.....	79
5.2.1 Um caso de sucesso Português: o Museu do Teatro Romano em Lisboa.....	80
5.2.2 Importância histórica do monumento.....	80
5.2.3 O projecto de recuperação e valorização do Teatro Romano (1998).....	81
5.2.4 O museu.....	82
6. Legislação e principais entidades gestoras do património arqueológico em Portugal: IPPAR, IPA e IPM.....	82
6.1 O Instituto Português do Património Architectónico (IPPAR).....	83
6.2 O Instituto Português de Arqueologia (IPA).....	84
6.3 O Instituto Português de Museus (IPM).....	84
Conclusão.....	86
Capítulo III.....	89
METODOLOGIA.....	89
Introdução.....	89
1. Fases da investigação.....	89
2. Objectivos desta pesquisa.....	92
2.1 Objectivos Gerais.....	93
2.2 Objectivos Específicos.....	94
3. Selecção da metodologia de investigação.....	95

3.1 Principais metodologias de pesquisa.....	95
3.2 Os instrumentos de recolha de informação numa pesquisa.....	98
3.3 Metodologia e técnicas de recolha de informação seleccionados para esta investigação.....	102
3.4 Memoria descritiva da entrevista.....	105
4. Avaliação da metodologia.....	109
Conclusão.....	112
Capitulo IV.....	115
Estudo de caso.....	115
As ruínas e o museu de Conimbriga.....	115
Introdução.....	115
1. Contextualização da área arqueológica.....	116
1.1 Localização geográfica e administrativa.....	116
1.2 Enquadramento histórico da cidade romana de Conimbriga.....	117
2. Caracterização da área arqueológica de Conimbriga enquanto destino turístico.....	120
2.1 A área arqueológica.....	120
2.2 O museu monográfico.....	122
3. Análise e discussão dos dados.....	123
3.1 Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico.....	123
3.2 A observação directa.....	131
Conclusão.....	137
Capitulo V.....	141
Conclusões e recomendações para um modelo de gestão de áreas arqueológicas com fins turísticos.....	141
Introdução.....	141
1. O potencial inovador da presente investigação: turismo, arqueologia e sustentabilidade.....	142
2. Conclusões.....	143
3. Sugestões e recomendações para um novo modelo de gestão de sítios arqueológicos com fins turísticos.....	147
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	153
ANEXO A.....	172
ENTREVISTA PARA O DIRECTOR DA ÁREA ARQUEOLÓGICA DE CONIMBRIGA. 172	
ANEXO B.....	174
ENTREVISTA AO DIRECTOR DA AREA ARQUEOLOGICA DE CONIMBRIGA... 174	
EXCERTO DAS RESPOSTAS DO ENTREVISTADO.....	174
ANEXO C.....	177

DADOS RECOLHIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (IPM) E RELATIVOS AOS ANOS 1996 A 2006, ACERCA DO NÚMERO DE VISITANTES NOS MUSEUS ADERENTES.....	177
--	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível de qualificação do pessoal empregado em turismo.....	21
Gráfico 2: Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal (número total por distrito).....	76
Gráfico 3: Número total de sítios arqueológicos visitáveis em Portugal por região NUT II. .	77
Gráfico 4: Cronologia dos sítios arqueológicos visitáveis em Portugal (Percentagens).	78
Gráfico 5: Cronologia dos sítios arqueológicos visitáveis em Portugal.	78
Gráfico 6: Número de visitantes às ruínas e Museu Monográfico de Conimbriga.	134
Gráfico 7: Categorias dos visitantes das Ruínas e museu Monográfico de Conimbriga. ...	135

INDICE DE FIGURAS

Figura 1: Processo de planeamento.....	26
Figura 2: Rotas dos Castelos.....	61
Figura 3: Planeamento de programa interpretativo.....	64
Figura 4: O target Herity.	75
Figura 5: Localização do Concelho de Condeixa.....	116
Figura 6: O Conselho de Condeixa-a-Nova.	117

INDICE DE QUADROS

Quadro 1: Etapas do processo de investigação.....	90
Quadro 2: Analise S.W.O.T. da área arqueológica e museu monográfico de Conimbriga enquanto destino turístico.	136

COMUNICAÇÕES REALIZADAS SOBRE O TEMA DE INVESTIGAÇÃO DA TESE ¹

Carbone, F.,

Costa, C. M. M., Archaeology, Tourism and Sustainable Development, in 2nd International Conference on Archaeological Tourism, Department d' Economia Política, Universitat de Barcelona, 25-27 de Maio, 2006.

Carbone, F.,

Costa, C. M. M., Archaeology, Tourism and Sustainable Development, A New Model for Archaeological Heritage Management, in XV UISPP Congress - International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences, Universidade de Lisboa, 4, 9 de Setembro, 2006.

¹ A aguardar publicação.

INTRODUÇÃO

O património cultural e ambiental dum País, duma região, duma cidade, constitui desde sempre a atracção principal para um turista e a motivação para a sua viagem num determinado destino.

A visão dum turismo ligado ao “sol e praia” deixa hoje espaço para um novo conceito de turismo, entendido como experiência única de lazer mas também de aprendizagem para o turista (lado da procura), e como instrumento de desenvolvimento socio-económico para o destino, através do seu planeamento estratégico (lado da oferta).

Os diferentes processos de “turistificação” do património cultural (material e não-material) e ambiental conduziram à adopção de novas estratégias e abordagens não só no planeamento turístico mas também no urbano e territorial, que se vão integrando cada vez mais: a requalificação das áreas urbanas e extra-urbanas de elevado valor patrimonial e a sua destinação à fruição turística representa hoje um dos pontos principais de qualquer estratégia de desenvolvimento, sobretudo a nível local.

O turismo cultural, seja como produto exclusivo ou como complemento de outras atracções turísticas, converte-se portanto numa modalidade de crescente importância dentro do sector, com implicações económicas evidentes, tendo ainda a vantagem de contribuir para a conservação dos bens culturais (Peralta, 2003) inserindo-se num contexto de desenvolvimento local integrado e sustentável.

Tendo em consideração a extrema importância destes pressupostos para o futuro do planeamento estratégico em turismo, a presente investigação, realizada na área de *estratégia, planeamento, marketing e comunicação em turismo*, tem como objectivo geral a análise das oportunidades e das dificuldades relacionadas com a gestão e desenvolvimento do *turismo do património*, isto é, particularmente

ligado aos recursos culturais e naturais de um destino, e como objectivo específico uma pesquisa sobre as actuais condições e metodologias de gestão dos sítios arqueológicos enquanto destinos turísticos em Portugal e a proposta de um modelo de gestão.

As opções de abordagem e estudo do tema escolhido são várias: poderemos por exemplo referir as avaliações pelo lado da procura, pelo qual teríamos privilegiado a avaliação feitas pelos próprios turistas, segundo a sua percepção e grau de satisfação, ao modelo de gestão dos recursos. Tal abordagem teria exigido uma avaliação criteriosa em termos de sazonalidade, implicando a recolha de dados ao longo dos vários períodos. Por esta e outras razões, devidamente explicitadas na secção 3, subsecção 3.3 do capítulo da metodologia, privilegiou-se a abordagem pelo lado da oferta, optando-se por uma análise de caso. O trabalho resulta de facto estruturado da seguinte forma: após um enquadramento geral do âmbito da investigação, o chamado *Heritage Tourism* (Ashworth, 1995: 265; Yale, 1991: 20), será analisado o modelo de gestão numa área arqueológica portuguesa de renome pela sua importância histórica e cultural e pelo estado de conservação do próprio sítio: as ruínas romanas de Conimbriga.

Com base na análise dos dados recolhidos nesta investigação, pretende-se chegar a conclusões que possam contribuir para o desenvolvimento dum modelo de planeamento e gestão do turismo em áreas arqueológicas mais rentável, eficaz, mais complexo e satisfatório não só no que se refere à experiência proporcionada ao visitante, mas também para os operadores que trabalham pela manutenção e estudo da área, assim como para a população residente que, segundo princípios de sustentabilidade, tem que estar entre os primeiros beneficiários da actividade turística no seu local habitual de residência.

O estudo encontra-se organizado em cinco capítulos, cada um deles dividido em secções e subsecções, segundo o modelo sugerido por Pereira e Poupa (2003).

O **primeiro** capítulo pretende contextualizar o objecto da investigação, enquadrando de forma geral o turismo cultural e do património através dum mosaico coerente de referências comparadas, analisadas e discutidas: serão abordadas temáticas tais como as definições conceituais do termo Turismo, Cultura e Património, o âmbito e os elementos constituintes o sistema do chamado *Heritage Tourism* (Ashworth, 1995: 265; Yale, 1991: 20), no que diz respeito nomeadamente ao conceito de recurso, oferta e procura.

Enquadrado conceptualmente o âmbito da pesquisa, focar-se-á a atenção nos aspectos mais específicos do planeamento do turismo do património: o importante papel da valorização do património no desenvolvimento do turismo cultural; as ligações com o desenvolvimento sustentável duma localidade; a interacção (desenvolvimento integrado) com as outras actividades económicas; os elementos que garantem a criação de um produto assente sobre os três pilares da sustentabilidade: económica, ambiental e social.

No **segundo** capítulo o objecto de estudo será delimitado, passando do âmbito geral do turismo do património para o âmbito mais específico do turismo arqueológico. A análise exaustiva que se pretende elaborar será introduzida, como lógico seguimento dos parágrafos anteriores, através da abordagem ao tema das potencialidades turísticas das áreas e dos campos de investigação arqueológica e da ideia da sua auto-sustentabilidade económica através da exploração turística, assim como a contribuição deste património para o crescimento sócio-cultural e económico a nível local. Casos portugueses serão apresentados como exemplos nacionais de gestão do património arqueológico com fins turísticos.

De seguida, a análise irá endereçar questões operacionais, tais como:

- A legislação portuguesa que regulamenta a gestão do património arqueológico;
- Instituições responsáveis pelo património arqueológico (móvel e imóvel) em Portugal;

- Actuais tendências internacionais no âmbito da qualidade e sustentabilidade na gestão do património arqueológico com fins turísticos.

No capítulo seguinte (**terceiro**), após uma apresentação dos principais métodos e relativos instrumentos de pesquisa, propõe-se a metodologia escolhida para esta investigação, descrevendo-se as etapas seguidas neste estudo.

O **quarto** capítulo será dedicado à caracterização da área arqueológica de Conimbriga. Escolhida como caso de estudo enquanto área arqueológica mais visitada em Portugal (Ver Anexo C), o museu monográfico e a área arqueológica de Conimbriga, proceder-se-á a uma análise SWOT da sua gestão e estratégias de desenvolvimento enquanto destino/atracção turística. Será por fim apresentada a discussão dos dados recolhidos, para uma análise SWOT da gestão da área em questão, tendo em consideração as perspectivas futuras da mesma.

No último capítulo (**quinto**), será elaborada uma reflexão sobre as principais conclusões da anterior análise e, nesta base, serão enunciadas uma série de boas práticas no âmbito do planeamento e gestão do turismo em áreas arqueológicas, e proposto um modelo novo que tenha como objectivo colmatar as falhas dos modelos actuais no que diz respeito à qualidade da experiência oferecida aos visitantes, ao grau de valorização do património, à satisfação dos profissionais presentes na área e à sua interacção com o público, às relações do sítio arqueológico com o meio envolvente, isto é, à implementação dos princípios de sustentabilidade.

Capítulo I

TURISMO e PATRIMÓNIO

Enquadramento e Contextualização

Introdução

O objectivo deste capítulo é o enquadramento geral da área de pesquisa: a relação entre turismo e património/cultura.

Para esclarecer tal relação será necessário analisar os próprios sentidos dos termos: turismo, cultura e património. O primeiro objectivo do capítulo será de facto encontrar uma terminologia apropriada para a matéria de estudo.

Serão então analisadas as componentes principais do sistema do *Heritage Tourism* (Ashworth, 1995: 265; Yale, 1991: 20): a perspectiva do lado da oferta e da procura, o que se entende por atracção, etc.

Na última parte do capítulo dedicar-se-á particular atenção às actuais tendências políticas e estratégias de planeamento e gestão do turismo cultural e do património, tendo em consideração os impactes (positivos e negativos) económicos e sócio-culturais. Nesta última parte destacar-se-á a importância da valorização do património para fins turísticos num processo de desenvolvimento sustentável, sobretudo a nível local.

1. Turismo e Património Cultural: uma definição

“Turismo é cultura”. Não podemos deixar de concordar com Urry (1994: 233) nesta afirmação. Contudo, embora seja árduo encontrar uma definição unanimemente aceite para “Turismo Cultural” (Richards, 1996: 19), é necessário estabelecer de forma clara, sobretudo num âmbito científico, as relações existentes entre turismo e património cultural.

O *turismo* foi definido pela *World Tourism Organization* (WTO) como o conjunto das *actividades de pessoas ao longo das suas viagens e permanências num lugar fora do seu normal lugar de residência, por um período continuado de duração inferior a um ano, para própria diversão, negócios e outras motivações* (WTO, 1993). A cultura, por outro lado, é um conceito extremamente complexo e abrangente, como demonstra o grande debate existente a respeito deste termo. Mas, por se considerar os recursos culturais como recursos turísticos, interessam-nos apenas os que estão relacionados com o turismo. Nesta perspectiva, várias são as relações reconhecidas pelos autores entre turismo e cultura.

Ashworth (1995) afirma serem três as principais actividades turísticas ligadas às manifestações culturais. Na primeira, *turismo das artes*, os museus, galerias de arte, eventos musicais, teatro e ópera, entre outras formas de arte, representam a atracção. Podemos considerar isto como turismo de *elite*, pois de facto é direccionado a um segmento de público caracterizado por um nível cultural médio-alto. Contudo, a fórmula arte e turismo parece ser eficaz, como já foi reconhecido, por exemplo, pela rede internacional de hotéis *Raddison*, que tem estimulado os seus membros a realizarem parcerias com organizações históricas, do património, culturais, artísticas e teatrais, através dum projecto intitulado *Raddison Partnering With The Arts*, com o objectivo de acrescentar valor ao próprio produto (Cooper *et al.*, 1998: 327).

Temos, depois, uma relação do turismo com uma mais abrangente visão de cultura, que envolve o património histórico monumental e construído, definido por vários autores como *Heritage Tourism* (Ashworth, 1995: 265; Yale, 1991: 20). Neste tipo de relação entre turismo e cultura, o recurso turístico é representado pelos edifícios preservados, paisagens e lugares associados a particulares personalidades, eventos ou períodos históricos, sítios arqueológicos, castelos, etc.

Ashworth (1995) delinea por fim uma última relação entre o Turismo e as manifestações Culturais, o turismo étnico, onde a atracção turística é entendida como lugar específico (*place-specific tourism*) tomado no seu todo.

Tal esquematização poderia contudo apresentar limitações, como demonstrado pelo estudo de Henriques (2003) que descreve a vasta literatura existente no âmbito da criação de uma definição para turismo cultural.

É também importante referir que, de acordo com Bonink (1992), é possível identificar duas abordagens diferentes para a definição de Turismo Cultural: a primeira, a chamada *sites and monuments*, foca a sua atenção nas tipologias de atracções visitadas pelo turista cultural (sítios arqueológicos, museus, etc.); a segunda, é uma definição mais conceptual, focando a sua atenção nas motivações (meramente culturais) do turista (Bonink, 1992).

Além da distinção das formas de relacionamento que podem existir entre turismo e cultura, distinguindo-se, no fundo, diferentes definições de cultura como recurso turístico, são também diferentes as definições de recursos culturais que podem representar uma atracção turística. Neste âmbito, concordamos totalmente com Sildeberg (1995) quando afirma que o turismo cultural abrange todas as visitas motivadas (totalmente ou parcialmente) pelo interesse na oferta histórica, artística e nos costumes duma comunidade num determinado local.

Encontramos ainda divisões em “classes” da oferta de recursos culturais (Rebollo e Linares, 1995: 163): a uma oferta “permanente”, constituída pelos recursos culturais como museus, monumentos, etc., se contrapõe uma “não permanente”, ou seja, relacionada com eventos e manifestações pontuais, temporárias.

Este raciocínio leva-nos até Richards (1996), que distingue dois usos principais para o termo *cultura*: cultura como *processo*, ou cultura como *produto* (Richards, 1996: 21). Nesta última designação encontramos uma palavra-chave para tentar finalmente delinear o que é o turismo cultural, logo, o contexto em que esta pesquisa se insere: um “produto cultural” é fruto de algo dinâmico, dum processo

que levou ao nascimento de algo único, que caracteriza uma comunidade, um grupo, e que se torna, enfim, património.

Na língua latina, o termo *patrimonium*, designava os *bens do pai*, uma herança familiar (Castiglioni e Mariotti, 1990). Daqui, hoje, o conceito de “bens de uma comunidade” ou, mais ainda, de “legado entre gerações” (Umbelino, 2004: 22). Com base nesta interpretação podemos então afirmar que o património, mesmo em termos de atracção turística, é representado por todas aquelas testemunhas, materiais e imateriais, que nos falam do passado, da antiga tradição duma determinada área geográfica e cultural, e cujo “elemento determinante é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade” (Peralta da Silva, 1997).

Falamos de turismo cultural, ou Turismo do Património, quando nos referimos àquele turismo que toma como principal atracção estas testemunhas, sejam elas representadas pela gastronomia, pelos edifícios históricos, pelo folclore, etc. Por outras palavras *podemos admitir que, para o turismo, o património se confunde com a ideia de recurso primário, isto é, tudo o que identifica, diferencia, e acaba por qualificar uma região como destino turístico* (Umbelino, 2004: 22). De uma forma mais resumida e clara podemos ainda apresentar a definição proposta pela *National Trust for Historic Preservation*, e totalmente aceite pelo investigador: *Cultural Heritage Tourism means traveling to experience the places and activities that authentically represent the stories and people of the past and the present. It includes irreplaceable historic, cultural and natural resources* (disponível em www.nationaltrust.org, visitado em 12/08/2005).

Como transmitido por Richards (1996: 24), o problema da definição do turismo cultural foi um dos maiores estímulos para o lançamento do Projecto de Investigação em Turismo Cultural pela *European Association for Tourism ad Leisure Education* (ATLAS) em 1991. Resultado de tal estudo foi a elaboração de duas definições para turismo cultural: uma definição conceptual, segundo a qual o turismo cultural é *o movimento de pessoas em direcção às atracções culturais fora dos seus habituais lugares de residência com a intenção de obter novas informações e experiências de modo a satisfazer as suas necessidades culturais;*

e uma definição técnica, pela qual define-se turismo cultural, *todo o movimento de pessoas a atracções culturais específicas tais como Sítios de Interesse Patrimonial (Heritage Sites), manifestações artísticas e culturais, fora do seu lugar de residência habitual* (citado por Richards, 1996: 24).

O termo “turismo cultural” pode portanto, numa forma tanto abrangente quanto clara, indicar *o consumo (por parte do turista) da arte, do património, do folclore e de todas as manifestações culturais* (Richards, 1996) e, ainda, do património natural (WTO, 1985).

Encontrada uma definição satisfatória para o termo Turismo Cultural; entendido que podemos falar de turismo cultural e turismo do património como sinónimos; podemos agora melhor determinar a área de estudo desta investigação, ou seja, o planeamento e a gestão do *Heritage Tourism*, segundo definição do Ashworth (1995: 265) e Yale (1991: 20), isto é, do planeamento e desenvolvimento da actividade turística junto das chamadas *Heritage Attractions* (Leask and Yeoman, 1999), museus, casas históricas, parques e jardins com valor histórico mas também reservas naturais, focando a nossa atenção particularmente nas áreas e sítios arqueológicos, analisando todos os seus potenciais impactes, tanto do lado da procura como, sobretudo, tratando-se dum trabalho focado sobre o planeamento, do lado da oferta.

2. Componentes do sistema do Turismo Cultural e do Património

2.1 Um sistema composto

Como nos sugere Cooper *et al.* (1998), subdividirmos o sistema do turismo em elementos individuais é ao mesmo tempo necessário e artificial. O turismo é de facto um sistema composto, uma *actividade multidimensional e multifacetada, que tem ligações com muitas vidas e actividades económicas diferentes* (Cooper *et al.*, 1998). Contudo, e mesmo devido à extrema complexidade do sistema turístico, investigar nesta área implica a subdivisão dos elementos básicos que compõem o seu sistema, para melhor identificá-los e compreendê-los.

Ao analisar o sistema do turismo cultural, no fundo, para além de identificar aqueles que são os elementos fundamentais do sistema turístico em geral, estamos a focar ainda mais a nossa atenção sobre a importância do património cultural no turismo a partir do ponto de vista da procura, da oferta e até da própria maneira de avaliar recursos e criar atracções numa área destino.

2.2 Os recursos/atracções

No turismo os recursos representam um elemento fundamental. Mas o que se entende por recurso? Ashworth e Tunbridge (2000) fazem uma distinção entre recursos primários, aqueles que por si só representam a atracção para o visitante; e recursos secundários, aqueles que “apoiam” o visitante ao longo da sua experiência.

A WTO (1978) distingue entre *recurso* e *recurso turístico*, onde por “recurso” se designam os meios humanos, energéticos e materiais que uma colectividade dispõe ou pode vir dispor, e que se tornam “recursos turísticos” quando forem capazes de atrair visitantes². Por outras palavras, os recursos turísticos são representados pelo património utilizável com fins turísticos, isto é, são todos os bens e serviços que satisfazem as necessidades humanas associadas ao turismo, através da intermediação da utilização do homem e dos meios próprios ao seu ambiente cultural, político e social (WTO, 1978). Com base nesta função declarada de “satisfazer necessidades humanas”, o conceito de recurso torna-se inevitavelmente algo de subjectivo, relativo, funcional e, por sua vez, dinâmico no tempo, já que depende do conhecimento, da capacidade tecnológica, dos objectivos individuais e sociais (Cerro, 1993) e até dos gostos e das modas (Bull, 1992).

Contudo, e de acordo com Cerro (1993), podemos considerar recurso turístico todo o património natural e cultural que pode motivar uma deslocação não

² Para uma maior precisão acerca da citação, é importante indicar que a WTO (1978) insere entre os recursos turísticos duma área destino, para além do património natural e cultural (arqueologia, folclore, arquitectura local, tradição, monumentos históricos, etc.), também o património energético, os aspectos institucionais, os aspectos sociais, os bens e serviços (infra-estruturas e equipamentos) e as actividades financeiras e económicas.

lucrativa, cuja motivação básica seja a curiosidade, a possibilidade de deslocar-se e a oportunidade dum a actividade intelectual. A existência deste tipo de recursos em turismo são, portanto, uma condição prévia ao desenvolvimento da procura, pois sem eles não haveria a “matéria-prima” do turismo, isto é, a atracção turística da área destino que representa a base da sua oferta.

Tal conceito encontra-se ainda melhor esclarecido na definição de Cooper *et al.* (1998: 326) segundo a qual na análise às componentes dum a área destino tem que se ter bem presente a distinção entre as atracções e os serviços de apoio, pois são de facto *as atracções³ a motivar a visita a uma destinação, enquanto que os outros serviços e instalações de apoio ao turismo, embora essenciais, não motivam uma viagem.*

2.3 A oferta

A oferta (ou produção), enquanto quantidade de bens e serviços que podem ser apresentados no mercado a um dado preço, é uma variável característica de qualquer sector económico e por conseguinte também o é do turismo (Henriques, 2003). Mas o que representa a oferta no sector do turismo, mais especificamente, no turismo do património?

Os recursos ambientais e culturais (materiais e imateriais) representam a matéria-prima da indústria turística. Mas a *oferta turística engloba tudo aquilo que o local de destino tem para oferecer aos seus turistas actuais e potenciais* (MCT, SET, 1991, citado por Henriques, 2003). Temos portanto que ter bem claro, mesmo no que diz respeito ao turismo cultural (ou *turismo do património*), o carácter compósito da oferta turística.

Não podemos confundir os termos “atracção turística” e “produto turístico”: o produto turístico cultural tem de integrar componentes como as atracções, neste caso os recursos culturais, mas também os transportes, alojamento, promoção e informação adequada, restauração, animação, etc. (GEATTE, 1993)

³ As atracções são representadas por recursos naturais/culturais, artificiais ou por eventos (Cooper *et al.*, 1998)

Contudo, sendo o presente estudo focado na potencialidade e na gestão de recursos patrimoniais, nomeadamente histórico-culturais, com fins turísticos, seguiremos focando a atenção naquela que é a gestão das “atracções turísticas”, isto é, do património, embora como elemento dum sistema mais complexo, pois não é nosso fim analisar os elementos subjacentes à utilização desses recursos para a actividade turística.

As atracções representam a componente mais importante da oferta turística (Leask e Yeoman, 1999) e, nesta óptica, o património cultural representa definitivamente um elemento estratégico de diferenciação do produto, algo de altamente determinante para a elaboração dum produto turístico de sucesso e a criação do seu *brand*.

Se é reconhecido ao património um valor de identificação simbólica colectiva (Peralta, 2003) dum determinada área e população, nele está a chave para conferir a “unicidade” que determina a competitividade dum produto turístico, e é com base nele que tem que assentar (onde possível) a construção dum destino e a sua oferta turístico-cultural. O património *pode ser comprado*, existindo mesmo um *heritage business*, Segundo Leask e Yeoman (1999: 2). Mas para ter acesso à compra de um bem, neste caso o património e a cultura, tem que existir “alguém” que trabalhe um recurso, o produza e o ofereça: segundo Ashworth (1994), o processo de “mercadorização” e “turistificação” da cultura e do património conduziu à criação dum verdadeira *heritage industry* (Leask e Yeoman, 1999: 2; Asworth, 1994), à qual cabe um papel activo na transformação dos recursos histórico-patrimoniais em atracções (ou produtos turísticos).

Asworth e Tunbridge (1996) resumem nas seguintes classes os “produtos” da chamada “indústria do património”:

- i) Lugares de interesse patrimonial (construções, sítios, cidades, etc.);
- ii) Memórias individuais ou da comunidade;
- iii) Produção artística e cultural;

iv) Paisagens e recursos naturais.

O produto turístico que inclui a fruição do património, propõe-se corresponder às expectativas dos visitantes de encontrar na área destino símbolos de continuidade com o passado, de identidade e, ao mesmo tempo de lazer, para encontrar descanso das frenéticas, às vezes dramáticas, mudanças do “meio global” em que nos encontramos (Leask e Yeoman, 1999). Pela própria natureza dos recursos em que se baseiam – a cultura e o património – os destinos culturais estão entre os destinos com mais “magia”, com um valor sagrado mais elevado; o turismo cultural, seja como produto exclusivo ou como complemento de outras atracções turísticas, converte-se numa modalidade de importância crescente dentro do sector, com implicações económicas evidentes, tendo ainda a vantagem de contribuir para a conservação dos bens culturais.

Existem toda uma série de variáveis que influenciam a existência do recurso patrimonial enquanto atracção turística. De acordo com Bull (1992), existe para cada destino um conjunto relativamente finito de atracções possíveis. Não será um conjunto totalmente finito porque, em primeiro lugar, com as alterações nos gostos e na moda, isto é, nas motivações do turista, locais que antes não seriam considerados potenciais atracções, podem passar a ser áreas turísticas bastante procuradas.

Acrescenta-se que só em alguns casos é possível encontrar informações sistematizadas sobre o património cultural a nível local, geralmente recolhidas por pessoas ou organizações (de norma ONGs) com interesses e competências específicas, enquanto que nas maiorias das vezes as comunidades não estão ainda devidamente sensibilizadas e não reconhecem ainda o próprio património como algo de importante e único só por pertencer ao seu dia-a-dia (European Commission Study, 2002).

Em segundo lugar, nem todas as potenciais atracções o são por si só, pois para o serem os seus “proprietários/gestores” devem torná-las acessíveis a uso turístico e proporcionar um sistema de gestão do seu uso, que estabeleça a intermediação

entre o recurso e o turista. Só quando estas condições estão satisfeitas, o conjunto de potenciais atracções será tornado numa “oferta efectiva”, através dum processo de transformação.

Mas a oferta turística que assenta na transformação do património em atracção turística não é isente de regras. A *AGENDA 21 FOR THE TRAVEL & TOURISM INDUSTRY*, documento que “traduz” a Agenda 21 para a industria de viagens e turismo (Lima e Partidário, 2002), visa chamar a atenção para o interesse do sector na protecção dos recursos naturais e culturais, fornecendo um plano e uma série de boas praticas dirigidas às entidades governamentais com responsabilidade sobre o sector turístico, mas também às entidades privadas/não governamentais.

O aproveitamento do património cultural e natural para fins turísticos, inserido num quadro mais amplo de desenvolvimento local integrado é, sem dúvida, paradigmático num processo de desenvolvimento sustentável. Contudo, será demonstrado nos próximos parágrafos como as ameaças ligadas à utilização imprópria dos recursos naturais e culturais são uma realidade a ter bem em conta e, conseqüentemente, o planeamento estratégico revela-se uma fase fundamental no processo de desenvolvimento turístico.

2.4 A procura

Uma das fases mais importantes no processo de planeamento em turismo é a da análise da procura. Criar o perfil do turista “tipo” interessado no consumo do património é bastante difícil. Contudo, em termos gerais, estes turistas são de uma faixa etária incluída entre os 39 e os 59 anos e de norma têm um grau elevado de instrução, maior experiência de viagens, maior sensibilidade (e exigência) no que diz respeito à qualidade dos serviços turísticos, e particular consciência sobre as problemáticas ambientais e sócio culturais. Por fim, os turistas interessados no património viajam durante as épocas turísticas baixas.

A análise da procura subentende o conceito de motivação: este conceito é particularmente difícil de representar de forma esquemática (Cooper *et al.*, 1998), com dificuldades acrescidas no que se refere à explicação do conceito de motivações no âmbito do turismo cultural e do património (Ashworth e Tunbridge, 2000).

Contudo, de acordo com Cooper *et al.* (1998), o conceito de motivação em turismo inclui resumidamente: i) a ideia de que as viagens estão inicialmente relacionadas com necessidades que alimentam um desejo (a da viagem, neste caso); ii) a motivação é baseada em aspectos sociológicos ou psicológicos de normas, atitudes, cultura e percepção adquiridas, levando a forma de motivação específica de cada pessoa; iii) a imagem do destino, criada através de vários canais de comunicação influencia a motivação e, posteriormente, influenciará a tomada de decisão no que diz respeito à escolha do destino a visitar.

Definido de forma resumida o campo das motivações que leva à procura turística em geral, passamos a analisar as características actuais da procura no que diz respeito ao turismo cultural e do património, e as tipologias dos potenciais “consumidores” das atracões directamente ligadas aos recursos culturais duma área destino.

Embora seja tarefa particularmente árdua definir o perfil do turista interessado no património, pois este procura ao mesmo tempo um vasto leque de ofertas no destino para satisfazer diferentes necessidades: um *mix* que vai desde a aprendizagem à aventura; desde o lazer ao descanso.

Em alguns casos as actividades procuradas têm carácter sazonal, enquanto outras podem ser praticadas o ano todo; umas podem ser concluídas em poucas horas, enquanto outras podem durar um, dois ou mais dias.

Contudo, e de acordo com um estudo da Comissão Europeia (European Commission, 2002) existem para todos os tipos de turistas interessados para o património, as seguintes motivações comuns:

- Bem-estar físico e saúde;
- Descoberta, estímulos intelectuais e instrução;
- Gozar de locais naturais incontaminados e de paisagens;
- Contacto com pessoas oriundas de culturas diferentes, mas num contexto mais íntimo, pessoal e autêntico contrariamente àquele que um turismo de massa pode proporcionar;
- Aventura e emoções.

De acordo com Ashworth e Tunbridge (2000) os turistas demonstraram nos últimos trinta anos um interesse crescente em consumir os recursos patrimoniais. A tendência para uma atenção pública cada vez maior em relação às diferenças étnicas e culturais manifesta-se de facto numa procura crescente de produtos turísticos que ofereçam autenticidade cultural (Cooper *et al.*, 1998): o turista que procura destinos culturais fá-lo pelo carácter simbólico das imagens e objectos do passado que lhe são oferecidos e que representam um mundo definitivamente perdido e irrepetível (Leask e Yeoman, 1999).

A análise das motivações que levam à procura turística geral, leva-nos a sustentar mais uma teoria que justifique a tendência para o crescimento da procura no turismo cultural em particular: destinos com potencial turístico fortemente ligado ao património cultural satisfazem a maioria das motivações/necessidades do turista. A necessidade de entrar em contacto com realidades culturais únicas é totalmente satisfeita pela possibilidade de, através da valorização do património, *contar histórias realísticas sobre as origens de uma cultura* (Binks *et al.*, 1988: 89); também o carácter de descanso e o lazer que caracterizam desde sempre a actividade turística, são perfeitamente compatíveis com as motivações culturais que levam o turista à fruição do património cultural.

Só para dar um exemplo, veja-se como as quatro categorias de motivações citadas por McIntosh *et al.* (1995, citado por Cooper *et al.*, 1998: 66), nomeadamente as físicas, culturais, interpessoais e “de status”, são

perfeitamente satisfeitas pela actividade turística em destinos onde as atracções culturais têm particular destaque.

Veja-se, ainda, como todas as “classes de turistas” definidas por Boniface e Cooper (1987, citado por Cooper *et al.*, 1998: 69), são potenciais consumidoras de turismo ligado ao património, embora com abordagens e atitudes diferentes no processo de tomada de decisão assim como na vivência na área-destino escolhida: o *turista de grupos organizados*, o *turista de pacotes turísticos individuais*, o *explorador* e o *turista autónomo*.

Em linha geral, os turistas são cada vez mais responsáveis e exigentes, preferindo as formas de turismo que dão ênfase ao contacto e à compreensão entre visitantes e população local, entre turistas e património (Dowling, 1997), mas isto requer por parte dos administradores e gestores dos recursos e do desenvolvimento formas particulares de cuidado no processo de planeamento e gestão (Leask e Yeoman, 1999).

De acordo com a análise dos autores aqui apresentada, de forma geral podemos então afirmar que qualquer turista pode-se tornar consumidor de produtos culturais, embora mais ou menos intencionalmente, isto é, tendo ou não como principal motivação da viagem a visita a lugares de valor patrimonial (Cooper *et al.*, 1998; Richards, 1996) e que a tendência actual no que se refere à procura no âmbito específico do turismo cultural e do património resulta ser em forte crescimento, ao ponto de tornar difícil, às vezes, a própria gestão de fluxos turísticos em determinadas áreas, exigindo-se limitações à fruição das atracções culturais e até tornando complexa em determinadas localidades a distinção entre turismo de massa e turismo cultural (Ashworth e Tunbridge, 2000).

3. Desenvolvimento turístico e seus impactes

3.1 Desenvolvimento do turismo cultural: impactes positivos...

Podemos afirmar, concordando com Costa (1996), que a actividade turística não só é compatível com a valorização e promoção dos recursos patrimoniais das

localidades receptoras de fluxos de visitantes, mas que até *estão fortemente interligadas, e o seu sucesso individual depende da relação de uma com a outra* (Costa, 1996).

Um estudo publicado pela World Tourism Organization (1980) baseado na análise de 1619 planos de turismo recolhidos a nível mundial e na investigação integrada de diversos académicos da área, demonstrou que a actividade turística, pelo menos até à década de '80, foi responsável não pela consolidação dos recursos locais mas sim pela sua degradação, consumo irracional e mesmo destruição.

Uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico assente na valorização do património cultural da área de destino tem como objectivo, pelo contrário, garantir vantagens a vários níveis no desenvolvimento cultural e sócio económico da área em questão.

Neste contexto, o turismo cultural assume um papel de relevo. Já em 1976, o ICOMOS elaborou a Carta do Turismo Cultural, subscrita por 17 entidades, entre as quais a WTO. Este documento reconhece os efeitos benéficos do turismo cultural, mas também alerta acerca de vários perigos ligados ao desenvolvimento turístico quais a sobrecarga de visitantes, uma situação indesejável mas que já afecta negativamente vários destinos, aconselhando uma mais estreita cooperação entre organismos representativos do Turismo, por um lado, e da protecção e gestão do património, por outro, no sentido de obterem uma integração dos valores culturais nos objectivos sociais e económicos do planeamento dos recursos do Estado, das regiões e das comunidades locais (Lopes, 2000)

Entre os primeiros benefícios da valorização e promoção dos recursos culturais com fins turísticos é, como demonstrado por Ferreira (2003) para contextos urbanos, a regeneração e auto-sustentabilidade do próprio património.

Convém mencionar, a propósito da requalificação urbana ligada à valorização do património cultural, nomeadamente arqueológico, e ao turismo, os êxitos positivos do projecto da abertura do complexo dos *Mercados de Traiano*, em pleno centro

da cidade de Roma. A afluência constante de visitantes à antiga *Via Biberatica*, após as devidas acções de preservação e adaptação, consentiram não só requalificação duma área até à altura deixada ao abandono, mas também incentivaram novas acções de conservação para a fruição turística dos vestígios arqueológicos em pleno centro por parte das entidades governamentais (Quattrocchi, 2001).

Claramente, os impactes positivos reflectem-se também a nível económico, pois se o turismo em geral gera efeitos multiplicadores numa economia receptora (Cooper *et al.*, 1998), sobretudo a nível local (Cupeto, 2003), um planeamento integrado e uma correcta gestão da actividade turística ligada ao património põe os pressupostos para a criação de emprego e revitalização do artesanato e outras actividades económicas tradicionais a nível local (Mason, 2003).

Os turistas gastam o seu dinheiro numa grande variedade de mercadorias e serviços (Cooper *et al.*, 1998). Entre as actividades económicas, o artesanato desempenha um papel importante no desenvolvimento do turismo (Costa *et al.* disponível em <http://ceaa.ufp.pt/turismo4.htm>) e, por outro lado, o turismo pode servir de instrumento de revitalização de sectores económicos tradicionais mas em crise.

De acordo com Ashworth e Tunbridge (2000: 9), existem dois tipos de abordagens diametralmente opostas no que se refere à “justificação” económica da valorização do património para benefícios económicos: segundo uma abordagem que podemos definir “ética”, não é necessário ter uma contrapartida económica quando se fala de preservação do património cultural; segundo uma abordagem mais “pragmática”, o benefício económico que traz a preservação e dinamização do património (por exemplo através da industria turística) representa uma das principais, se não a única razão para a valorização dos recursos disponíveis. Sempre segundo Asworth e Tunbridge (2000), as duas abordagens podem ser consideradas aceitáveis: se de um lado o património cultural não é por sua natureza directamente ligado ao turismo, do outro lado temos que considerar a existência de casos de sucesso em que o património se tornou um recurso

económico e o seu aproveitamento representou a solução (ou parte dela) de problemas socio-económicos a nível local.

A este respeito existem também pontos de vista diferentes, como o de Cooper *et al.* (1998), segundo o qual existe uma forte limitação no contributo que o turismo pode dar para a dinamização económica, nomeadamente para a criação de emprego: o autor afirma que o efeito directo do turismo tende a gerar a curto prazo uma pirâmide ocupacional muito pouco ampla, resultando na criação de empregos sujeitos à falta de possibilidade de avanço nas carreiras, sobretudo em sectores como a restauração e a hotelaria, embora tais limitações não se manifestem noutros sectores envolvidos no desenvolvimento do turismo, pois requerem um alto grau de especialização e prevêem avanços nas carreiras profissionais.

Segundo o nosso ponto de vista, o planeamento estratégico assente na valorização do património minimiza estas limitações: integrar as áreas de estudo e conservação do património no planeamento turístico, representa um forte contributo para a ampliação da pirâmide ocupacional directamente ligada ao desenvolvimento turístico⁴.

⁴ Igualmente é preciso referir que esta medida não pode por si só inverter tendências negativas no desenvolvimento do turismo ligadas à escassa qualificação da maioria das pessoas ocupadas no turismo, com obvias consequências na qualidade dos serviços oferecidos, problemática, esta, também abordada por Cooper *et al.* (1998).

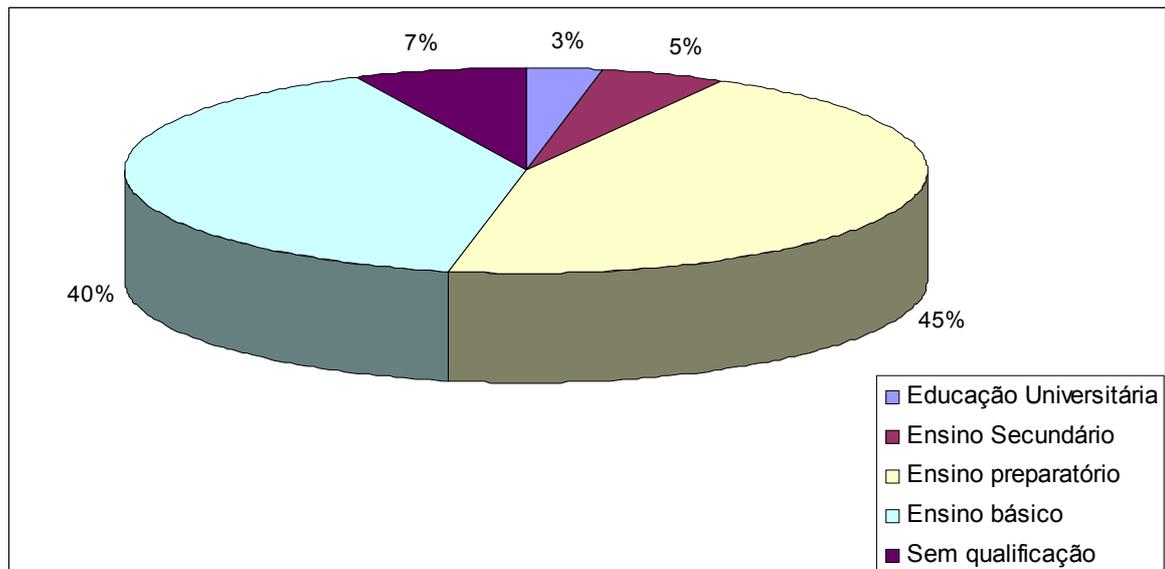


Gráfico 1: Nível de qualificação do pessoal empregado em turismo.

Fonte: adaptado de Cooper *et al.* (1998: 237)

Esta afirmação encontra confirmação, na área específica do património arqueológico, no Directório de Empresas e Profissionais de Arqueologia proposto pelo Centro Arqueologia de Almada (CAA), segundo o qual existem actualmente em Portugal mais de 95⁵ empresas empenhadas não só em trabalhos arqueológicos de campo mas também, e cada vez mais, em projectos de valorização, gestão musealização do património e ainda de animação e turismo cultural (Raposo, 2005).

Estas vão se acrescentar ao grande número de Pequenas e Médias Empresas que caracteriza a indústria turística, e que são, conceptualmente, responsáveis para grande parte da produção económica e da ocupação, sobretudo a nível local (Buhalis e Peters, 2006).

A valorização do património com fins turísticos pode representar ainda um instrumento propiciador do aumento da auto-estima e fortalecimento da consciência histórica da população local, invertendo a tendência geral de que as actividades turísticas podem ser prejudiciais no âmbito sócio-cultural para as

⁵ Este é o número das entidades que aderiu ao projecto respondendo ao inquérito enviado pelo CAA.

populações anfitriãs. O planeamento do desenvolvimento turístico ligado ao património torna-se um elemento fundamental e contributo concreto para o desenvolvimento local, algo de integrado, plurifacetado, com enormes benefícios sobre as comunidades envolvidas.

A estratégia no planeamento do desenvolvimento turístico tem que visar não só a criação da oferta dum experiência qualitativamente satisfatória para os visitantes do destino turístico, mas ainda antes tem que representar um instrumento de crescimento cultural para a população residente: a possibilidade de fruição dos sítios com valor patrimonial, tais como os sítios arqueológicos, os centros históricos, etc., resulta, nesta óptica, em algo especialmente direccionado aos jovens, envolvidos no processo de desenvolvimento turístico através da promoção do turismo escolar, por exemplo, como prática de aprendizagem “não formal”. Esta prática responde, a nosso ver e concordando plenamente com as palavras de Polacco (2001: 48), à exigência de ensinar às novas gerações não só a utilização dos modernos meios de comunicação, mas ainda antes os próprios conteúdos a comunicar, isto é, a transmitir as características culturais próprias, como base necessária para o encontro com outras realidades culturais, recuperando o processo que os antigos gregos chamavam de *paideia*, a formação do “homem livre”, livre de afirmar plenamente si próprio com base no seu património cultural, sem renunciar a competir e colaborar de maneira leal com os outros.

3.2 ...e impactes negativos

O turismo representa, devido aos seus efeitos multiplicadores, um instrumento importante no desenvolvimento não só económico, mas também sócio-cultural a nível local. Contudo, são numerosos os impactes indesejáveis directamente ligados ao crescimento da actividade turística num local: de acordo com Inskip (1991), entre os outros, existem a poluição da água e do ar, a poluição sonora e a distorção de equilíbrios ecológicos, por exemplo, no que diz respeito aos impactes sobre o meio ambiente e, no que diz respeito ao património cultural, danos nos locais históricos e de interesse arquitectónico.

No âmbito dos impactes negativos do desenvolvimento a nível sócio-cultural, relatamos também a ideia defendida por Brito e Silva (2005: 12) de que (...) *a identidade cultural de um povo (...) foi sendo contaminada e deturpada pela invasão, não planeada e desorganizada, dos que comercializam e consomem a diferença e a autenticidade*, embora o investigador não concorde totalmente com esta afirmação.

Parece evidente, portanto, a importância de um planeamento cuidadoso que permita controlar o desenvolvimento da actividade turística e o crescimento sustentável da mesma, reduzindo ao mínimo os seus impactes indesejáveis. O bem-estar e o crescimento socio-económico da população residente estão entre os objectivos imprescindíveis do planeamento do desenvolvimento turístico sustentável.

A tendência crescente no processo de desenvolvimento turístico é a da utilizar de melhor forma os recursos únicos de que o local dispõe, isto é, proporcionar formas de auto-sustentabilidade para o património que, enquanto atracção, representa um elemento básico para a actividade turística.

Isto não quer contudo dizer que os impactes negativos da actividade turística possam ser reduzidos a zero, nem com os melhores planos de desenvolvimento, devido à fragilidade de qualquer tipo de sistema (económico, ambiental, social).

Impactes económicos negativos no destino podem ser representado, por exemplo, e de acordo com Cooper *et al.* (1998) pela migração de mão-de-obra de outros sectores para o turismo. Este fenómeno traz sem dúvida impactes económicos negativos para os sectores paralelos ao turismo, que perdem unidades de trabalho. É o caso do sector agrícola, por exemplo.

Outro efeito mencionado na literatura entre os impactes negativos do desenvolvimento turístico numa área destino é o *efeito deslocamento*, isto é, a substituição duma forma de despesa/actividade económica por outra em favor do

desenvolvimento da actividade turística (Cooper *et al.*, 1998). A indústria turística estará, neste caso, a desenvolver-se às custas de outros sectores.

Contudo, segundo o nosso ponto de vista, no plano integrado de desenvolvimento dum área, a escolha estratégica dos sectores económicos sobre os quais apostar torna este tipo de fenómeno totalmente previsível, é portanto duvidosa a sua inserção entre os impactes negativos do turismo.

Ainda Cooper *et al.* (1998) menciona entre os outros impactes negativos (reais ou potenciais) no âmbito sócio cultural, o aumento de actividades criminais e da prostituição, que tem como principal consequência a difusão de doenças sexualmente transmissíveis.

No âmbito mais propriamente cultural, o que representa um risco para a autenticidade da cultura da área destino segundo Cohen (1988, citado por Cooper *et al.*, 1998: 210) é a *mercantilização* da cultura e dos produtos culturais.

Por fim, entre os impactes negativos da actividade turística, particularmente ligados à falta de qualidade do planeamento do desenvolvimento, existe a alteração irreversível do meio ambiente, assim como a degradação de lugares de valor histórico-cultural (sítios arqueológicos, centros históricos, etc.).

4. Planeamento Integrado em Turismo do Património

4.1 Natureza do planeamento e necessidade de planear

O termo *planeamento* é bastante difícil de definir pois existe uma grande variedade de contextos em que este termo é utilizado, como sugerido por Mason (2003: 66). Podemos contudo afirmar que, em linha geral, a necessidade de planear, em qualquer área nasce com a exigência de maximizar os efeitos positivos dum processo de desenvolvimento e limitar/anular os impactes negativos deste processo. A actividade de planear contribui, entre outras coisas, para a prevenção de dificuldades que possam afectar o processo normal de desenvolvimento (Williams, 1998, citado por Mason, 2003: 70) proporcionando

também uma razoável margem de previsão sobre os efeitos (positivos e negativo) de tal processo.

No âmbito turístico, a preocupação com o planeamento veio a aumentar de acordo com o crescimento do significado social, económico, ambiental e político do turismo, tornando-se cada vez mais premente a necessidade de compreender, acompanhar e avaliar continuamente o processo de crescimento, para que os seus impactes positivos prevaleçam sobre os negativos (Brito e Silva, 2005).

Como afirmado por Williams (1998, citado por Mason, 2003: 70), a falta de planeamento num processo de desenvolvimento pode levar ao surgimento de impactes negativos inesperados a nível social, económico e ambiental na área destino, o que é indesejável segundo as novas tendências de gestão e desenvolvimento em turismo.

Mas em que consiste a actividade de planear? Em linha geral, o planeamento representa o estudo e criação duma sequência racional de operações a efectuar para atingir determinados objectivos (Gunn, 1988, citado por Mason, 2003: 67). Um plano é uma ferramenta indispensável que ajuda a prever riscos, estudar possíveis cenários negativos e encontrar antecipadamente soluções, otimizar todos os esforços, etc. (Gunn, 1988; Williams, 1998, citado por Mason, 2003: 67).

Cooper et al. (1998) reconhece que, embora o conceito de planeamento seja bastante dinâmico, um processo de planeamento reflecte sempre uma estrutura coerente. A sequência de tal estrutura é exposta de forma esquemática na figura seguinte.

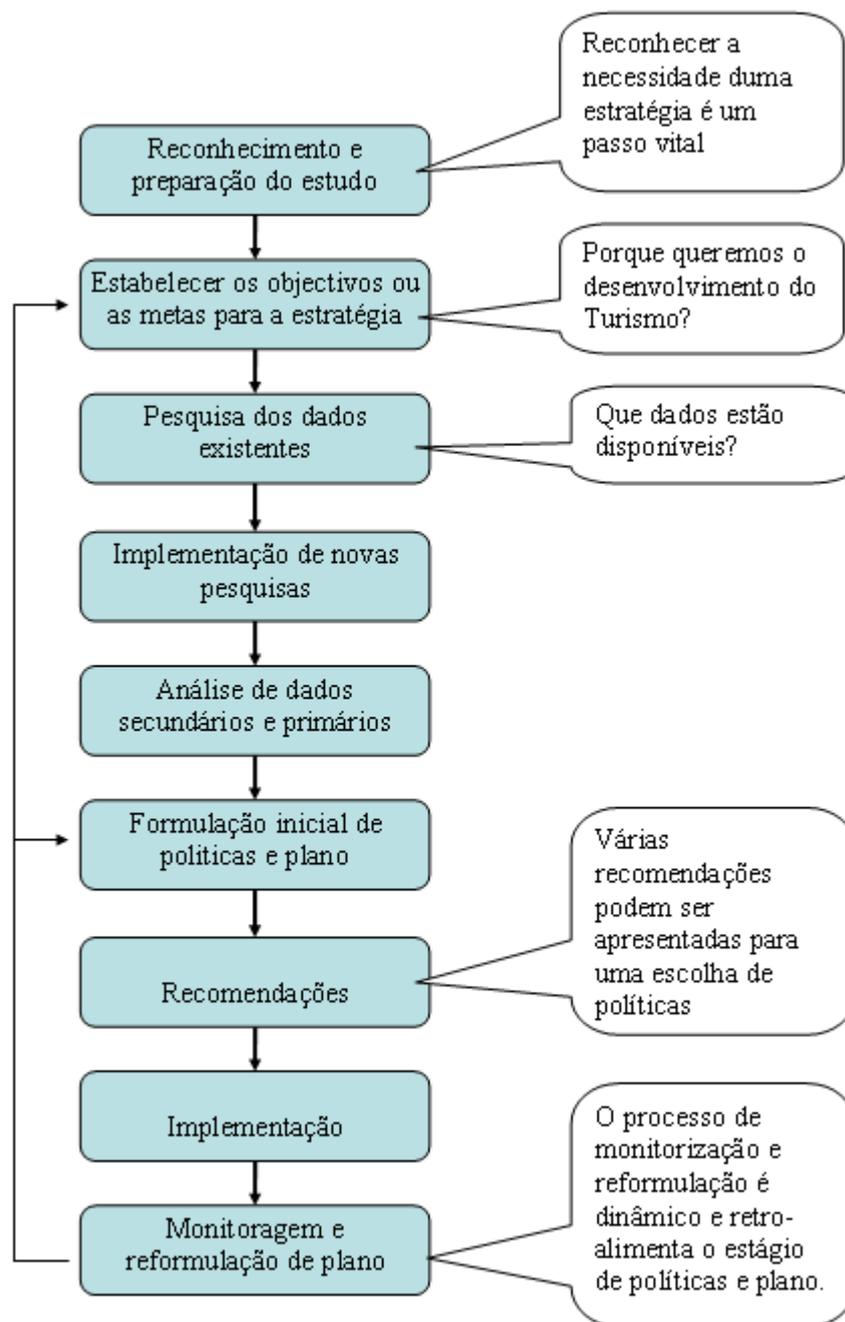


Figura 1: Processo de planeamento.
 Fonte: Adaptado de Cooper, 1998: 244.

4.2 Planeamento integrado em turismo: as potencialidades do turismo enquanto estratégia de desenvolvimento sustentável

Qualquer forma de desenvolvimento económico requer um planeamento cuidadoso para que se possam atingir os objectivos que estão na base do próprio

processo de desenvolvimento. O carácter multi-sectorial do turismo impõe uma atenção particular na fase de planeamento do seu desenvolvimento, que tenha em consideração todos os impactes positivos e negativos, a nível ambiental, social, cultural e económico que este crescimento pode trazer consigo (Cooper *et al.*, 1998).

Entre as dificuldades que se apresentam no planeamento do desenvolvimento turístico numa área destino existe a exigência de conseguir satisfazer todos os actores (*stakeholders*) envolvidos no processo: o sector privado, o sector público e governamental (Cooper *et al.*, 1998: 233), as entidades não-governamentais e a própria população podem trazer pontos de vistas diferentes, às vezes incompatíveis, no que diz respeito ao desenvolvimento do planeamento turístico. Cada um destes intervenientes tem necessidades e objectivos diferentes face o crescimento da actividade turística numa determinada área, alguns de carácter económico de curto prazo, outros de carácter exclusivamente cultural a médio e longo prazo, etc.

Por esta razão, podemos afirmar que uma das tarefas mais difíceis no que diz respeito ao processo de planeamento turístico é com certeza a da conciliação destes interesses para a criação duma estratégia única mas integrada, que vise não só satisfazer as necessidades e prioridades económicas como também garanta a sustentabilidade das decisões a implementar.

Fala-se, então, de planeamento estratégico, isto é, um planeamento que visa alcançar objectivos a longo prazo, abandonando na medida do possível a antiga tendência de definir objectivos a curto prazo, e que na maioria dos casos dizem respeito aos lucros criados pela exploração da actividade turística por parte dos privados (Cooper *et al.*, 1998).

Fala-se de planeamento e desenvolvimento *integrado*, isto é, que integra todas as áreas envolvidas num processo de crescimento – económica, física, social e cultural – através dum crescimento harmonioso e sustentável, como veremos mais adiante.

De acordo com Cooper *et al.* (1998: 241), o planeamento em turismo tem vários níveis: i) o nível internacional; ii) o nível nacional; iii) o nível regional/local.

4.3 O planeamento turístico a nível internacional

A nível internacional, organismos como a WTO, a União Europeia e outros, tentam desenvolver formas de planeamento e desenvolvimento turístico. Estes organismos contribuíram fortemente para as mudanças das tendências no que diz respeito às metodologias de planeamento e até às motivações de desenvolvimento.

No que se refere ao turismo cultural, entre os primeiros exemplos de mudança da sua definição, planeamento e desenvolvimento em grande escala (a nível europeu) representativa é a criação da designação *Capital da Cultura*. A ideia de designar anualmente uma cidade como *Capital da Cultura* foi lançada da Ministra Grega da Cultura Melina Mercouri no 1983. A ideia foi então adoptada a partir de 1985 pela Comunidade Europeia, sendo Atenas, neste mesmo ano, a primeira Capital Europeia da Cultura (Richards, 1996).

A ideia inovativa de promover uma cidade europeia através da nomeação de capital europeia da cultura tinha grandes potencialidades: a criação dum *brand* assente na diversificação da oferta e na valorização da cultura, assim como na elaboração de programas culturais anuais, estavam subjacentes a tal ideia.

Na verdade, é só a partir do ano 1990 que se pode começar a falar numa efectiva actividade de planeamento (turístico e urbano) como resposta à nomeação numa cidade europeia a Capital da Cultura. Foi de facto neste ano que Glasgow, após a sua nomeação, começou um processo de planeamento e desenvolvimento turístico e de requalificação urbana aproveitando a atenção internacional à sua disposição, para promover através de parcerias entre sector privado e público a regeneração da cidade e a sua imagem de destino cultural que ainda hoje mantêm (Van der Borg, 1994, citado por Richards, 1996: 27).

As capitais da cultura designadas após Glasgow seguiram o exemplo dado pela cidade inglesa, embora algumas com maiores, outras com menores êxitos (Richards, 1996). A cultura torna-se assim motor de desenvolvimento e regeneração, embora de forma indirecta.

Para ter mais um exemplo das medidas à escala internacional que juntam o turismo ao património e à cultura, é pertinente falarmos da criação, por parte da UNESCO no ano de 1972, de uma *World Heritage List*, isto é, de uma lista de locais de particular interesse patrimonial (natural e cultural) classificados como *Património Mundial*. Esta lista consta actualmente de 812 sítios, dos quais 628 classificados pelo seu património cultural, 160 pelo património natural e 24 caracterizados pela presença dos dois.

Os Países onde existem áreas ou monumentos classificados como Património Mundial são 137⁶ (UNESCO, disponível em <http://whc.unesco.org/en/list>, visitado no dia 18-08-2005). A classificação de *World Heritage* não traz benefícios técnicos ou financeiros directos. No entanto, os governos de todo o mundo desenvolvem esforços para incluir os seus monumentos nesta lista, para poderem aproveitar a grande visibilidade e o prestígio internacional que esta classificação traz a nível de imagem, proporcionando a médio e longo prazo um aumento do interesse (Lopes, 2000), logo, de *incoming* turístico.

4.4 Planeamento turístico a nível nacional

De acordo com Cooper *et al.* (1998), o planeamento turístico a nível nacional abrange planos de desenvolvimento turístico dum País como área única, embora não raramente inclui objectivos específicos sub nacionais.

⁶ Portugal aderiu a esta Convenção no ano de 1979, conforme consta do Dec. Lei 49/79 de 6 de Junho, à presente data conta com treze monumentos/sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO: 1) centro histórico de Angra do Heroísmo (Açores), classificado Património Mundial em 1983; 2) Convento de Cristo em Tomar, 1983; 3) Mosteiro de Batalha, 1983; 4) Mosteiro dos Jerónimos e Torre de São Vicente em Belém Lisboa, 1983; 5) Centro Histórico de Évora, 1986; 6) Mosteiro de Alcobaça, 1989; 7) Paisagem Cultural de Sintra, 1995; 8) Centro histórico de Porto, 1996; 9) Sítio pré-histórico de Arte Rupestre do Vale do Côa, 1998; 10) Madeira, 1999; 11) Região do vinho do Alto Douro, 2001; 12) Centro histórico de Guimarães, 2001; 13) Floresta de Laurissilva na Ilha da Madeira, 2004.

Como foi demonstrado no sub parágrafo precedente, a cultura (entendida como património, *material e não-material*, mas também eventos culturais) é cada vez mais, de forma directa ou indirecta, a base dos planos de desenvolvimento turístico, de estratégias de marketing para a criação de *brand* de qualidade para as destinações.

Recentemente até os eventos desportivos de carácter internacional começaram a ser encarados pelos governos como oportunidades de melhorar a própria imagem, para dar início ou para complementar planos de desenvolvimento turístico a promover através da visibilidade internacional que estes eventos proporcionam. A Grécia representou um dos exemplos mais recentes desta tendência⁷, hospedando os últimos Jogos Olímpicos, em 2004, e utilizando este evento como instrumento para o melhoramento da oferta e incremento da actividade turística (Kontokolias, 2003).

O turismo representa um dos mais significativos sectores na economia grega (Koutsikos, 2002) e sempre apostou muito no rico património (cultural e ambiental) disponível. Contudo, de acordo com Koutsikos (2002) um plano de diferenciação e melhoramento na qualidade da oferta estava a ser desenvolvido pelo governo grego, que estava à procura de todas as oportunidades disponíveis para um relançamento turístico da Grécia. Os Jogos Olímpicos representaram uma forma de *promoção turística intensiva* (Kontokolias, 2003: 33) que foram parte duma estratégia de marketing turístico complexa e duma série de medidas para a regeneração urbana. Mas os 147.000 visitantes esperados pelo governo grego durante os Jogos (Kontokalis, 2003) representaram só uma fase dum caminho longo: após as Olimpíadas, abriram-se para o turismo grego novas

7

Repare-se que neste caso a Grécia pode apostar no *mix* cultura/desporto, pois não só os Jogos Olímpicos em si representaram a atracção, mas também a forte carga histórico-cultural dada do facto deste evento desportivo se realizar no País que criou estes Jogos (VIII século a.C.). Não é por acaso que a primeira-ministra grega abriu o seu discurso de introdução aos Jogos com a exclamação: "Well come-back home, Olympic Games!". Os primeiros Jogos Olímpicos foram de facto disputados em Olímpia em 776 a. C., e tinham uma duração de cinco dias, sendo quatro dedicados aos festejos e apenas um dedicado às provas atléticas.

perspectivas, perspectivas *post-Olimpicas* (Eliopoulos, 2004: 45) de crescimento e melhoria continua.

4.5 Planeamento turístico a nível local

O planeamento a nível local é o que mais nos interessa no âmbito específico da nossa investigação, pois lida, de acordo com Cooper *et al.* (1998), com questões específicas que dizem respeito a uma determinada área dentro dum País ou dentro duma região (embora com um certo grau de dependência dos outros níveis): áreas específicas de interesse patrimonial, como áreas naturais protegidas (ou não), áreas arqueológicas, centros históricos, etc.

As prioridades de acção podem ser diferentes de uma localidade para outra, o que comporta um grau muito elevado de especificidade no que diz respeito os planos de desenvolvimento integrado do turismo. Um plano de desenvolvimento local tem que ter em conta as características e as efectivas necessidades duma área destino. É preciso ser realista e apostar nos pontos fortes assim como no reconhecimento dos pontos fracos da localidade no que diz respeito os recursos disponíveis (logísticos, culturais, naturais, financeiros, humanos, etc.) mas também à capacidade da população de lidar com um crescimento da actividade turística!

No âmbito do desenvolvimento e turismo a nível local, de acordo com Pereira e Belém (2004) existem uma série de *best practices* recolhidas pela ONU na altura da conferência de Istambul sobre “Desenvolvimento Humano” em 1996, isto é, uma recolha de exemplos de estratégias implementadas com sucesso para conseguir um processo sustentável de desenvolvimento. Todos estes modelos (*best practices*) assentam em princípios fundamentais quais a parceria, a atenção pelos impactes e a sustentabilidade. Mas também: dar poder às pessoas, participação pública, transparência, confiança e abertura, planeamento estratégico, liderança e mudança, partilha de conhecimentos e *know-how* (Pereira e Belém, 2004).

A grande potencialidade do património cultural enquanto atracção turística é a de poder proporcionar uma forte caracterização da área, a capacidade de proporcionar ao visitante uma experiência única, ligada às tradições, história, natureza, numa só palavra, à cultura do lugar específico.

Com base nestas reflexões, existem algumas perguntas sobre as quais um programa de desenvolvimento turístico para uma área teria que se basear, como por exemplo:

- A população residente está favorável ao desenvolvimento turístico?
- Quais são as suas expectativas?
- Existem, sempre segundo a vontade da população residente, alguns recursos ou algumas alturas para os quais o turismo deve ser desencorajado?
- Quais os benefícios (inclusive um reforço da segurança) que o turismo irá trazer e de que maneira?
- Quais as reais potencialidades no que diz respeito ao alojamento e restauração?
- Qual é o número máximo de veículos que podem circular e estacionar dentro da área em análise, sem que a vida dos residentes seja negativamente afectada?
- Quais as potencialidades no que diz respeito à hospedagem de pessoas desabeis?

Todas estas questões são pertinentes para o planeamento do desenvolvimento turístico, reflectindo as reais necessidades da população residente e do seu direito a uma qualidade de vida que não pode ser sacrificada pelo turismo. A nível local, facilmente a avaliação da capacidade de carga pode até levar à decisão de desencorajar a actividade turística na área em questão (Cooper *et al.*, 1998).

Uma vez postas as bases para um consenso comum sobre o processo de desenvolvimento turístico, através da criação dum plano se procurará produzir a

melhor estratégia de desenvolvimento segundo as variáveis internas e externas que estão em constante mudanças (Cooper *et al.*, 1998).

O modelo de planeamento estratégico de Gunn (1988, citado por Petrocchi, 2001), sugere cinco fases principais no que se refere ao planeamento do desenvolvimento turístico local/regional: i) estabelecer objectivos; ii) investigar e analisar, isto é, realizar um levantamento sistemático das características físicas e não físicas da região que sejam directa ou indirectamente relacionados com o turismo e o seu desenvolvimento; iii) elaborar uma síntese, isto é, dum “diagnostico” da área para reflectir sobre as reais potencialidades do seu desenvolvimento turístico; iv) definir o conceito de desenvolvimento, ou seja, elaborar os dados recolhidos nas fases anteriores para determinar as abordagens e as medidas mais apropriadas para o sucesso do plano; v) implementação integrada do plano. Este modelo é em grande parte recuperado pela WTO (1997), no seu *National and Regional Tourism Planning, Methodology and Case Studies*, que também contem uma série de recomendações sobre as medidas de prevenção sobre os impactes negativos do desenvolvimento turístico a nível ambiental e sócio cultural.

Entre as ferramentas (*framework*) mais importantes não só para o sucesso do plano de desenvolvimento e da sua correcta implementação, mas também como meio de comunicação com o turista e *framework* de gestão dos visitantes e das atracções, estão, de acordo com Cooper *et al.* (1998):

- Centros de orientação para os visitantes;
- Centro de informação turística;
- Material de divulgação em suporte de papel;
- Divulgação junto dos mass-media;
- Roteiros e trilhos auto-guiados;
- Guias oficiais e
- Cartazes.

E mais se pode acrescentar:

- Actividades de dinamização do património;
- Organização de eventos culturais junto das principais atracções⁸.

Estes meios podem ser considerados como possibilidade de ganhar atenção do visitante e podem ser utilizados para dar apoio a programas mais formais (Cooper *et al.*, 1998). O planeamento do desenvolvimento turístico, como de qualquer outra actividade económica, sobretudo a nível local, tem que ter entre os primeiros objectivos o benefício das populações e a salvaguarda da sua cultura, sem pôr em risco os seus equilíbrios socio-económicos, sobretudo onde estes estejam ainda radicados, eficientes e bem vivos.

Contudo, pode-se afirmar que o bom planeamento do desenvolvimento da actividade turística pode, em linha geral, ser garantia de sucesso e gerador de grandes benefícios para a comunidade residente.

5. Novas tendências: a ideia de sustentabilidade, a A-21, e a Gestão Integrada da Qualidade (IQM)

5.1 Desenvolvimento sustentável

O elevado preço do crescimento económico descontrolado em termos ambientais, culturais e sociais está a ser uma preocupação constante e cada vez maior para as organizações internacionais que se preocupam com o desenvolvimento socio-económico a nível global.

⁸ São cada vez mais os Municípios que organizam eventos culturais em sítios de interesse patrimonial, como recreações históricas, conferências ou até concertos musicais: é o caso de Aveiro, com o seu Festival Jazz nas salinas; Lisboa, com o Super Bock Festival no Castelo São Jorge; ainda, na Sicília (Itália), todos os anos são numerosos os concertos que se realizam no interior dos antigos teatros gregos ainda existentes.

Os graves problemas devidos à massificação fizeram com que surgissem na generalidade das actividades económicas, **princípios de sustentabilidade**, isto é, *formas de desenvolvimento que mantenham a integridade social e económica das populações, bem como a perenidade do património natural, construído e cultural* (Cupeto, 2003).

A 14 de Julho do ano 1992, no Rio de Janeiro realizou-se o *Earth Summit*, uma conferência internacional sobre o meio ambiente organizada pelas Nações Unidas (*UNCED*, United Nation Conference on Environment and Development). O objectivo deste encontro foi a promoção de um debate internacional construtivo sobre novos rumos a tomar no âmbito de crescimento económico, face os graves problemas de degradação ambiental. O resultado deste histórico encontro foi a Declaração de Rio e relativa adopção da Agenda 21 (A-21) (DESA, 1999), um programa de acção adoptado formalmente pelos 182 governos participantes no *Earth Summit*.

Este documento, o primeiro do seu género a alcançar consenso internacional, fornece um plano para assegurar o futuro sustentável do Planeta: identifica as questões de desenvolvimento e meio ambiente que ameaçam uma catástrofe económica, ecológica e social, mas acabou por compreender também uma série de recomendações relativas à preservação e valorização das culturas e das identidades locais (Johnson, 1993).

Podemos afirmar que o **desenvolvimento local** representa a espinha dorsal desta nova forma de encarar o processo de desenvolvimento a nível global. Este conceito, de desenvolvimento local, refere-se àquelas políticas de desenvolvimento que tentam conjugar a valorização dos próprios recursos (humanos, ambientais, culturais assim como empresariais) com a formação e atracção de actividades do exterior. A eficácia desta acção está fortemente relacionada com o conceito de integração, ou seja, o envolvimento de todos os interesses e recursos considerados essenciais por parte dos diferentes *stakeholders* públicos e privados a nível local.

A partir deste conceito inovador, hoje, o nascimento de diferentes A-21 locais, isto é, planos integrados de acção a longo prazo redigidos de acordo com os princípios do *Earth Summit*, mas implementados autonomamente e espontaneamente por diferentes administrações locais.

5.2 Sustentabilidade em turismo: adaptação da A-21 à actividade turística

A indústria turística encontra-se num momento crucial do seu desenvolvimento, em que as questões da rendibilidade privada e social, e a competitividade baseada na qualidade, são cada vez mais importantes, mas inseridas num contexto de crescente preocupação pelos impactes da actividade turística a nível social, económico e sobre o património ambiental e cultural.

Uma conclusão chave da UNCED foi a importância de aproveitar o vigor empreendedor do sector privado na causa do desenvolvimento sustentável, num trabalho em conjunto com os actores (*stakeholders*) públicos.

O Turismo tem um grande interesse económico a este respeito, mas também um interesse moral: o meio ambiente e os recursos culturais representam de facto as componentes centrais da actividade turística, mas, como o *Earth Summit* nos “forçou a compreender”, não podemos continuar a presumir que toda a procura pode ser satisfeita por crescimento sem restrições, e sim que preservar significa planear cuidadosamente o processo de crescimento e desenvolvimento turístico (WTO, WTTC e Earth Council, 1996). A preocupação primordial de todos os sectores, públicos e privados, envolvidos na actividade turística, deve ser a de procurar maneiras para valorizar em vez de degradar o seu produto principal (WTO, WTTC e Earth Council, 1996), o meio ambiente e as identidades culturais.

Na verdade, Cooper *et al.* (1998) defende que a existência da noção de *sustentabilidade* não é nem inovadora nem radical: o planeamento do turismo esteve sempre relacionado com as questões da sustentabilidade, mas a falta de implementação destas mesmas ideias deu origem nos anos noventa a este

grande debate sobre uma maior atenção face os efeitos a longo prazo do desenvolvimento.

Ultrapassando tais reflexões, contudo, assistimos de facto actualmente a uma “evolução” da ideia de actividade turística: do lado da procura, cada vez mais responsável e exigente, são preferidas aquelas formas de turismo que dão ênfase ao contacto e à compreensão entre visitante e população local, entre turistas e património (Dowling, 1997), enquanto, do lado da oferta, embora sejam sempre as vantagens económicas a propulsionar o desenvolvimento turístico (Cooper *et al.*, 1998), cresce a tendência de privilegiar todas as formas de desenvolvimento, planeamento e actividades turísticas que mantenham a integridade socio-económica das populações locais, bem como a perenidade do património natural e cultural (Cupeto, 2003).

5.3 Os princípios de sustentabilidade no planeamento e desenvolvimento turístico

A atenção cada vez maior para os impactes do desenvolvimento turístico é algo de tangível: em 1995, dois anos mais tarde do *Earth Summit* em Rio de Janeiro, realizou-se em Lanzarote uma *Conferência Mundial sobre o Turismo Sustentável*, onde os participantes, baseando-se declaradamente nos princípios da Declaração de Rio e sobre as directivas da Agenda 21 entre outros, criaram uma nova carta de princípios a adoptar pelos *stakeholders* do sector turístico. Entre as prioridades do plano de acção da *Carta de Lanzarote* para o desenvolvimento dum turismo sustentável encontramos a promoção do turismo a nível local:

- Integrando o desenvolvimento turístico na programação económica;
- Sustentando a indústria turística e as próprias administrações locais através da formação e oferta de *know-how*;
- Promovendo e sustentando a inovação do sector turístico;
- Introduzindo entre os operadores do sector códigos de conduta;
- Promovendo o planeamento integrado;

- Avaliando atentamente a procura turística endereçando a sua evolução para um tipo de turismo respeitoso do meio ambiente e das culturas;
- Explorando as oportunidades oferecidas pelo turismo em favor da preservação e protecção das heranças culturais.

Eis um novo contributo para reforçar a nova tendência de encarar a actividade turística como instrumento de desenvolvimento local, sugerindo com este conceito toda uma série de novos desafios para os actores envolvidos. Desafios possíveis, como demonstra o conhecido caso do *Município de Calviá*, onde a implementação da A21 local deu a possibilidade de atingir, entre os outros, o objectivo de salvaguardar a herança cultural local para um desenvolvimento turístico futuro equilibrado (Pereira e Belém, 2004).

Apresentamos, por fim, a definição proposta pela WTO para o desenvolvimento turístico sustentável: *o desenvolvimento turístico sustentável procura satisfazer as exigências actuais dos turistas assim como das áreas destinos, preservando e melhorando as perspectivas para o futuro. Este desenvolvimento tem que integrar a gestão de todos os recursos de modo que as exigências económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, mantendo ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a biodiversidade e os seres vivos* (WTO, 1998).

5.4 A Gestão Integrada da Qualidade (IQM)

Proporcionar aos visitantes estruturas e serviços de elevada qualidade é fundamental para o desenvolvimento de produtos sustentáveis e competitivos, sobretudo nos segmentos menores de mercado cuja oferta assenta na exploração do património natural e cultural.

Nestes casos, de forma particular, a satisfação do visitante e o seu interesse para que os recursos visitados sejam preservados está directamente ligada à qualidade da experiência vivida (European Commission, 2002). Para fazer com que isto aconteça, é necessário garantir standards elevados de qualidade ao longo de todo o sistema turístico: desde as acções de marketing, as estruturas

receptivas, os produtos alimentares e gastronomia, as informações, a orientação, o planeamento urbano, etc.

A Comissão Europeia realizou uma relação acerca da Gestão integrada da Qualidade em áreas urbanas, costeiras e rurais (European Commission, 2000 *a*, *b* e *c*), que deu vida a um guia de boas praticas para a gestão de áreas destino. O IQM representa de facto uma nova abordagem de gestão a nível de destino turístico, embora continue ainda desconhecido para muitos operadores do sector (European Commission, 2000 *a*, *b* e *c*).

O turismo representa uma componente estratégica para as politicas de desenvolvimento local. O conceito de *Gestão Integrada da Qualidade (IQM)* no processo de desenvolvimento e gestão turística representa a vontade de:

- Proporcionar um produto (oferta) altamente competitivo aos visitantes;
- Contribuir de forma positiva ao crescimento socio-económico do destino e da qualidade de vida da comunidade residente.

Este processo de gestão integrada assenta na parceria entre sector público, privado, ONGs e representantes das populações locais, juntos numa politica comum e com uma forte e reconhecida liderança por parte (geralmente) do sector público (European Commission, 2000 *c*).

De acordo com as especificidades e necessidades do território, escolhem-se objectivos, estabelecem-se prioridades, criam-se estratégias e partilham-se tarefas. Por norma as principais preocupações e objectivos da interacção entre parceiros pretendem garantir *in primis*:

- Preservação do meio ambiente e sustentabilidade no processo geral de desenvolvimento;
- Acessibilidade e mobilidade no destino;
- Segurança no destino.

Entre os *frameworks* indispensáveis de gestão interna (ao destino) do desenvolvimento que as autoridades e *stakeholders* disponibilizam, também para obter o máximo envolvimento da população no processo, os principais são representados por:

- Comunicação interna, isto é, uma partilha constante de informação sobre as estratégias, seus resultados e avaliações; a disponibilização para a comunidade local de tudo quanto é produzido através da pesquisa e o desenvolvimento em âmbito turístico;
- Comunicação externa, isto é, a elaboração de uma estratégia de promoção no exterior da localidade;
- Novas tecnologias de informação e comunicação;
- Formação dos recursos humanos, sempre que possível oriundos da área destino;

O processo de IQM prevê claramente uma atenção constante às exigências dos turistas, não só durante a viagem, mas também antes e depois.

De que forma? Através o desenvolvimento de standard definidos de qualidade acerca de:

- Informação e acolhimento dos visitantes;
- Alojamento e restauração;
- Atrações, manifestações, produtos combinados.

Outro *framework* de fundamental importância no âmbito do IQM é representado pela monitorização constante da satisfação a vários níveis:

- Satisfação dos turistas;
- Satisfação dos profissionais de turismo e dos sectores envolvidos no processo;
- Satisfação das comunidades locais (através da avaliação dos impactes socio-económicos, culturais e ambientais do processo de desenvolvimento.

Na área específica da qualidade da gestão e fruição do património cultural, nomeadamente arqueológico, é de referir a recente instituição de uma organização não-governamental internacional, designada por HERITY (*Heritage Quality*) e com sede em Roma, que tem por objectivo definir critérios e procedimentos para a certificação da qualidade e sustentabilidade da gestão do património cultural, considerando indicadores como o valor percebido, a capacidade de preservação, a informação transmitida e os serviços fornecidos ao visitante, indicadores que já encontramos definidos em Raposo (2005).

Nos próximos capítulos será analisada o nível real de implementação destas novas tendências, destes novos conceitos e critérios de gestão nos processos de desenvolvimento do turismo do património em Portugal.

6. Turismo, Património e Desenvolvimento

6.1 Heritage Tourism e desenvolvimento sustentável a nível local

O *desenvolvimento local* representa actualmente a espinha dorsal das políticas regionais. O conceito de desenvolvimento local refere-se às políticas de desenvolvimento que tentam conjugar a valorização dos próprios recursos (humanos, ambientais, culturais assim como empresariais) com a formação e atracção de actividades do exterior. A eficácia desta acção está fortemente relacionada com o conceito de *integração*, ou seja, o envolvimento de todos os interesses e recursos considerados essenciais por parte dos diferentes *stakeholders* públicos e privados a nível local.

Cada território, a nível sub-regional, tem uma especificidade própria que tem que ser valorizada: a força do desenvolvimento local assenta, de facto, na criação dum meio favorável à exaltação das características locais. O território é visto como um factor que pode proporcionar recursos ambientais e sócio-culturais diferenciados e sedimentados no tempo, valorizáveis nos processos de desenvolvimento. Nesta época de competitividade global as vantagens dum

carácter territorial, que aposta na qualidade e integração da oferta dos produtos e dos serviços, são cada vez mais evidentes (De Rita e Bonomi, 1998).

Em termos económicos, o desenvolvimento local pode ser definido como um *processo de mudança e enriquecimento das estruturas económicas duma área culturalmente, socialmente e economicamente homogénea, pois fora desta área seria dificilmente identificável o conjunto dos mesmos recursos* (De Rita e Bonomi, 1998).

Em termos sociais, este processo é caracterizado pela presença e desempenho fundamental dos actores socio-económicos locais. O controlo local deste processo de desenvolvimento faz com que qualquer tipo de investimento seja uma garantia de desenvolvimento local. Neste contexto, o turismo desempenha sem dúvida um papel fundamental para o processo de desenvolvimento, pois a actividade turística, do lado da oferta, assenta na exploração dos recursos locais, primários e secundários (Inskeep, 1991) enquanto que, do lado da procura, o turista é hoje muitas vezes motivado por novos interesses “não materiais”, como a cultura, a natureza, o lazer – turismo participativo, com o objectivo duma melhoria da qualidade de vida, o que é perfeitamente compatível com os interesses económicos locais de pequena escala (Cooper *et al.*, 1998; Cupeto, 2003). A criação duma *Agenda 21 para a Industria de Viagens e Turismo* (WTTC; WTO e Earth Council, 1996) é, de facto, a demonstração de que a própria actividade turística tem que ser repensada e o seu planeamento deve seguir novas directivas de acordo com a ideia de sustentabilidade.

6.2 A valorização do património cultural nas estratégias de desenvolvimento turístico

Com base nas tendências precedentemente analisadas, a evolução do planeamento em turismo corresponde ao aparecimento de estratégias integradas, não já avulsas das outras áreas económicas e patrimoniais que caracterizam o território. Desenvolveram-se novas relações, e as antigas se fortaleceram, como é o caso da aliança entre Turismo e Património Cultural.

Na óptica do planeamento integrado do turismo, sobretudo a nível local, resultam de facto amplas as perspectivas que abre a relação entre turismo e património cultural, abrangendo este numerosas áreas, entre as quais as actividades produtivas tradicionais. Concordamos de facto com a afirmação de Cupeto (2003), pelo qual é o turismo a actividade económica com maior capacidade multiplicadora no contexto da economia local, tornando-se num sector chave para o desenvolvimento, sobretudo para aquelas realidades onde o tecido económico e produtivo é pouco competitivo. Mas podemos ainda acrescentar, entre os outros efeitos benéficos dum correcto planeamento turístico relacionado com o património, o crescimento da auto-estima e a melhoria da situação sócio cultural da população local da área destino, indispensáveis para um crescimento equilibrado, sustentável.

Em termos de gestão turística, a valorização do património cultural, seja este representado por centros históricos, sítios arqueológicos, museus, etc., e a sua exploração turística, representa uma solução para problemas recorrentes no âmbito turístico, tais como a congestão de determinados lugares, a sazonalidade, como foi recentemente demonstrado no seminário técnico da WTO (2005) *THE FUTURE OF CITY TOURISM IN EUROPE*, no qual o investigador teve a honra de participar e onde foram apresentados numerosos casos europeus de sucesso no âmbito do desenvolvimento turístico a nível local, ou até nacional (no caso de países como Malta ou Áustria) baseado na exploração sustentável do património cultural⁹.

Qual é então o desafio? Que os recursos culturais (materiais e não-materiais) sejam valorizados, restituindo identidade às comunidades, mas também que esta riqueza seja promovida e explorada, tornando-se fonte de crescimento socio-económico. E é mesmo nesses termos que a actividade turística desenvolve um grande papel: em termos gerais, o Turismo pode ajudar a recuperar e valorizar o

⁹ Esta directiva parece ser partilhada também no âmbito governamental português. No ano de 2004, o então Ministro do Turismo Telmo Correia, afirmou em conferência de imprensa que o crescimento da procura de Portugal enquanto destino turístico só será conseguido com a qualificação da oferta, nomeadamente através associação do turismo à cultura, e que é “cada vez mais importante afirmar a identidade do País na oferta turística”.

património, seja pela geração de receitas directas que o negócio turístico pode proporcionar e fazer encaminhar para a valorização patrimonial, seja indirectamente, pela chamada de atenção para o património que pode ajudar a mobilizar outros recursos (Umbelino, 2004).

Designamos como “património turístico” o *conjunto de obras e/ou monumentos de valor histórico, artístico, cultural, religioso, etnográfico de um País, região ou localidade* (Domingues, 1997). Mas se é verdade que o turismo depende do património para estruturar a sua oferta, também tem que se considerar a retribuição através de um aumento de visibilidade e geração de receitas próprias (Umbelino, 2004). O valor da relação entre turismo e património vai mais além: no planeamento dum processo de desenvolvimento local sustentável, em que se prevê que o crescimento socio-económico esteja baseado *in primis* sobre o aproveitamento racional dos próprios recursos e que seja preservada a identidade cultural local, a valorização do património e a sua utilização para fins turísticos contribui amplamente para a prossecução desses fins.

Conclusão

Nestas primeiras páginas foi contextualizado o objecto de investigação desta tese: após um enquadramento geral do chamado *Heritage Tourism*, foi demonstrado como as actuais tendências sugerem uma integração de três âmbitos fundamentais, património, turismo e desenvolvimento, e sugerem formas novas de gerir de forma integrada este conjunto com o fim de obter produtos turísticos de alta qualidade, e maximizar os impactes positivos do desenvolvimento turístico para as comunidades locais.

A importante função deste primeiro capítulo é a de proporcionar todos os elementos básicos para a compreensão do tema tratado e, com base neles, criar uma plataforma de noções a partir da qual se possam formular todas as reflexões e as perguntas às quais se tentará dar uma resposta nos próximos capítulos, como por exemplo: qual é actualmente em Portugal o grau de sustentabilidade no âmbito da exploração do património para fins turísticos? Existem planos a nível

local de desenvolvimento turístico integrado que reflectam as novas tendências apresentadas? E se existem, qual é o seu grau de qualidade na implementação, isto é, qual é o benefício concreto proporcionado pela gestão integrada do património à população residente no que diz respeito à sua qualidade de vida, e à dos visitantes, no que diz respeito à qualidade da sua experiência turística?

Capítulo II

TURISMO E ARQUEOLOGIA

Estratégias, tendências de evolução e instrumentos de desenvolvimento e gestão

Introdução

O património cultural é o resultado dum processo dinâmico que inclui entre os seus produtos uma série de aspectos muito próprios da identidade local, desde as tradições populares até à paisagem, passando pela gastronomia ou a religião, que representam a “unicidade” da localidade.

Se, de acordo com Domingues (1997) o “património turístico” é representado pelo *conjunto de obras e/ou monumentos de valor histórico, artístico, cultural, religioso, etnográfico de um País, região ou localidade*, então está demonstrado a forte ligação entre património cultural (abrangente também o meio ambiental em que tal cultura se desenvolveu) e património turístico.

Depois de ter enquadrado, no primeiro capítulo, o objecto geral desta investigação, o *Heritage Tourism*, neste capítulo delinear-se-á o objecto específico da pesquisa, ou seja, o turismo em áreas arqueológicas e a qualidade da sua gestão.

As evidências arqueológicas representam a testemunha material da história dum povo, isto é, são marcas palpáveis do seu passado, raízes tangíveis da sua cultura. O património arqueológico (móvel e imóvel) representa portanto uma parte importante do património cultural de uma localidade, de uma área destino.

Conservar, valorizar, dinamizar as áreas arqueológicas representa um passo imprescindível para a preservação das características históricas e culturais próprias de uma dada região e para um desenvolvimento integrado e sustentável.

O desenvolvimento da actividade turística nestas áreas, proporciona benefícios ligados não só à auto-sustentabilidade económica das áreas arqueológicas, no que diz respeito aos custos da sua manutenção, mas também ao desenvolvimento sócio-cultural da comunidade local, bem como o reforço da sua auto-estima e consciência histórica. A valorização do património cultural, nomeadamente arqueológico, através do turismo torna-se portanto um dos elementos chave para a sustentabilidade do desenvolvimento socio-económico a nível local.

Contudo, é preciso pensar num desenvolvimento turístico compatível e sustentável para áreas tão particulares e frágeis como um sítio arqueológico. Neste capítulo será portanto fundamentada a importância do património arqueológico no processo de desenvolvimento integrado a nível local, através da apresentação da história do turismo ligado à arqueologia, e através da apresentação de *best practices* portuguesas que esclareçam os vários “âmbitos” arqueológicos e as suas dinâmicas de valorização, musealização, isto é, “turistificação”; serão depois analisadas as legislações portuguesas que definem o património arqueológico e regulamentam (através de instituições competentes) a sua gestão; a seguir ao enquadramento legislativo, serão apresentadas as novas tendências no âmbito da qualidade e sustentabilidade da gestão do património e os *frameworks* indispensáveis para garantir a competitividade da oferta turística ligada ao património arqueológico.

1. Delimitação do objecto de Investigação

Em Yale (1991: 87) encontramos a definição contida nos *Ancients Monuments and Archaeological Areas Act* do ano 1979 a respeito do conceito de monumento. São definidos monumentos i) qualquer construção, estrutura ou obra existente por cima ou por baixo da superfície terrestre; ii) qualquer sítio em que existam vestígios de construção; estruturas; obras.

Em arqueologia, os monumentos fazem parte da referida cultura material, isto é, os restos materiais da evolução (e por vezes desaparecimento) de uma cultura.

Outros produtos da cultura material podem ser considerados os artefactos cerâmicos¹⁰, os utensílios de trabalho, as armas, as moedas e tudo o que a produção material representativa de uma cultura, um povo (Piuzzi, 1990). Estes elementos representam as peças de um *puzzle*, que uma vez colocadas no lugar certo, proporcionam a imagem final, a imagem da cultura que estes produtos representam.

Para o observador comum, os sítios arqueológicos são muitas vezes sinónimos de lugares inacessíveis, misteriosos e de difícil interpretação (Binks *et al.*, 1988), o que não deixa de ser verdade na maioria dos casos. Se é verdade que já o Carandini (1996: xv) afirma no seu manual de escavação arqueológica que a *reconstrução é o fim último da pesquisa*, na prática, a pesquisa estratigráfica, a criação de plantas de fase, o registo das evidências arqueológicas e o trabalho minucioso, paciente dos arqueólogos, é na maioria dos casos desconhecido, representando ele próprio um mistério para o público comum. Isto é, os esforços dos arqueólogos não são aproveitados de forma melhor pelos gestores do património, sendo por fim a comunicação com o visitante e a interpretação das evidências arqueológicas a sofrer as consequências.

Daqui a necessidade de inovação na própria maneira de “pensar o trabalho arqueológico”: não só a investigação arqueológica, a escavação, mas também a conservação e a valorização são etapas de um delicado trabalho científico que bem podem ser integrada no processo de desenvolvimento turístico de um destino, conferindo-lhe maior “personalidade”. Sendo a cultura algo de muito próprio para um povo, a valorização dela através da “aliança” entre turismo e arqueologia, garante um veículo de diferenciação e uma marca de unicidade para o destino.

Contudo a exploração turística duma área arqueológica (musealizada ou não) não pode e não deve ser representada pelo aproveitamento selvagem desta por parte das empresas turísticas. Prevê um processo sustentável de integração entre

¹⁰ Particularmente importante nos estudos arqueológicos por causa da possibilidade de se ter uma datação da fase cronológica particularmente precisa das peças através da análise do C-14, e por isto chamado “fóssil-guia” por autores quais Carandini (1996).

actores, públicos, privados e não governamentais, e entre técnicos (do turismo e do património) para fazer com que se garanta o equilíbrio socio-económico, o respeito da capacidade física de carga do sítio, o benefício das populações residentes, a qualidade e a segurança da experiência turística para os visitantes.

Este processo de integração e de desenvolvimento ligado ao Turismo e ao Património será analisado, avaliado e comentado neste estudo, com o objectivo de servir esta investigação como contributo para a implementação de formas de planeamento e desenvolvimento turístico mais integradas e respeitosas dos valores culturais. Por outras palavras, o nosso objecto de estudo é representado pela demonstração da possibilidade/necessidade de explorar turisticamente e de forma sustentável, o conjunto de recursos que representam o património arqueológico, enquanto representantes materiais da cultura e da identidade de um destino. Este objectivo será atingido através da análise dos modelos actuais de gestão e a proposta de um modelo mas atento, a nosso ver mais completo, eficaz, sustentável, assente nos princípios anteriormente apresentados da Sustentabilidade e da Gestão Integrada da Qualidade.

2. Breve síntese histórica do Turismo Arqueológico

2.1 As origens

A nossa pesquisa em relação às “raízes” da relação entre cultura, património monumental e turismo, leva-nos a afirmar sem hesitação que as actividades “turísticas” motivadas pela visita a lugares históricos, isto é, caracterizados pela sua ligação a acontecimentos simbólicos e de relevo, estão entre as formas mais antigas de turismo.

Existem a este respeito teorias segundo as quais há uma relação entre esta actividade específica e a própria palavra *turismo*: o suíço Arthur Haulot afirma que a origem da palavra turismo está relacionada, ainda antes do que com o inglês *tour*, com o hebraico *tur*, que encontramos na Bíblia com o significado *viagem de reconhecimento* (Zardo, 2003).

Claramente, as motivações e, mais ainda, as modalidades das deslocações eram profundamente diferentes no passado em relação às actuais, como nos sugere Williams (1998, citado por Mason 2003: 6): só nos últimos cento e cinquenta anos as viagens começaram a ser encaradas como actividade de lazer, e só a partir da segunda década do século XX começou o crescimento do turismo assim como hoje o entendemos (Mason, 2003).

Contudo, não se pode deixar de constatar que já em épocas remotas existiam sítios com uma forte carga atractiva que eram visitados periodicamente por inúmeros peregrinos e viajantes pelas mais variadas motivações (desde a religião ao desejo intelectual de conhecer). Tal fenómeno tem importantes ligações com o actual turismo e com a actividade de viajar para visitar lugares e monumentos específicos. Já em plena época imperial, os romanos consideravam as viagens até às ruínas dos templos gregos uma parte fundamental do processo de aprendizagem dos jovens da alta classe social. O próprio César, bem como Cícero e outros, partindo do porto de Crotona, a magno-grega *Kroton* (Tedesco, 1997), partiam com destino a Atenas para realizarem o que hoje chamaríamos de “visitas de estudo”.

Remontamos depois à época Tardo Imperial para encontrar as primitivas formas de “turismo-religioso”: nestas viagens, conhecidas com o nome de *peregrinatio* (Kötting, 1950), participavam grupos de peregrinos de culturas e raças diferentes que atravessavam a Europa e o Mar, motivados essencialmente por razões religiosas, para visitar lugares sagrados como Jerusalém, ou as catacumbas romanas (Testini, 1980). Começaram-se então a traçar roteiros, desenhar mapas, entre as quais destaca-se hoje por importância histórico-arqueológica a *Tabula Peutingeriana* analisada por Bosio (1983), e a escrever “guias práticos” para conduzir os peregrinos, os *Itineraria*. A *Peregrinatio ad loca sancta* (séc. IV), os *De locis sanctis martyrum* (séc VII) são só alguns exemplos destes guias, entre os quais se destaca o *Itinerarium Antonini Piacentini*, itinerário escrito por volta do ano 570 e que contém muitas notícias sobre igrejas, sinagogas e monumentos vários na Palestina, Egipto, e outras regiões da Terra Santa (Testini, 1980).

Estes guias continuaram a ser utilizados ao longo de toda a Época Medieval, chegando até nós para nos dar a ideia de “turismo” em tempos tão remotos!

2.2 A época moderna

De acordo com o Bahn (2002) foi só a partir do séc. XVI que os europeus começaram a visitar os monumentos antigos de forma mais sistemática, e com motivações diferentes das religiosas. Sobretudo membros da elite social britânica começaram, no séc. XVIII, a levar a cabo as suas *Grand Tours* pela Europa continental. Como nós explica Domingues (1997: 144), de facto, durante a época do Renascimento desenvolveu-se na Grã-bretanha a ideia de que a formação académica dos alunos dos mais famosos colégios, quais Eton, Oxford, Cambridge, só estaria completa se, terminados os seus estudos, frequentassem no Continente os centros e tertúlias literárias, científicas e artísticas. As demoradas viagens destes jovens tinham entre os principais destinos a cidade de Roma, e como principais “atrações” a visitar as suas ruínas clássicas, e, a partir de 1740, Nápoles, para as suas novas escavações em busca das antigas cidades romanas de Pompeia e Herculano, destruídas pela erupção do Vesúvio no ao 79 d.C. (Trigger, 1990). E, já naquela época, estas deslocações provocavam impactes económicos concretos no destino: tão importante era a repercussão dos gastos dos “viajantes”, liquidados em ouro amoadado ou mediante cartas de crédito, que os proprietários de estalagem competiam entre si (Domingues, 1997)!

O costume das viagens motivadas pelas visitas a ruínas e testemunhos de antigas civilizações não parou de crescer, e teve horizontes cada vez mais amplos: a partir de finais do século XVIII os viajantes também se começaram a deparar com os vestígios do mundo grego, como demonstra o *Journey into Greece*, de George Wheeler, que data de 1670. Tais viagens influenciaram profundamente a forma de abordar o património arqueológico, considerando-o cada vez mais importante não só para a sua valência estética, mas também para o seu valor histórico-cultural, enquanto herança dos antepassados. Este período contribuiu também para o processo de distinção da figura do antiquário respeito a do arqueólogo entre o século XIII e XIX (Bahn, 2002), embora Carandini (1996:

xvi), de um ponto de vista mais técnico e metodológico, coloque ainda nesta altura o que chama de “*tradição humanística*” da arqueológica “*histórico-antiquaria e histórico-artística*”.

3. Turismo e arqueologia na actualidade

3.1 A importância do património arqueológico no desenvolvimento

A arqueologia é hoje uma disciplina muito desenvolvida, considerada uma verdadeira ciência, embora o investigador tenha uma posição muito crítica a este respeito¹¹, e que através dos mais sofisticados instrumentos de pesquisa tenta atingir o máximo resultado em cada investigação.

Pede-se ao arqueólogo não só para reconhecer, mas também para *descrever, representar e quantificar* os dados recolhidos da sua escavação, quanto mais não seja para dar cumprimento ao dispositivo legal da “conservação pelo registo”¹². A grande responsabilidade do arqueólogo profissional é entregar à comunidade as testemunhas materiais das antigas actividades humanas (Piuzzi, 1990); não só de destruir mas sobretudo de reconstruir a história nas suas três dimensões do espaço (Caradini, 1996), contribuindo assim para confirmar ou desmentir as fontes literárias dos antigos historiadores, cronistas e escritores.

A arqueologia contemporânea exalta a dimensão histórico-cultural da pesquisa: a *evidência arqueológica* não representa hoje a resposta para um desejo meramente estético duma elite, mas com o seu significado intrínseco contribui para o enriquecimento daquela a que chamamos “memória social”, isto é, *confere ordem àquelas matérias que se vão assim tornando em memória colectiva, em imagens de identidade dos grupos sociais* (Manacorda, 2001: 87). O acto da

¹¹ De acordo com Silva (2005) *investigar* significa indagar as origens, qualidades ou fins de forma sistemática, detalhada, planificada, como é próprio do método científico.

Contudo, quem escreve defende que a arqueologia, embora faça uso do método científico assim como de um leque extremamente variado de ciências, avançando a pesquisa pluridisciplinarmente, não se pode considerar em si uma ciência, mas sim uma disciplina, pela impossibilidade de poder considerar ciência algo que não apresenta nos seus postulados as condições para serem empiricamente provadas.

¹² Lei 107/2001, de 8 de Setembro. Art. 75º, nº 1.

escavação não tem que ficar, portanto, uma acção isolada, mas tem que representar o início dum processo de crescimento cultural e também económico.

Daqui a importância do património arqueológico como parte integrante do património cultural duma comunidade; daqui a importância da valorização deste património como elemento de auto-estima, e auto conhecimento das populações, mas também como fonte de crescimento socio-económico, através da sua exploração turística.

3.2 Potencial turístico do património arqueológico

Se nos perguntamos porque é que os vestígios arqueológicos têm em si o potencial de atrair a atenção das pessoas, encontramos em Carandini (1996: xvi) uma resposta mais adequada: *“a arqueologia, curiosa como é do que é belo e do que é desengraçado, ávida do prazer estético e daquilo histórico, representa uma ponte entre os diferentes mundos da arte, do trabalho e da natureza”*.

Por outras palavras, podemos afirmar que o fascínio e o potencial turístico da arqueologia reside nomeadamente no:

- Mistério que envolve os achados e a própria actividade arqueológica (curiosidade);
- Valor histórico-cultural intrínseco;
- Valor científico;
- Valor artístico;
- Valor étnico;
- Capacidade de criar “pontes” com o património natural, gastronómico; cultural, etc.

Contudo, o recurso por si só, mesmo tendo um alto valor percebido, não é geradora de uma actividade turística equilibrada e respeitosa, isto é, sustentável. O recurso arqueológico não faz excepção, devendo ser complementado por uma série de condições indispensáveis ao desenvolvimento turístico, quais

- (Boa) acessibilidade;
- *Amenities*;
- Actividades de dinamização (animação cultural);
- Presença de instrumentos que suportam a experiência turística (centros de interpretação, guias de interpretação e auto-orientação, placares interpretativos, percursos predefinidos; outros)
- Relações socio-económicas com o meio envolvente;
- Monitorização, isto é, controlo dos efeitos positivos e negativos da actividade turística.

Pela sua natureza de unicidade, o património arqueológico proporciona à possibilidade de diversificar e tornar única a oferta turística de uma localidade. Trata-se, sem dúvida, de um processo de turistificação da cultura, isto é, um processo que traz impactes positivos e negativos. O planeamento e gestão da actividade turística ligada ao património cultural, nomeadamente arqueológico, tornam-se portanto *frameworks* de extrema importância no âmbito do desenvolvimento turístico.

3.3 Planeamento e desenvolvimento turístico e património arqueológico

Se é verdade que as localidades turísticas apostam cada vez mais na sua caracterização e unicidade, o património arqueológico, onde existente, representa um óptimo instrumento de caracterização para uma área destino.

Este tipo de recurso é de facto caracterizado por uma forte carga de significado histórico-cultural próprio da comunidade que representa, sendo um complemento fundamental no contexto do património cultural. Onde existe a possibilidade de explorar uma área de interesse arqueológico, existe, nas áreas destino, uma mais valia no que se refere à diferenciação da sua oferta, e representa mais uma oportunidade a aproveitar no âmbito da gestão dos fluxos turísticos. Estes são só alguns exemplos dos benefícios para o turismo proporcionados pelo aproveitamento do património arqueológico.

Mas as vantagens são mútuas: a própria arqueologia, enquanto área de investigação, beneficia da aliança com o turismo, através do *incoming* económico que a actividade turística traz consigo (Binks *et al.*, 1988). Entre os principais obstáculos à pesquisa arqueológica está, por exemplo, a falta de recursos financeiros para sustentar as operações de investigação. A exploração turística não só dos sítios arqueológicos catalogados mas também, onde possível, dos próprios campos de escavação arqueológica seria mais um meio de auto-sustentação para a pesquisa (Binks *et al.* 1988).

Este contacto directo entre o trabalho arqueológico e o público, para além dos benefícios meramente económicos, também iria conferir, de acordo com Manacorda (2001), um maior consentimento da actividade arqueológica entre a própria população, que muitas vezes não entende, por falta de comunicação entre a comunidade científica e aquela *não-científica*, a razão de tanto esforço (humano e económico) para tal pesquisa. Este tipo de valorização do património histórico-cultural local fomenta uma maior auto-estima e consciência histórico-cultural por parte das populações locais, que serão evidentemente envolvidas no processo de desenvolvimento turístico ligado ao património cultural e ambiental e, neste caso, arqueológico, segundo as linhas directrizes do desenvolvimento sustentável.

Uma escavação arqueológica, portanto, não representa exclusivamente uma etapa dum pesquisa científica, mas o início dum processo importante e delicado que tem por fim, além de procurar resultados dirigidos a um público de académicos, transmitir e tornar visitável o património arqueológico, maximizando o seu valor cultural, informativo e estético. Ainda a este propósito, Manacorda (2001) afirma que a validade científica dum intervenção arqueológica terá que ser sustentada por uma vontade interpretativa e por um forte desejo de criação de novo saber.

3.4 Património arqueológico e turismo: uma gestão integrada

O valor duma gestão dos sítios arqueológicos mais atenta e dirigida à fruição turística, não só representaria um novo sucesso atingido no processo de gestão e planeamento das actividades turísticas, mas também contribuiria para a criação de receitas próprias para dar continuidade à pesquisa arqueológica.

Está já referenciado, a tal propósito, a ligação entre a acessibilidade, possibilidade de fruição e dinamização dos sítios arqueológicos para os visitantes e a continuidade nas obras de requalificação. As últimas intervenções arqueológicas ao complexo imperial da *Appia Antica* em Roma (Itália) e a sua abertura ao público representam um bom exemplo: desde a abertura da área arqueológica ainda em fase de estudo, o grande fluxo de visitantes encorajou as entidades públicas a retomar o trabalho de pesquisa (no Templo de Zeus) que já corria o risco de ficar incompleto por falta de investimentos públicos (Quattrocchi, 2000).

Sempre em Itália, a pluridisciplinaridade das intervenções para a dinamização de áreas arqueológicas, está a dar vida a projectos interessantes e originais de dinamização, como o da recriação de uma vinha em Pompeia utilizando as sementes encontradas nas escavações arqueológicas, restos da última vindima nos arredores da cidade engolida pela lava no ano 76 depois de Cristo (Frassinetti, 2001).

A intenção de integrar a pesquisa arqueológica e os seus resultados com o turismo, apresenta uma série de questões de particular relevância e que em alguns casos podem traduzir-se em verdadeiros desafios, e que podemos resumir na seguinte pergunta: é possível estabelecer regras gerais para a conservação, fruição e segurança dos sítios arqueológicos?

Torna-se indispensável o compromisso, em termos de investimentos e recursos, entre actividade de pesquisa, conservação e valorização (Melucco Vaccaro e Misiani, 2000) assim como de divulgação e dinamização.

Este processo teria que assentar na cooperação entre diferentes actores: entidades científicas, como as Universidades, entidades de gestão do património (no caso Português, o *IPA - Instituto Português de Arqueologia*) e administrações locais. Existem, ainda, inúmeras variantes com que se tenta interpretar de forma cada vez mais eficaz esta nova abordagem.

Entre os exemplos inovativos em destaque, a *Soprintendenza Archeologica di Pompei* elaborou uma estratégia eficaz de gestão do *Parque Arqueológico de Pompeia (Itália)*, que assenta numa divisão operacional entre a gestão das actividades técnicas e das administrativas (Guzzo, 2001).

A nível “sobre nacional”, é importante mencionar a existência de um projecto do Conselho de Europa, começado no 1999: o projecto HEREIN. Trata-se da criação de uma base de dados acessível através da Internet, com todas as informações do Conselho de Europa acerca do património arqueológico e arquitectónico europeu. O resultado do HEREIN representará uma “ferramenta” importantíssima para todos os envolvidos, sobretudo a nível nacional e regional, no planeamento e gestão do desenvolvimento turístico ligado ao património cultural, nomeadamente arqueológico e arquitectónico.

Chamemos a este processo “abordagem integrada à valorização do património” (Melucco Vaccaro e Misiani, 2000), em que o Turismo representa uma das áreas mais envolvidas na promoção e dinamização dos recursos culturais.

O tema vai assumindo com o tempo uma importância sempre maior, sendo razão de encontros internacionais cada vez mais frequentes, entre os mais importantes o de Israel no ano 2000, organizado pelo *Conservation Department* do *Israel Antiquities Authority* e onde se encontraram os representantes da Rede euro-mediterrânea P.I.S.A. (Programação Integrada nos Sítios Arqueológicos) (Melucco Vaccaro e Misiani, 2000).

As novas abordagens são inovativas sobretudo no que diz respeito à sua recuperação no contexto territorial, mas não só nas suas características antigas,

mas sobretudo na sua dimensão actual, como objecto de política de desenvolvimento socio-económico. Nesta complexa dinâmica, o património cultural no geral, e o arqueológico no particular, assume um papel central, como fulcro de identidade local e possível oportunidade de desenvolvimento ligado às tradições artesanais históricas e às produções de qualidade (eno-gastronomia, artesanato típico, etc.).

É portanto fundamental que os administradores locais tenham em consideração o sítio arqueológico como um recurso do território que guarda em si grandes oportunidades em termos de políticas estratégicas.

É também extremamente importante que os responsáveis das áreas arqueológicas e os técnicos envolvidos na pesquisa e na conservação, saibam dialogar com os *stakeholders* locais, para tornar possíveis os mecanismos de cooperação que possam de facto ter em consideração de forma integrada o potencial histórico, cultural e económico que o sítio arqueológico tem.

O que parece certo, ao fim de várias reflexões, é que não é possível criar modelos rígidos na gestão de sítios arqueológicos com vista à exploração turística, sobretudo devido à dificuldade de implementação na infinita variedade dos sítios arqueológicos existentes (Melucco Vaccaro e Misiani, 2000). Isto não quer dizer que não possam existir algumas directrizes gerais na abordagem à conservação dos sítios arqueológicos e à sua fruição turística.

E se é verdade que a oferta atrai a procura, um melhoramento da oferta poderia de facto corresponder a um aumento (qualitativo e quantitativo) da procura. Por isto, os primeiros passos para uma estratégia integrada de desenvolvimento turístico ligada ao património arqueológico, seriam os seguintes:

- Melhoria da acessibilidade aos sítios arqueológicos;
- Criação de *amenities* directamente relacionadas e compatíveis com o sítio arqueológico;
- Dinamização dos sítios;

- Segurança dos sítios para os visitantes e para os próprios trabalhadores.

É também inevitável a inserção da área arqueológica em circuitos turísticos mais abrangentes (artesanato; gastronomia; história e outros monumentos) para a criação de produtos mais apelativos.

Um caso português deste esforço é o programa “Rota dos Castelos” (fig. 2), cujo objectivo é o aproveitamento dos castelos portugueses como factor de desenvolvimento regional e cuja gestão foi comendada à Parque EXPO, por despacho do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, datado de 4 de Fevereiro de 2004 (em www.mcalhdr.gov.pt, visitado em 20 de Fevereiro de 2004).

Através do estabelecimento de parcerias entre a Administração Central e Local e entre os sectores público e privado, o programa decorre de uma iniciativa do Estado Português e da EFTA (Noruega, Liechtenstein e Islândia), cujo arranque está em marcha, com conclusão prevista para Maio de 2009.

Criar empresas e emprego, renovar o património, preservar o ambiente e as paisagens, aproximar as pessoas da Cultura e promover a auto-estima são os grandes objectivos deste programa, cuja estratégia assenta na promoção do desenvolvimento regional e local, baseado na recuperação do património e na sua auto-sustentabilidade.



Figura 2: Rotas dos Castelos
 Fonte: www.mcalhdr.gov.pt, visitado em 20 de Fevereiro de 2004

Entre as inovações possíveis poderia existir uma maior ligação das actividades de desenvolvimento turístico às actividades de mera pesquisa arqueológica, nos chamados “campos de escavação”. Não estão aqui claramente incluídas as actividades definidas no âmbito arqueológico “de emergência” (Piuzzi, 1990), tais como as investigações ligadas ao acompanhamento de obras publicas ou privadas.

Mas no caso das escavações “de estudo”, aquelas geralmente levadas a cabo pelos institutos superiores, o turismo poderia tirar muito proveito na criação de produtos inovativos, quais percursos no interno de campos de escavação, utilizando eficazmente *frameworks* informativos para a interpretação do sitio.

Quais os benefícios de atrair visitantes nas áreas arqueológicas em fase de investigação? O primeiro benefício é representado pela possibilidade de mostrar ao público uma facete do próprio património histórico-cultural normalmente acessível só aos estudiosos; também é possível tornar o trabalho e a pesquisa arqueológica algo mais fascinante e compreensível para a comunidade *não-científica* (Binks *et al.*, 1988). A abertura ao público dos campos de escavação traz grandes benefícios também para os gestores e responsáveis técnicos dos

trabalhos, representando uma maneira para criar *incoming* que sustente a própria pesquisa; oferecendo a oportunidade de tornar mais visível o próprio trabalho, sobretudo junto dos patrocinadores (públicos ou privados) da investigação; proporcionando maior satisfação e crescimento de auto-estima aos técnicos que operam diariamente na escavação; fomentando, através da apresentação do próprio trabalho, a recreação, o turismo e a educação (Binks *et al.*, 1988).

3.5 Potencialidade turística da pesquisa arqueológica: a escavação arqueológica como atracção turística.

A “musealização” de um sítio arqueológico não é necessariamente propedêutica à sua acessibilidade por parte dos visitantes. A potencialidade turística do património arqueológico não se limita aos locais “musealizados” mas também aos sítios de “estudo” (Binks *et al.*, 1988) devidamente preparados para receber visitantes.

De acordo com Binks *et al.* (1988), no planeamento do processo de “turistificação” de uma escavação arqueológica, tem que se estabelecer:

1. A razão para a qual se entende abrir ao público a escavação;
2. A capacidade de carga do sítio, isto é, o número dos visitantes que pode ter acesso ao sítio sem alterar as condições físicas do mesmo;
3. Quantos e que tipos de visitantes esperar;
4. Quantos recursos (económicos e humanos) se querem investir para a realização do projecto de apresentação e interpretação do sítio.

Sempre de acordo com Binks *et al.* (1988) se a potencialidade de atracção resulta ser alta, com uma bem sucedida e bem divulgada interpretação, pode-se tornar o sítio arqueológico turisticamente atractivo e interessante, gerando assim lucros. Esta potencialidade é determinada por alguns factores principais¹³:

- A localização do sítio;

¹³ Embora uma escavação (e sua gestão) seja diferente respeito um monumento, podemos afirmar que estes mesmos factores influenciam o afluxo de publico não só nas escavações arqueológicas, mas também nas áreas já “musealizadas” e equipadas para o turismo.

- A importância arqueológica e a escala da escavação;
- O período de tempo em que a escavação está aberta.

Ao mesmo tempo existem uma série de factores que determinam a capacidade de atingir uma certa qualidade no serviço prestado ao público. Estes são:

Os objectivos;

- Acessibilidade, capacidade de carga e serviços do sítio;
- Recursos humanos e financeiros;
- Tempo disponível.

Mas acima de tudo, os factores que mais influenciam a qualidade e o sucesso da interpretação junto do público são:

- Imaginação utilizada;
- Capacidade de implementar com eficácia os instrumentos de interpretação.

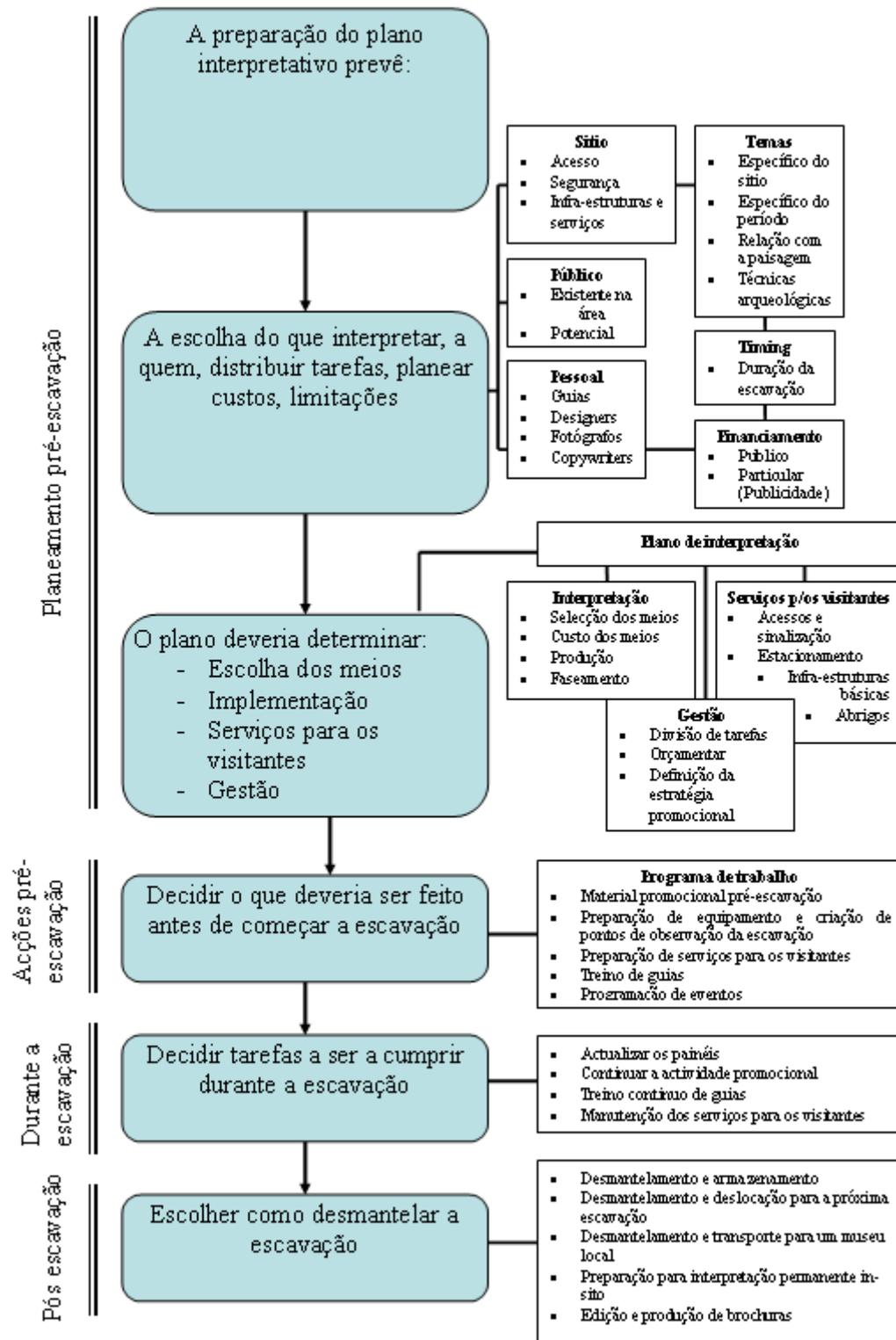


Figura 3: Planeamento de programa interpretativo.
Fonte: Binks *et al.*, 1988: 9

Mas no planeamento do processo de abertura ao público do sítio arqueológico, a atenção, sempre de acordo com Binks *et al.* (1988), tem que ser voltado também

para a capacidade de carga social, isto é, ao impacte que o afluxo de visitantes irá ter na comunidade local, sobretudo quando a área é urbana, e a chegada de um número demasiado elevado de automóveis, por exemplo, poderia representar um impacte negativo sobre a população local.

As temáticas a abordarem, acerca do processo de abertura ao público de um campo de escavação, são muitas, desde os impactes socio-económicos até às formas de apresentação e acesso ao sítio para os portadores de *handicaps* físicos ou psíquicos, por exemplo! Iremos, neste trabalho, limitar-nos à abordagem de algumas questões metodológicas acerca dos serviços básicos e as ferramentas mais adequadas de comunicação com o público, no âmbito da interpretação arqueológica.

Podendo considerar estes como elementos comuns no que se refere os campos de escavação arqueológica e as áreas arqueológicas já “musealizadas”, como os parques arqueológicos, passaremos a tratar deste assunto no próximo capítulo.

4. Parques arqueológicos e instrumentos de gestão, interpretação e apresentação do património arqueológico para os visitantes

No primeiro capítulo deste estudo foi apresentada a tendência actual no âmbito do planeamento e desenvolvimento da actividade turística ligada ao património cultural: a aliança entre património e turismo representa uma nova forma integrada de gerir os recursos culturais, sobretudo a nível local.

No que se refere mais especificamente à arqueologia como parte integrante do património cultural, é preciso agora apresentar o conjunto básico de instrumentos indispensáveis para:

- Acrescentar valor à pesquisa arqueológica;

- Proporcionar, através da interpretação e apresentação, uma experiência turística assente não só no lazer mas também na educação;
- Gerir os fluxos dos visitantes;
- Garantir a elevada qualidade da experiência turística e cultural, isto é, tornar acessível não só o sítio arqueológico em si mas também o seu significado e a sua importância científica e cultural.

E também:

- Diferenciar o produto turístico de uma área destino;
- Contribuir para a criação de uma marca (*brand*) da área turística em que o sítio arqueológico se insere.

Tal conjunto diz respeito às modalidades de gestão do património e das áreas arqueológicas enquanto atrações turísticas e lugares de aprendizagem e crescimento sócio-cultural.

A criação de Parques Arqueológicos e todo o conjunto de instrumentos de apresentação e interpretação do património arqueológico móvel e imóvel representam os *frameworks* de base para o desenvolvimento do turismo em áreas arqueológicas.

Também de se referir a actual tendência de explorar de forma integrada os recursos patrimoniais culturais com os naturais, para a criação de instrumentos turísticos como percursos interpretativos integrados (Carbone, 2005).

4.1 Os Parques arqueológicos

A criação de Parques Arqueológicos é um fenómeno que se está a difundir nos últimos anos. Cada vez mais as pesquisas arqueológicas têm como objectivo a descoberta científica mas também, quando possível, a fruição por parte do público dos contextos e evidências encontrados.

Aconteceu um progressivo desenvolvimento conceptual desde a “tutela formal” do bem arqueológico, de acordo com a qual as instituições esclarecem o que *não se deve fazer* em áreas de interesse arqueológico, até um conceito de “tutela substancial” (Traverso *et al.*, 2002) que, para além da salvaguarda, prevê a reflexão sobre “o que se *deve fazer*” para abrir o património à fruição de visitantes.

Em Portugal o Dec. Lei 131/2002 estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos, bem como os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano de ordenamento de um parque arqueológico. De acordo com este documento *entende-se por “parque arqueológico” qualquer monumento ou sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.*

O mesmo Decreto de Lei prevê (e exige por parte da entidade promotora da criação do parque arqueológico) não só a proposta de programa para a conservação e gestão, mas também a implementação de acções de divulgação do património arqueológico do parque.

Como já vimos, a motivação para a visita de uma área arqueológica é ligada à curiosidade, à fantasia, ao desejo de conhecimento e crescimento cultural, ao lazer, etc. O interrogativo dos operadores que projectam um parque arqueológico é exactamente ligado a estas motivações, isto é, ao conhecimento do que o visitante procura numa visita a uma área arqueológica.

A visita tem que satisfazer o público sob vários aspectos: as condições físicas (onde possível) mas sobretudo a organização logística e didáctica do sítio terão que proporcionar ao visitador uma experiência de lazer mas também de conhecimento (Traverso *et al.*, 2002).

Entre os instrumentos utilizados para a gestão dos fluxos e a apresentação do sítio, estão por exemplo os percursos temáticos, os centros de interpretação e até verdadeiros laboratórios de arqueologia, através dos quais o trabalho científico dos arqueólogos é divulgado. Também estão muitas vezes associadas à presença de vestígios arqueológicos visitáveis, áreas de restauração destinadas aos visitantes. A presença deste conjunto básico de infra-estruturas identifica o parque arqueológico distinguindo-o da simples *área arqueológica* (Traverso *et al.*, 2002).

Em Portugal, um exemplo bem sucedido de área arqueológica transformada em parque arqueológico é representado pelo Castro de S. Lourenço, um dos mais importantes povoados castrejos (VII-VI séc. a.C.) de Portugal, situado em Vila Chã, no Concelho de Esposende: aproveitando da bela envolvente ambiental do sítio, o parque proporciona uma experiência turística ligada à cultura mas também à natureza, valorizando através de vários percursos temáticos estes recursos patrimoniais locais de forma integrada.

Para proporcionar um maior estímulo à fantasia dos visitantes acerca da actividade e da vivência desta antiga aldeia celta, que terá tido o seu auge no I séc. d.C., no próprio local foi reconstruído um conjunto habitacional que tenta repor o mais fielmente possível a configuração e função primitiva de cada um dos ambientes¹⁴. Em fase de projecto está também o *núcleo museológico*, que será inserido *in situ*, no interior do perímetro do antigo *castro*, através do qual se pretende apresentar aos visitantes as milhares de peças e vestígios arqueológicos achados desde o início das investigações arqueológicas, em 1985, e actualmente entregues aos Serviços de Património Histórico-Cultural da Câmara de Esposende.

Por fim, está planeada a criação de um restaurante na área, que permitirá a oferta de mais um serviço aos visitantes, e mais fontes de receitas para os gestores do parque.

¹⁴ Trata-se de cinco casas que terão pertencido a duas famílias castrejas. Foram restauradas com pedra extraída durante as escavações e barro da região; o seu interior é caiado a branco e o telhado reposto com recurso a colmo.

A difusão destas realidades reflecte a nova abordagem das instituições para com o património cultural, nomeadamente arqueológico, considerados hoje um verdadeiro recurso do território e uma oportunidade de desenvolvimento em termos culturais e de estímulo para actividade turística (Traverso *et al.*, 2002).

Cada vez mais, são as entidades da administração local, os mais interessados em promover a dinamização do património cultural, envolvendo entidades públicas e privadas, assim como a valorização de áreas de interesse arqueológico através da sua fruição (criação de parques arqueológicos e sua gestão).

Os parques arqueológicos são espaços onde a história, a cultura e o meio ambiente se encontram: daqui a possibilidade de uma abordagem integrada.

A estratégia adoptada por alguns países europeus prevê a delegação total da gestão do território, incluindo os próprios vestígios arqueológicos, às autoridades responsáveis pelos parques. Na Inglaterra, por exemplo, desde a década de '50, foram criados alguns parques nacionais com o duplice objectivo de conservar a paisagem e de permitir à população gozar das vantagens de tal acção de salvaguarda (Traverso *et al.*, 2002), numa tentativa (bem sucedida) de “integração de sustentabilidades”.

De acordo com Traverso *et al.* (2002) na Alemanha os parques arqueológicos têm tradição centenária, sendo o de *Saalburg* datado do fim do século XIX e constituindo um projecto bastante inovador para a sua época, assente na preservação e na possibilidade de fruição de uma área com presença de antigas estruturas por parte de um público “não especializado”.

Também o Governo Italiano, nas últimas décadas do século XX, tomou posições muito propícias ao desenvolvimento rápido de projectos de conservação *in situ* de antigas estruturas e criação de parques arqueológicos, como a regionalização de competências referentes à gestão dos bens arqueológicos (Traverso *et al.*, 2002).

O parque arqueológico e a sua institucionalização representam portanto uma das maiores conquistas no âmbito de turismo arqueológico, como principal

instrumento de desenvolvimento e gestão da actividade turística cultural, nomeadamente ligada à presença de evidências arqueológicas.

4.2 Apresentar, interpretar e comunicar

Sem duvida o interesse do público no que diz respeito a arqueologia está em constante crescimento (Binks *et al.* 1988). A subida do nível cultural está na base do crescimento da procura de produtos culturais, nomeadamente arqueológicos, mas esta tendência tem que ser gerida, acompanhada e fomentada pelos técnicos e operadores da área de turismo e arqueologia em conjunto.

A capacidade de comunicar com o publico, de transmitir o valor e o exacto significado dos vestígios arqueológicos; de os contextualizar; de explicar o trabalho dos arqueólogos; de sensibilizar os visitantes para a importância da preservação da cultura, mas ao mesmo tempo de conseguir estimular a sua imaginação, representam a base da aliança entre o património arqueológico e o turismo, que garanta uma experiência única de crescimento cultural mas também de lazer para o visitante. É de fundamental importância conhecer os meios de comunicação mais eficazes para conseguir entrar em comunicação com o turista/visitante, fornecendo a correcta interpretação dos vestígios arqueológicos presentes.

Encontra-se em Binks *et al.* (1988) umas questões fundamentais ao fim de um bom planeamento: o que apresentar e interpretar? Para quem? O desafio que os operadores têm é de facto proporcionar ao público uma visão geral dos acontecimentos, uma interpretação clara e de simples compreensão das evidências arqueológicas principais que se encontram na área: o que elas “nos dizem”, isto é, revelam acerca da cultura e da história do local. Para tal fim é de vital importância conhecer o *target* do próprio trabalho. A este respeito, e concordando mais uma vez com Binks *et al.* (1988), é um verdadeiro “dever” por parte dos técnicos de arqueologia e heritage managers o de fomentar o envolvimento e a participação da população local, nomeadamente escolas e

camadas mais jovens, no processo de sensibilização através da apresentação do património cultural, nomeadamente arqueológico.

Para além da motivação estritamente cultural (conhecimento da história e da cultura local através da interpretação do património arqueológico) e da curiosidade de visitar os achados arqueológicos, muitos dos visitantes estarão de certeza interessados em compreender o processo de investigação arqueológica (Binks *et al.* 1988): será então importante dedicar parte da informação à uma clara explicação sobre as fases de escavação e pesquisa no sítio.

A decisão acerca dos *frameworks* a utilizar para a comunicação com os visitantes está ligada a uma série de factores individuados por Binks *et al.* (1988) em:

- Objectivos da ferramenta;
- *Target*;
- Recursos financeiros disponíveis;
- Tamanho/quantidade dos instrumentos de comunicação;
- Tema;
- Posicionamento na área arqueológica;
- Serviços de apoio necessários;
- Capacidades técnicas do *staff*;
- Gestão;
- Programa de desenvolvimento e implementação;
- Avaliação contínua da eficácia e dos conteúdos.

Sempre em Binks *et al.* (1988) encontramos uma interessante distinção entre “personal-media” e “non-personal media”. A distinção, que parece ser bastante funcional para determinar o leque de opções possíveis na escolha dos *frameworks* de comunicação a implementar para a apresentação e interpretação arqueológica, define como “personal media” aquelas formas de comunicação directa entre os visitantes e um guia, que, neste caso, pode não ser necessariamente um guia turístico, mas sim um arqueólogo/operadores do sector

com uma particular formação para apresentar o sítio, ou voluntários, após terem recebido a mesma formação.

Entre os principais “personal media” encontramos:

- Discussões informais com a equipa de trabalho;
- Visitas guiadas ao sítio;
- Demonstrações;
- Reconstruções/representações históricas (*Living History*).

Todos estes métodos de comunicação com o público prevêem, portanto, uma relação *face-to-face* com o visitante, embora a níveis diferentes, o que torna a experiência muito mais interactiva, em que o visitante pode fazer perguntas e obter respostas, por exemplo; uma experiência quase “a medida”, personalizada, mais fascinante e envolvente para o público.

Estão contempladas entre os “non-personal media” todos os tipos de publicações (em papel ou multimédia) que têm como objectivo o de ajudar o visitante na interpretação do sítio arqueológico e da sua contextualização, mas também podem servir de *souvenir* e para proporcionar informação adicional (Binks *et al.*, 1988).

São considerados “non-personal media”:

- Posters;
- Panfletos informativos;
- Guias ilustrados do sítio (para adultos e para crianças);
- Jornais de notícias;
- Livrinhos de lembrança;
- *Teacher’s Pack*;
- Livros de recolha de dados técnicos/relatórios de profissionais envolvidos na pesquisa;
- Áudio visual media;
- Paneis.

È importante mencionar o papel cada vez mais importante das novas tecnologias de comunicação na apresentação e divulgação dos sítios arqueológicos. Os novos *framework*, ligados sobretudo à visualização gráfica e computação¹⁵, encontram de facto aplicação não só na fase de estudo (Abouaf, 1999) e de preservação (Silva *et al.*, 2004) de antigos artefactos, mas também na divulgação ou apresentação aos visitantes de artefactos e sítios arqueológicos, *on-line* ou *in situ* (Levy, 2001; Mitchell e Economou, 2000). Entre os casos mais recentes encontramos o *Virtual tour of Dudley Castle in the year 1550*, recreação das principais áreas do castelo, comissionado e criado pelo Centro de Visitas do Dudley Castle (UK), aberto por vontade da própria rainha Elizabeth em 1994 (fonte: <http://www.imint.freeseve.co.uk/>, consultado em 24 de Fevereiro de 2006).

4.3 Tendências actuais na avaliação da qualidade da gestão do património cultural: a certificação de qualidade *Herity Global Evaluation System (GES)*¹⁶

Na última década, entre os vários projectos e experimentações ligadas ao estudo e avaliação da qualidade da gestão de áreas arqueológicas com fins turísticos, um dos mais acreditados é o do HERITY GLOBAL EVALUATION SYSTEM (GES ou HGES), promovido pela HERITY, Organismo Internacional para a Gestão de Qualidade do Património Cultural.

Representando o património cultural, nomeadamente arqueológico, um elemento estratégico importante no âmbito do desenvolvimento socio-económico local; para a revitalização e preservação da identidade local; para o crescimento cultural; o HERITY pensou em criar um instrumento que servisse para monitorar constantemente a qualidade de gestão das áreas de interesse cultural com fins turísticos.

¹⁵ Em particular, a visualização 3D está hoje entre as técnicas mais utilizadas e eficazes na área da reconstrução e visualização, tendo encontrado aplicações até nas áreas mais avançadas da investigação médica, como demonstram pesquisas quais a de Carbone *et al.* (2006).

¹⁶ Todas as informações relativas ao GES foram encontradas em: <http://www.herity.it/>, consultado em 18 de Novembro de 2005.

Nasceu assim o GES, um sistema de certificação partilhado internacionalmente e que tem como objectivo descrever o nível qualitativo atingido na gestão de bens culturais abertos ao público (museus, igrejas, palácios, parques arqueológicos, castelos, etc.) segundo critérios para a avaliação de:

- Relevância dada ao sitio;
- Estado de conservação;
- Eficácia da comunicação com o público;
- Serviços oferecidos.

Entende-se por *Valor percebido* a importância material e imaterial atribuída a um local, independentemente da razão. A *Capacidade de preservação* representa a existência de condições para a criação, manutenção e crescimento com o passar do tempo do, acima referido, valor percebido. A *Informação transmitida* diz respeito ao conjunto de iniciativas tomadas com vista à disseminação de conhecimento e tomada de consciência do, acima referido, valor percebido. Por fim, os *Serviços fornecidos* são todas as actividades que directa ou indirectamente facilitam a apreciação óptima do valor do local de herança cultural em consideração.

O Herity estabelece que o seu papel principal é o de certificar a qualidade de gestão dos locais de herança cultural, de maneira a manter o equilíbrio entre compatibilidade e sustentabilidade no processo de gestão. Mais estabelece que os êxitos da avaliação e seguinte concessão de certificação de qualidade têm que ser divulgados a todos os que se mantenham em contacto com o local e em particular junto do público, guardando o secretariado Herity um registo de fácil acesso a todos os interessados dos locais certificados. Tais critérios servem como base para a elaboração de pré requisitos que estarão sujeitos regularmente a revisões.

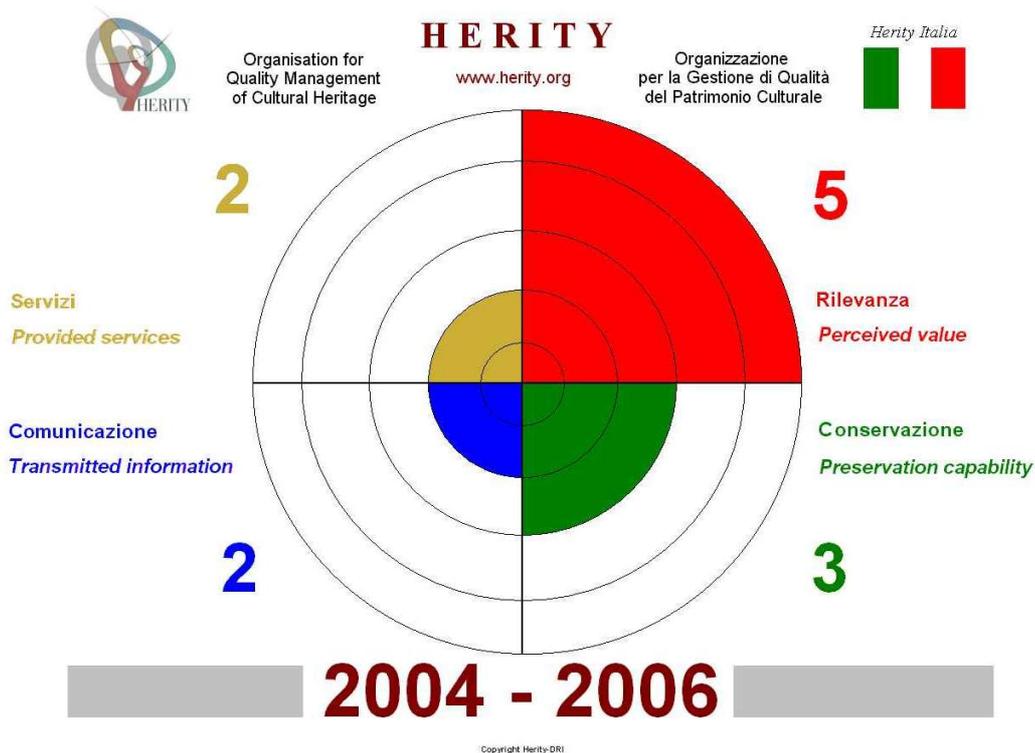


Figura 4: O *target* Herity.
Fonte: www.herity.it.

Este *framework* de gestão e planeamento representa um suporte à tomada de decisões dos *Heritage managers*, responsáveis e financiadores, permitindo:

- Ter um ponto de vista técnico externo ao da entidade gestora dos parques;
Aumentar a promoção dos sítios;
- Melhorar a oferta;
- Planear e direccionar os orçamentos e os investimentos;
- Monitorar o nível de qualidade da oferta do parque/área arqueológica ou museu;
- Informar o visitante sobre o estado de conservação e gestão de um sítio, ainda antes da sua visita.

5. Turismo e património arqueológico em Portugal

5.1 A realidade do património arqueológico em Portugal: os sítios

De acordo com um estudo realizado em 2001 por Raposo e Freire (2001) com o objectivo de inventariar os sítios arqueológicos visitáveis no território nacional

português (continental e insular) e respectivas condições de acesso, existem em Portugal trezentas¹⁷ áreas arqueológicas regularmente visitáveis, que se distribuem pelas regiões plano-continentais (NUT-II – Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) e pelas regiões autónomas de acordo com o ilustrado pelo seguinte gráfico:

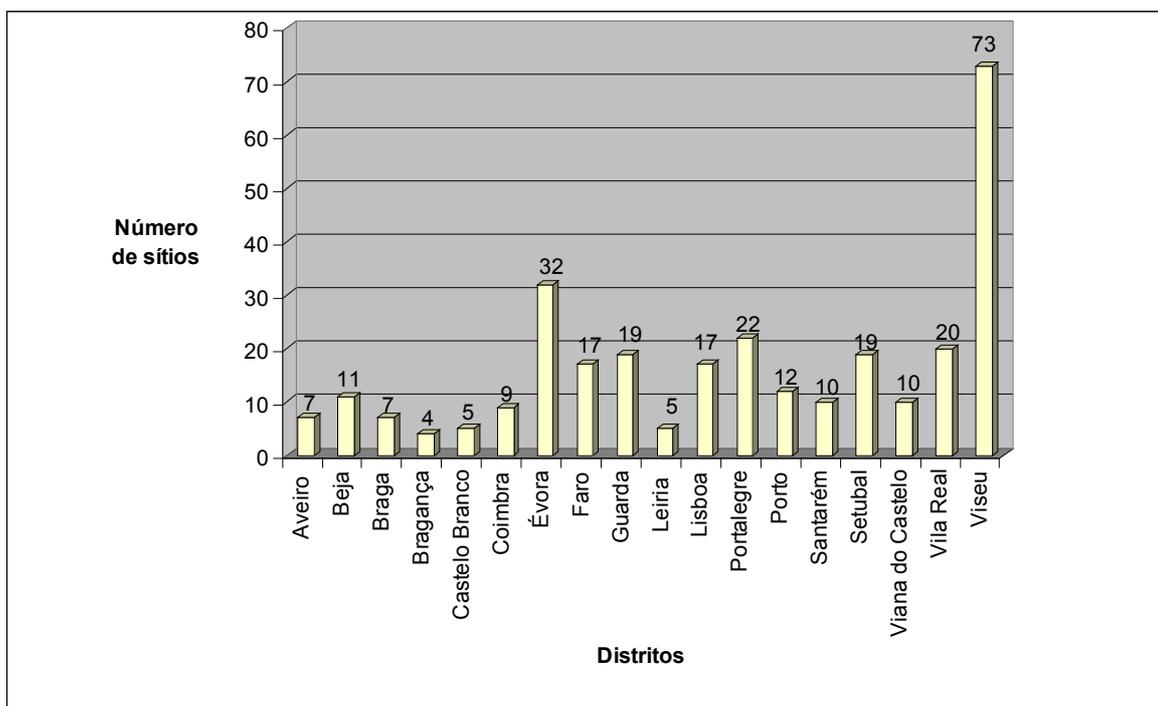


Gráfico 2: Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal (número total por distrito).
Fonte: Adaptado de Raposo e Freire, 2001: 103

¹⁷ Foram excluídos da listagem museus, núcleos museológicos, ou salas de exposição que reúnem materiais arqueológicos diversos mas que não incorporam estruturas *in situ*; foram ainda excluídos do conjunto os castelos e fortificações militares medievais, modernas e contemporâneas não directamente relacionada com qualquer tipo de actividade arqueológica bem como os sítios exclusivamente ligados ao património industrial.

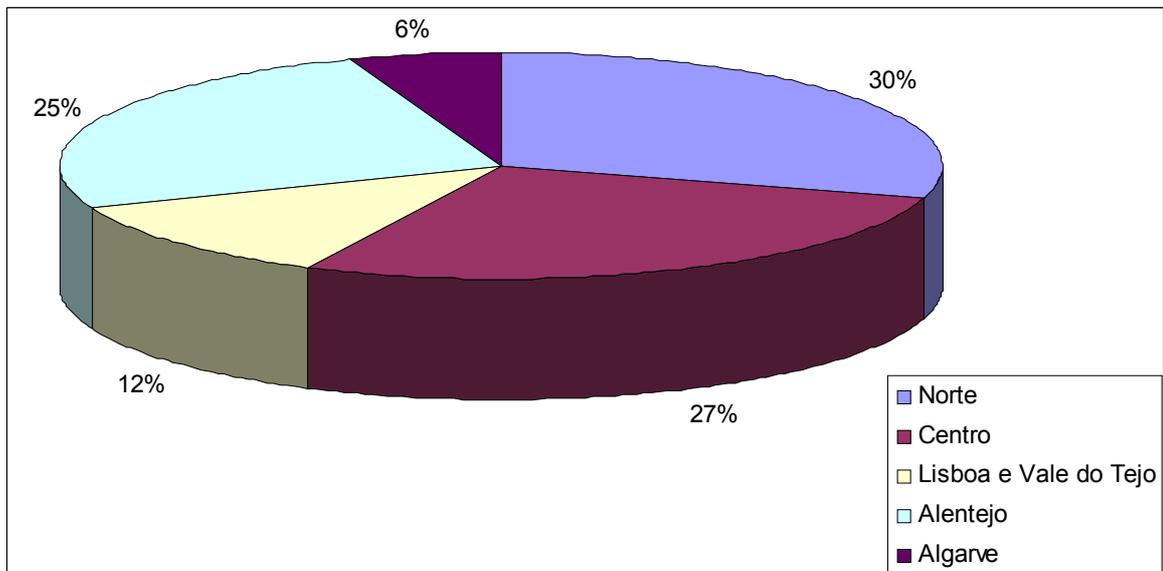


Gráfico 3: Número total de sítios arqueológicos visitáveis em Portugal por região NUT II.
 Fonte: Adaptado de Raposo e Freire, 2001: 103

Pode-se verificar, de um ponto de vista quantitativo, que todas as unidades geográficas, com exceção da Madeira e dos Açores, estão proporcionalmente representadas, com um destaque particular para o Distrito de Viseu, com setenta e três sítios.

Quanto à tipologia, de acordo com Raposo e Freire (2001), foi verificado que os monumentos megalíticos de carácter ritual ou funerário são os mais numerosos, sendo visitáveis noventa e sete monumentos ou conjuntos. A grande variedade tipológica das ruínas inclui trinta e cinco castros e povoados da Idade do Ferro; vinte e seis troços de vias Romanas e vinte e três *villae* da mesma época. Ainda se registou a existência de vinte e sete necrópoles de época romana e medieval, e um variado leque de abrigos/grutas, sítios de arte rupestre, santuários, templos, pontes, barragens, fornos, silos, fontes, lagares, fábricas de salgas, povoados e cidades.

Quanto à distribuição por cronologia, remetemos ao seguinte gráfico:

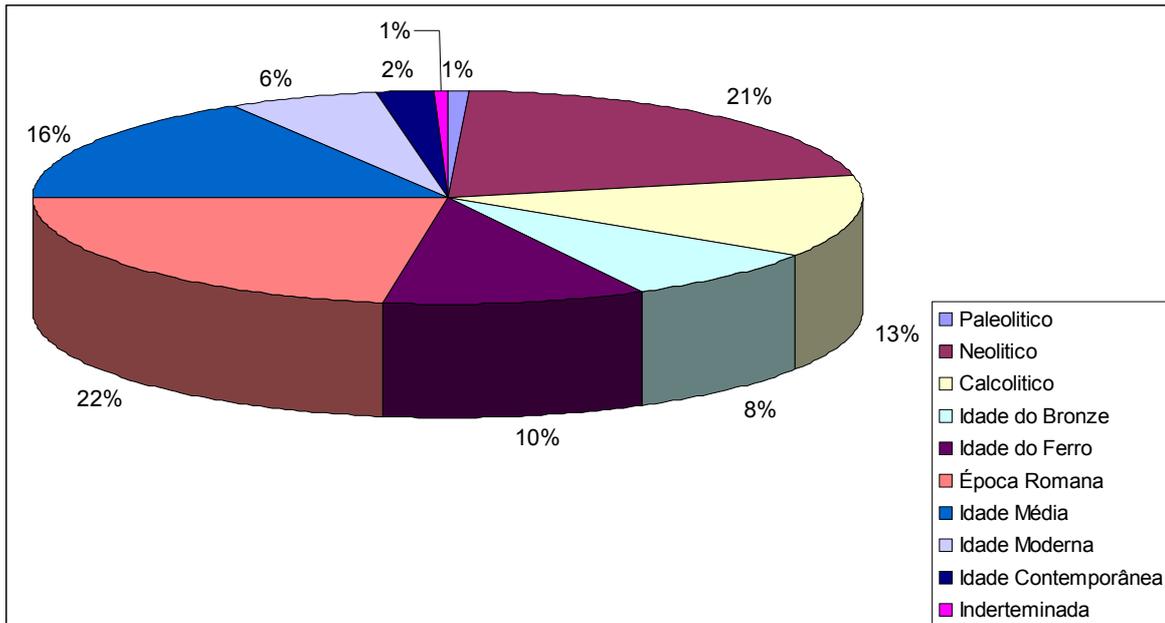


Gráfico 4: Cronologia dos sítios arqueológicos visitáveis em Portugal (Percentagens).
 Fonte: Adaptado de Raposo e Freire, 2001: 104

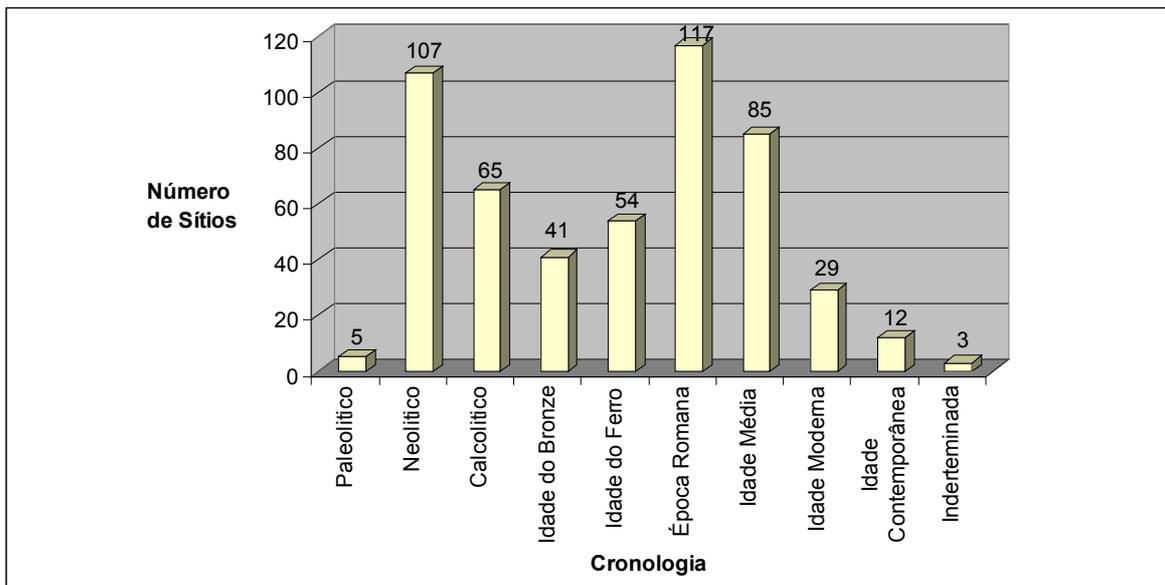


Gráfico 5: Cronologia dos sítios arqueológicos visitáveis em Portugal.
 Fonte: Raposo e Freire, 2001: 104

Dos trezentos sítios arqueológicos ou conjuntos analisados apenas vinte estão “musealizados” ou ligados a estruturas museológicas de algum tipo, sendo Conimbriga o conjunto de ruínas e museu de sítio mais visitado em Portugal.

Com centro de interpretação e acolhimento ou algum tipo de informação de apoio ao visitante *in situ* encontram-se outros vinte e setes sítios.

Relevou-se também na grande maioria dos casos uma escassa acessibilidade e uma sinalização insuficiente dos sítios.

5.2 Turismo arqueológico em espaço urbano

Acontece somente de pensar na arqueologia como uma actividade a ser desenvolvida em grandes espaços abertos, em planícies que ficam longe dos aglomerados urbanos. Tal ideia é errada, pois grande parte das investigações arqueológicas são desenvolvidas em pequenas escavações (normalmente “de urgência”) dentro do espaço urbano. A exigência de acelerar, quase esconder tais investigações, nasce da necessidade de não interferir negativamente com a vida dos cidadãos.

Mas tal tendência poderia ser, em alguns casos, invertida, valorizando sócio-economicamente não só os achados encontrados em tais condições, mas o próprio trabalho dos investigadores, muitas vezes objecto de incompreensões por parte de quantos vêm na escavação arqueológica exclusivamente um obstáculo à sua circulação nas estradas citadinas.

O inverter desta tendência pressupõe a “educação” dos cidadãos como dos visitantes, uma sua sensibilização no que diz respeito à importância da preservação dos vestígios materiais do passado, como testemunhos das raízes culturais. Segundo Ashworth e Tunbridge (2000), menos do cinquenta por cento dos visitantes de cidades históricas têm como sua motivação a arqueologia.

Para inverter esta tendência, a introdução do património arqueológico na vida da comunidade e dos visitantes foi a metodologia adoptada pela administração da cidade de Atenas: no ano de 2001 foi inaugurada uma nova estação do metro, particularmente frequentada pelos turistas permitindo de chegar em poucos minutos até à Acrópole. Tal estação, a *Acropolis*, para além de representar um

mero lugar de passagem para chegar aos principais monumentos da cidade, passou a ser ele próprio um sítio a visitar: nesta estação, como já na de *Dafni*, *Syntagma* e *Evangelismos*, todos os vestígios e a estratigrafia arqueológica encontrados ao longo dos trabalhos de abertura dos túneis, foram preservados e, por fim, expostos ao público de forma permanente (Cevoli, 2001). A “musealização” dos achados no metro é também completada por exposições temporárias de obras modernas de inspiração clássica, e por reconstruções de antigas esculturas do *Parthenon*, cujos originais se encontram no *British Museum* em Londres (Cevoli, 2001).

5.2.1 Um caso de sucesso Português: o Museu do Teatro Romano em Lisboa

Em Portugal, um perfeito exemplo de “musealização” de sítio arqueológico em pleno contexto urbano é representado pelo Museu do Teatro Romano em Lisboa, que sem dúvida pode ser inserido entre as *best practices* de modelos inovativos de gestão do património arqueológico integrada e aliada ao turismo. Trata-se de um museu camarário, isto é, com uma certa autonomia respeito a outras instituições a nível nacional, criado a partir da descoberta no pleno centro de Lisboa de um teatro de época romana imperial.

O investigador entende apresentar mais detalhadamente o caso do Museu do Teatro Romano em Lisboa para demonstrar que é possível e viável acreditar na arqueologia como instrumento de promoção e atracção turística; meio de crescimento sócio-cultural para os residentes; ponto de partida para projectos integrados.

5.2.2 Importância histórica do monumento

Sabemos que durante o período do Império Romano o teatro representou um dos principais instrumentos de *romanização*. Para além das representações cénicas, que tinham habitualmente lugar nos feriados das festividades religiosas, é no teatro que o culto imperial encontra a sua máxima expressão, particularmente nas

idades das províncias, representando um instrumento de propaganda e exaltação do Império.

Daqui a importância atribuída à presença de um teatro, pois representa não só os fermentos culturais mas também a presença constante (embora simbólica) do Imperador numa cidade importante como Lisboa.

Este teatro, construído provavelmente nos inícios do Império (primeira metade do I séc. d.C.) e reconstruído no ano 57, até a data é o único existente em território Português com comprovação arqueológica. Encontrando-se no meio da romana *Olisipo*, com a sua capacidade de acolher entre os 3000 e 5000 espectadores, representava sem dúvida o centro cultural da cidade.

Abandonado como espaço cénico no séc. IV, e reaproveitado para uso privado, permaneceu soterrado até ao ano 1798, quando as ruínas foram descobertas durante a reconstrução da cidade após o terramoto de 1755.

Após várias campanhas arqueológicas, está actualmente visível cerca de um terço da totalidade do monumento.

5.2.3 O projecto de recuperação e valorização do Teatro Romano (1998)

O programa elaborado em 1998 para a recuperação e valorização do Teatro Romano de Lisboa, visando o estudo, a recuperação e valorização do monumento, abrange as seguintes áreas de intervenção:

Arqueologia: interceptação e estudo dos achados;

Conservação e restauro: estudo das melhores formas de conservação das ruínas (caracterização micro-climática; análise dos materiais líticos; estudo das argamassas; estudos geotectónicos e geo-estáticos; outras);

Arquitectura e “Musealização”: construção de uma protecção às ruínas, reconstrução de parte do teatro, criação de um museu, de um núcleo de interpretação e de uma zona de espectáculos;

Urbanística: integração do monumento na malha urbana e reabilitação do envolvente;

Turismo: implementação de sistemas de interpretação e orientação para os visitantes; desenvolvimento de plano de promoção e marketing; promoção de espectáculos associados ao Teatro.

5.2.4 O museu

O Museu do Teatro Romano, que abriu ao público em 2001, encontra-se instalado em parte de um edifício do século XVII, habilmente recuperado, reabilitado e adaptado para as instalações museológicas.

Concebido como um espaço em construção, apoiado por suportes multimédia que apresentam ao visitante uma proposta tridimensional do monumento, este espaço museológico compreende actualmente:

- Área de exposição;
- Campo arqueológico;
- Ruínas do Teatro.

Como afirmado pela redactora e responsável pelo projecto, Dra. Ana Cristina Leite do Museu da Cidade, Câmara Municipal de Lisboa, durante uma entrevista com o investigador, o projecto ainda se encontra em fase de desenvolvimento, estando prevista a realização de um espaço para representações e outras infra-estruturas anexas à área.

6. Legislação e principais entidades gestoras do património arqueológico em Portugal: IPPAR, IPA e IPM

De particular importância revela-se num estudo deste género, orientado para a área de estratégia de planeamento, gestão e desenvolvimento, revela-se o enquadramento legal, isto é, as atribuições e esferas de competências dos Institutos com incidência na administração, gestão e planeamento das actividades

directamente ligadas ao património cultural arqueológico, monumental e não monumental.

O estudo, conservação e valorização deste património foi de responsabilidade partilhada entre o Instituto Português do Património Arquitectónico e o Instituto Português de Museus, até ao ano de 1997.

No dito ano, acrescidas necessidades na gestão das actividades arqueológicas, levaram à criação de uma terceira estrutura ao nível de administração central, o Instituto Português de Arqueologia (Dec. Lei 117/97).

Tal feito, seguido por não com poucas polémicas, implicou um novo enquadramento legal de toda a actividade arqueológica portuguesa (estudo, conservação e valorização).

6.1 O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) é uma instituição fundamentalmente orientada (sobretudo depois do nascimento do IPA, Dec. Lei 117/97, que teve como directa consequência o redimensionamento e racionalização dos meios humanos e financeiros do IPPAR, Dec. Lei 120/97) para a salvaguarda e valorização do património cultural arquitectónico do País.

No que se refere mais estritamente ao âmbito arqueológico, até ao 1997 inteiramente de competência desta Instituição, depois do nascimento do IPA neste ano, ao IPPAR continua a competir, de acordo com o Dec. Lei 120/97, a *classificação, desclassificação, estabelecimento de áreas de protecção e respectiva salvaguarda de imóveis arqueológicos*, embora em estrita colaboração com o IPA.

6.2 O Instituto Português de Arqueologia (IPA)

O constante crescimento das actividades realizadas no âmbito arqueológico em Portugal levaram à conclusão que a *natureza e vocação de organismos da administração central como o IPPAR e o IPM, não lhes permite (...) tratar adequadamente da detecção, preservação e gestão da categoria de vestígios arqueológicos mais abundante e potencialmente mais preta de informação sobre o passado: a dos contextos sem valor monumental* (Dec. Lei 117/97, de 14 de Maio).

Para o *enquadramento de uma política de prevenção, de salvamento, de investigação e apoio à gestão do património arqueológico imóvel e móvel* nasce assim o Instituto Português de Arqueologia (IPA).

Entre as competências atribuídas a este novo Instituto está a *autorização, fiscalização, acompanhamento e eventual suspensão de trabalhos arqueológicos*; mas também a institucionalização da disciplina, *através de uma política de contratualização com outras pessoas colectivas públicas e privadas*; a colaboração em *acções de sensibilização pública para o património arqueológico*.

Ao nível dos seus Órgãos e Serviços, destaca-se a instituição de um Conselho Consultivo a que se aponta como objectivo *promover a articulação transversal da política arqueológica nacional*. Em termos de estrutura refirmam-se o Departamento de Gestão e Planeamento, as Divisões de Inventário e Divulgação e três serviços *autonomizados* e responsáveis por áreas específicas de intervenção: o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e subaquática (CNANS); o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) e o Parque Arqueológico da Vale do Côa (PAVC).

6.3 O Instituto Português de Museus (IPM)

O Instituto Português de Museus (IPM) foi criado pelo Dec. Lei 278/91, de 9 de Agosto, e tutela 29 museus de arte, arqueologia e etnologia, *onde os visitantes podem encontrar muitas das peças incontornáveis do património nacional que, no seu conjunto, refazem os tempos da História* (IPM, disponível em

<http://www.ipmuseus.pt/pt/ipm/A3IH.aspx>, consultado em 11 de Novembro de 2005).

Entre as atribuições do IPM, de acordo com Dec. Lei 398/99, de 13 de Outubro, figuram a promoção da política museológica nacional; promover o estudo, a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património cultural móvel nacional; orientar técnica e normativamente os museus dependentes do Ministério da Cultura, bem como todos os outros museus; zelar pela qualidade dos museus enquanto espaços de conhecimento e de comunicação proporcionando condições adequadas de conservação e espaços de visitas cómodos e atractivos.

Já a actualização da Lei Orgânica do IPM pelo Dec. Lei 161/97, de 26 de Junho, permitiu estruturar mais profundamente os seus serviços e, sobretudo, enunciar a sua responsabilidade em relação à implementação da *Rede Portuguesa de Museus* (RPM) na perspectiva de organizar os museus existentes e normalizar os procedimentos que visam a criação de novos museus. Verificaram-se de imediato as profundas carências do tecido museológico português, pois a grande maioria de “auto-designados” museus não preenchiam os requisitos mínimos definidores do conceito de museu, de acordo com as orientações formuladas pelo *International Council of Museums*.

O projecto de criação da RPM institucionalizado pela Lei-Quadro dos Museus Portugueses (Lei 47/04 de 8 de Julho, publicada no Diário da Republica – I série A, 295 de 19 de Agosto de 2004) tem como objectivo a criação de um *network* que represente não só um *framework* para a gestão do desenvolvimento turístico, mas também um contributo para que os museus desempenhem mais eficazmente a sua missão de estudar, conservar e divulgar as memórias colectivas contando com a constante e recíproca partilha de *know-how* (IPM, disponível em <http://www.ipmuseus.pt/pt/ipm/A3IH.aspx>, consultado em 11 de Novembro de 2005).

Entre os últimos projectos do IPM está o *MATRIZ NET*, catalogo *on-line* que permite aceder às colecções antes de visitar fisicamente os museus. Trata-se de

um instrumento que não entende substituir-se à visita ao museu, mas completá-la, prepará-la, explorando as novas tecnologias na gestão e fruição dos espólios directamente de responsabilidade do Instituto.

Conclusão

Na primeira parte deste capítulo foi demonstrada a estreita e antiga ligação entre arqueologia (entendida como “disciplina” bem como “património arqueológico”) e turismo: na secção 2 e suas subsecções foi de facto apresentado um conjunto de factos históricos relacionados com um fenómeno que definitivamente podemos chamar de **proto-turismo-arqueológico**. Concluímos que já há muito o homem reconhece a importância do património arqueológico enquanto meio de conservação e salvaguarda da memória colectiva e da identidade de um povo, merecendo atenções e uma valorização que inclui também a deslocação de pessoas com o objectivo de fruir deste património para o próprio crescimento cultural e lazer pessoal.

Vimos mais adiante como esta aliança antiga entre arqueologia e turismo tem, hoje, valor estratégico no âmbito do planeamento do desenvolvimento local sustentável e integrado, sobretudo através da sua exploração turística. O forte potencial turístico que o património arqueológico detém, de facto, faz com que este particular recurso se torne num elemento chave para o sucesso de produtos turísticos locais. Os benefícios são mútuos: impactes positivos no âmbito do desenvolvimento e qualidade da actividade turística (criação de uma marca ligada à cultura e à unicidade; mais e melhores opções na gestão de fluxos turísticos; etc.); pela população residente (crescimento sócio-cultural e da auto-estima; ligação com a revitalização de actividades económicas tradicionais; etc.); pela própria arqueologia (maior aceitação por parte da população; maior eficácia no que diz respeito à sua função de “criar e comunicar saber”; auto-sustentabilidade económica operacional; etc.).

Contudo, planear e desenvolver o turismo arqueológico representa um verdadeiro desafio para os administradores públicos, para os técnicos, para os privados que queiram investir neste sector.

A Gestão Integrada da Qualidade (IQM) representa uma das ferramentas para alcançar altos níveis de qualidade na gestão das áreas e parques arqueológicos com fins turísticos. É uma abordagem que toma em consideração o impacto favorável do turismo sobre os próprios técnicos, os visitantes, a população local e o contexto ambiental e cultural em que a actividade turística se insere (European Commission, 2000 *a, b e c*).

Mas as novas tendências ainda vão mais além, e já prevêem modelos partilhados internacionalmente de gestão de qualidade de bens culturais abertos ao público, tais como o GES, que estabelece critérios e indicadores de qualidade da oferta turístico cultural.

Com base nestas novas abordagens de planeamento e gestão da actividade turística nas áreas arqueológicas passaremos, nos próximos capítulos, à investigação directa e análise do caso de estudo, aplicando os critérios e os indicadores descritos à área arqueológica e museu de Conimbriga, como realidade representativa da situação portuguesa do turismo em áreas arqueológicas.

Capítulo III

METODOLOGIA

Introdução

Uma vez contextualizado, nos capítulos anteriores, o âmbito geral deste trabalho, neste capítulo serão expostos de forma mais pormenorizada os objectivos (gerais e específicos) do estudo e apresentada a metodologia seleccionada para atingir tais objectivos, fundamentando tal escolha através da comparação de outros métodos e técnicas de recolha de informação disponíveis.

Na primeira parte do capítulo, será abordada de forma geral o campo da “pesquisa”: qual a sua utilidade; as modalidades de aplicação para a área específica do turismo e, nomeadamente, na área do turismo cultural e do património. A seguir será apresentado o leque das principais metodologias de pesquisa potencialmente aplicáveis e, finalmente, será apresentada e comentada (destaque dos pontos fracos e pontos fortes da metodologia adoptada) a escolha metodológica do autor para o presente trabalho.

Através de uma análise descritiva Será também comentada a entrevista elaborada, contextualizando e explicando a escolha das perguntas feitas.

1. Fases da investigação

Os trabalhos de investigação científica são desenvolvidos recorrendo a um conjunto de etapas, apresentadas pelo seguinte quadro:

Quadro 1: Etapas do processo de investigação

CONCEPTUALIZAÇÃO	1. A identificação do problema
	2. A exploração
	3. A formulação do problema
CONSTRUÇÃO	4. A construção do modelo de análise
VERIFICAÇÃO	5. A recolha de informações
	6. A análise das informações
	7. As conclusões

Fonte: (Pereira e Poupa, 2003): 18

Podemos dividir o processo de investigação, de acordo com Pereira e Poupa (2003), em dois momentos distintos e completos. Estes são:

1. Elaboração do estudo;
2. Apresentação dos resultados.

O primeiro inclui a formulação e resolução do problema; o segundo consiste na redacção da exposição do trabalho realizado e das conclusões obtidas (Pereira e Poupa, 2003).

Leite (1974) afirma que o objectivo da investigação consiste em descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos. Tais processos foram criados para aumentar a probabilidade de que a informação obtida seja significativa para a pergunta proposta e, além disso, seja quanto mais precisa. Apesar de não existir garantia de que a investigação apresente, na realidade, informação significativa e o mais possível precisa, os processos de investigação científica têm maior probabilidade de fazê-lo do que qualquer outro método conhecido.

O património acumulado de interpretações provisoriamente validadas a que se chama teoria (entendida como um conjunto organizado de conceitos e relações entre conceitos substantivos, isto é, referidos directa ou indirectamente ao real) constitui em princípio, adequado ponto de partida para a investigação.

O primeiro momento da investigação é o da interrogação, do questionamento a certas dimensões da realidade e, é esse conjunto articulado de questões que delimita zonas de visibilidade. Essa problemática define e acolhe problemas de investigação para os quais se procuram respostas (Almeida e Pinto, 1995).

Segundo Hill e Hill (2000) a parte teórica consiste principalmente na revisão de literatura sobre o tema escolhido e, a partir dessa revisão estritamente relevante para o tema da investigação, podemos deduzir uma hipótese, ou um conjunto de hipóteses, a serem testadas na parte empírica. A hipótese assume um papel fundamental, porque faz a ponte entre a parte teórica e a parte empírica, devendo por isso, justificar o trabalho da parte empírica.

Uma investigação empírica é uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar e poderem ser utilizadas para construir explicações ou teorias mais adequadas.

Neste sentido, a investigação social é susceptível de interpretações ou conclusões credíveis, quando sustentada por um método de trabalho seleccionado e (re)inventado, em função dos objectivos da investigação (Pardal e Correia, 1995). Assim sendo, segundo Ghiglione e Matalon (1993) a tentativa de rigor científico recai sobre os métodos a utilizar no processo de investigação. Em 1996 Costa referiu que “um método é uma estratégia integrada de pesquisa que organiza criticamente as práticas de investigação, incidindo nomeadamente sobre a selecção e articulação das técnicas de recolha e análise da informação”.

A eficácia de cada uma dessas técnicas é diferente consoante o tipo de informação que se pretende obter.

Contudo, a recolha de informação sobre uma situação concreta, orientada pelo quadro teórico prévio de referência, não exclui muitas vezes, a necessidade de ajustar, especificar ou mesmo reformular este último, de modo a torná-lo um guia de observação do real mais preciso e eficaz (Almeida e Pinto, 1995). Segundo Leite (1974) no processo de investigação as primeiras etapas influem nas seguintes, embora a interacção de uma etapa com as outras, seja uma

consideração básica em sua selecção e, frequentemente, as etapas seguintes conduzem a uma reconsideração das anteriores. “A pesquisa social não é um processo dedutivo, no qual tudo decorre de algumas premissas já definidas; é uma busca contínua da verdade, na qual respostas provisórias conduzem a um refinamento dos problemas a que se aplicam e dos processos pelos quais se obtiveram tais respostas”.

Por último, a verificação empírica decorre dos dados recolhidos numa amostra, retirada segundo critérios de amostragem que assegurem representatividade de um universo ou população. A estatística apoia a análise social, colocando ao dispor conhecimentos e técnicas de análise exploratória de dados que permitem apreender e quantificar os fenómenos, possibilitando a identificação de aspectos, regularidades ou padrões que os caracterizem. Deste modo, a estatística participa no desenvolvimento do conhecimento científico e na prescrição de práticas referentes a contextos situacionais particulares (Pardal e Correia, 1995).

Pelo exposto, o trabalho científico, elemento dinâmico e determinante de cada processo concreto de produção teórica (ou ciclo teórico), ao utilizar o corpo de conceitos, métodos e técnicas de que uma ciência pode dispor num dado momento, irá transformar o objecto sobre o qual o trabalho teórico incide, em novos conhecimentos científicos (Almeida e Pinto, 1995). Contudo, a ciência não oferece possibilidades de prova absoluta. O progresso da ciência e a possibilidade científica de conclusões, baseiam-se na coerência e na consistência de muitas partes de provas falíveis, na articulação e na interligação com a teoria das partes individualmente falíveis de provas (Leite, 1974).

2. Objectivos desta pesquisa

Se, de acordo com Leite (1974), o objectivo da investigação consiste em descobrir respostas para perguntas, qual as nossa perguntas para esta investigação? A discussão apresentada nos capítulos de revisão de literatura contribuiu para demonstrar a existência de directivas internacionalmente aceites

sobre o desenvolvimento sustentável, em geral, e sobre a função e a importância do planeamento, desenvolvimento e gestão da actividade turístico cultural.

A nossa pergunta é portanto a seguinte: tendo por certo, segundo quanto já exposto, que é a aposta no desenvolvimento turístico ligado ao património representa um meio de desenvolvimento social, de manutenção de diversidade cultural, de preservação da biodiversidade e de desenvolvimento económico, qual, então, em Portugal, o grau de implementação de:

- Princípios de sustentabilidade propostos a nível internacional acerca do desenvolvimento, turismo e património no processo de desenvolvimento e gestão em turismo do património?
- *Frameworks* de comunicação e divulgação (apresentação e interpretação do património arqueológico) em áreas arqueológicas com fins turísticos?

Na prática, pretende-se com esta análise proceder a uma avaliação da qualidade da gestão do património arqueológico enquanto atracção turística e fonte de desenvolvimento socio-económico.

Nos primeiros capítulos foram apresentados alguns exemplos de *best-practices*, isto é, casos em que estas directivas de sustentabilidade são de facto implementadas com sucesso ao processo de desenvolvimento turístico cultural. Estes exemplos representam modelos para o desenvolvimento de um turismo intimamente ligado ao património e que proporcione um contributo para o desenvolvimento local integrado. Servirão estes conceitos para a criação de uma plataforma de noções a partir das quais serão elaboradas de forma mais detalhada e dirigidas as nossas perguntas e, a seguir, será conduzida a nossa análise do caso de estudo.

2.1 Objectivos Gerais

De acordo com Leite (1974), o primeiro passo na formulação da investigação é tornar a pergunta (ou “problema”) concreta e explícita.

Constitui objectivo geral desta tese analisar as formas de gestão dos recursos culturais, nomeadamente arqueológicos, com fins turísticos em Portugal. Pretende-se procurar quais as causas da falta de melhores condições para a fruição das áreas arqueológicas tendo em vista a que no futuro se proceda ao reforço de medidas legislativas e regulamentares destinadas ao sector nestas áreas, resultando por um lado no aumento da qualidade da oferta turística nacional; por outro no maior envolvimento (e conseguinte benefício) da população residente no processo de planeamento e desenvolvimento turístico-cultural.

2.2 Objectivos Específicos

Tomando em consideração o objectivo geral, os objectivos específicos da tese serão os seguintes:

- Conhecer, através da análise do caso de estudo, as actuais condições das áreas arqueológicas portuguesas, no que diz respeito à qualidade da sua oferta numa perspectiva logística (sinalização, presença de infra-estruturas, etc.), mas sobretudo interpretativa (guias, placas, frameworks de gestão dos fluxos turísticos, etc.);
- Estabelecer o grau de interacção entre a população residente e os turistas e as próprias áreas arqueológicas;
- Estabelecer o grau de envolvimento e satisfação dos técnicos no processo de turistificação da área;
- Conhecer a sua receptividade relativamente à presença de turistas na área;
- Conhecer as razões das falhas no processo de planeamento turístico e na gestão da área arqueológica com base nos princípios de sustentabilidade expostos.

3. Selecção da metodologia de investigação

3.1 Principais metodologias de pesquisa

Num trabalho de investigação é fundamental a determinação clara do problema, dos objectivos que se querem atingir e a formulação das hipóteses que se procuram verificar. Estas, as hipóteses, podem ser deduzidas de uma teoria ou ter origem num problema prático ou ainda a partir da perplexidade perante um determinado aspecto da vida. A procura do dito “rigor científico” para averiguar estas hipóteses recai sobre os métodos a utilizar para tal fim. Isto é, uma vez colocadas as hipóteses, resta apenas escolher o método ou, muitas vezes, os métodos que iremos empregar para as confirmar (Ghiglione e Matalon, 1993).

O método consiste, essencialmente, num conjunto de operações que tem em vista a consecução de objectivos determinados. Corresponde a um corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possível a selecção e a articulação de técnicas, com o fim de se poder desenvolver o processo de verificação empírica, enquanto que as técnicas nunca configuram um corpo orientador de investigação, nem um plano de trabalho sobre a mesma, mas somente um instrumento para a realização daquele (Pardal e Correia, 1995).

Apesar de os cientistas sociais disporem de várias abordagens para estudar o mundo social, não há abordagem que prescreva ou rejeite qualquer método em particular (Bell, 1997): os investigadores que utilizam métodos quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles, realizando medições com a ajuda de técnicas científicas que conduzam a conclusões quantificadas e, se possível, generalizáveis. Os investigadores que adoptam uma perspectiva qualitativa, estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo e procuram a compreensão em vez de análise estatística. Contudo, há momentos em que os investigadores qualitativos recorrem a técnicas quantitativas e vice-versa (Bell, 1997).

Neste sentido, o investigador tem ao seu dispor um referencial de métodos a que pode recorrer para a investigação de um problema, podendo assim, seleccionar o

tipo de abordagem que pretende. Segundo Pardal e Correia (1995) a selecção de um método ou de métodos para a investigação, é uma tarefa que requer acuidade com base no conhecimento, da qual decorrerá entretanto, a maior ou menor validade dos resultados conseguidos, bem como o nível de fiabilidade dos mesmos.

Quais então as principais alternativas ao dispor de um investigador que se apresta a escolher uma metodologia de investigação? Em 1989 Cohen e Manion (citado por Bell, 1997: 20-21) referiram que a **investigação-acção** é *um procedimento essencialmente in loco, com vista a lidar com um problema concreto localizado numa situação imediata. Isto significa que o processo é constantemente controlado passo a passo (isto é, numa situação ideal), durante períodos de tempo variáveis, através de diversos mecanismos (questionários, diários, entrevistas e estudos de casos, por exemplo), de modo que os resultados subsequentes possam ser traduzidos em modificações, ajustamentos, mudanças de direcção, redefinições, de acordo com as necessidades, de modo a trazer vantagens duradouras ao próprio processo em curso.* Contudo, segundo Bell (1997) a investigação-acção, não é um método nem uma técnica, mas sim uma abordagem que se revela particularmente atraente para os educadores devido à sua ênfase prática na resolução de problemas.

Por outro lado, segundo Pardal e Correia (1995) os **estudos de caso** correspondem a um modelo de análise intensiva de uma situação particular (caso). Tal modelo, flexível no recurso a técnicas, permite a recolha de informação diversificada a respeito da situação em análise, viabilizando o seu conhecimento e caracterização. Os estudos de caso, podem apresentar diversas modalidades em função dos objectivos da pesquisa ou do esquema teórico-conceptual da mesma. Os estudos de caso podem assim, ser agrupados em três grandes modelos, tais como:

- De exploração (visam através de mecanismos diversos, abrir caminho a futuros estudos);

- Descritivos (correspondem essencialmente a monografias, não assumindo qualquer pretensão de generalização);
- Práticos (visam fazer o diagnóstico de uma organização ou avaliá-la, tendo as motivações mais diversas).

Metodologia utilizada nas investigações e proposto mais uma vez pelas ciências sociais é o **inquérito**, que, de acordo com Ghiglione e Matalon (1993), pode ser definido como uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos com o objectivo de generalizar. Neste caso, o investigador intervém colocando questões, mas sem intenção explícita de modificar a situação na qual actua enquanto inquiridor. Para além disso, segundo Bell (1997) o objectivo de um inquérito consiste em obter informação que possa ser analisada, extrair modelos de análise e tecer comparações. Na maior parte dos casos, um inquérito propõe-se obter informação a partir de uma selecção representativa da população e, a partir da amostra, tirar conclusões consideradas representativas da população como um todo. Contudo, é necessário assegurar que a amostra da população seja verdadeiramente representativa, tomando-se em consideração que as características da população total sejam representadas na amostra. Por fim, e de acordo com Pardal e Correia (1995) a exigência de precisão conduz à necessidade de testar o questionário antes da sua administração.

O **método experimental**, de acordo com Gil (1994), consiste essencialmente em submeter os objectos de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objecto. O método experimental permite tirar conclusões acerca de causas e efeitos, se se tratar de uma experiência bem concebida e com a garantia de que todas as causas possíveis são consideradas (Bell, 1997). Contudo, as limitações da experimentação no campo das ciências sociais fazem com que este método só possa ser aplicado em poucos casos, visto que as considerações éticas e técnicas impedem a sua utilização (Gil, 1994).

3.2 Os instrumentos de recolha de informação numa pesquisa

Depois de se escolher o método (ou os métodos) que parece mais apropriado para atingir os fins propostos, surge a necessidade de se conceber os instrumentos de recolha de informação.

Para a realização de uma verificação empírica, isto é, confrontação do corpo de hipóteses com a informação recolhida na amostra, existe uma série de técnicas que vão funcionar como um instrumento de trabalho que viabiliza a realização da pesquisa e que são implementadas de acordo com o método escolhido. É recomendável, senão mesmo necessário, recorrer a diferentes técnicas numa mesma investigação (Hébert *et al.*, 1990).

A **análise documental** é uma técnica de recolha de informação necessária em qualquer investigação, sendo o recurso a documentos uma tarefa difícil e complexa, que exige do investigador paciência e disciplina (Pardal e Correia, 1995). Nalguns casos servirá para complementar informação obtida por outros métodos, e noutros, constituirá o método de pesquisa central ou mesmo exclusivo. Costuma-se mesmo distinguir entre fontes de informação “primárias” e “secundárias” (Burgess, 1997). Fontes primárias são todas as informações que se reúnem em “primeira-mão”, com o próprio trabalho de investigação, logo, através da implementação de metodologias escolhidas para o caso. Estes dados têm uma relação directa com pessoas, situações ou acontecimentos, que são estudados e não podem ser aceites acriticamente, pois é essencial situá-los no contexto e isto implica muitas vezes que se considerem materiais já publicados como fontes secundárias (por exemplo, transcrições e sumários de materiais que são fontes primárias).

A técnica de recolha de dados mais utilizada no âmbito da investigação sociológica é o **questionário** (Pardal e Correia, 1995). Razão disto é o facto de este instrumento de trabalho ser relativamente rápido e barato na tarefa da recolha de informação (Wilkinson e Birmingham, 2003), e apresenta uma série de benefícios práticos e operacionais:

- Podem ser frequentemente aplicados a um grande número de pessoas ao mesmo tempo;
- A natureza impessoal do questionário assegura uniformidade na recolha e sistematização da informação;
- As pessoas, na maioria das vezes em que o questionário é administrado, ficam no anonimato e esta condição faz com que elas se sintam mais livres para exprimir as próprias opiniões, sobretudo quando estas são negativas (Leite, 1974);
- Exercita sobre os inquiridos menos pressão para respostas imediatas (Leite, 1974).

É possível, de acordo com Wilkinson e Birgmingham (2003), elaborar um questionário optando para a utilização de três diferentes tipos de questões. As diferenças tipológicas são determinadas do tipo de resposta prevista, isto é:

1. Questões a resposta fechada (que prevêm normalmente como resposta apenas um “Sim” ou “Não”);
2. Questões a escolha múltipla, nas quais existem um leque de pelo menos 4 respostas predeterminadas pelo inquiridor;
3. Questões abertas, que não impõem as restrições das perguntas fechada ou a escolha múltipla, mas deixam total liberdade de resposta ao inquirido (um exemplo típico é representado pela pergunta: *Nós fale da cidade em que reside.*).

Mas o questionário apresenta também algumas limitações, entre as quais a impossibilidade de o aplicar a analfabetos ou de o inquirido poder ler todas as questões antes de responder, facilitando a resposta em grupo e perturbando a informação. Refira-se ainda o facto de serem frequentes os atrasos na sua devolução, sobretudo quando tal é feito pelo correio (Pardal e Correia, 1995). Ghiglione e Matalon (1993) salientam ainda, entre as limitações subjacentes à utilização da recolha de informações por questionários, de a veracidade das respostas dos inquiridos poder ser posta em dúvida.

Outro instrumento de recolha de informação é representado pela **entrevista**, que, ao contrário do questionário, pode ser usada com quase todos os segmentos da população e geralmente atinge uma amostra muito mais verídica da população geral. Contudo, Wilkinson e Birmingham (2003) afirmam que a utilização da Entrevista enquanto método de recolha de dados numa investigação não seja uma “opção fácil”, pelas dificuldades de elaboração e realização.

As principais vantagens ligadas à utilização da entrevista são as seguintes:

- Muitas pessoas estão dispostas a cooperar na realização do estudo, pois podem fazê-lo “apenas” falando com o entrevistador;
- A entrevista é um instrumento com maior flexibilidade, pois possibilita a repetição de perguntas, ou a sua apresentação de outro modo para que se possa ter a certeza de que são compreendidas, ou acrescentar, quando preciso, outras perguntas a fim de esclarecer o sentido de uma resposta;
- O entrevistador pode observar não apenas o que o entrevistado diz, mas também *como o diz*, tendo em conta também o *feed-back* emocional procurado por determinadas perguntas e assuntos (Leite, 1974).

Pelo contrário, as maiores desvantagens são:

- A fraca possibilidade de aplicação a grandes universos;
- Constituir uma técnica altamente subjectiva, com conseguinte perigo de “imparcialidade”, e daqui
- A possibilidade de ter dificuldades na fase de sistematização e análise das respostas (Bell, 1997).

Quanto à estruturação, Wilkinson e Birmingham (2003: 44) afirmam que as entrevistas são tradicionalmente menos estruturadas respeito os outros instrumentos de pesquisa, quais os questionários. Existem três tipos de entrevista (Wilkinson e Birmingham, 2003: 45; Pardal e Correia, 1995):

1. Entrevista “estruturada”;

2. Entrevista “semi-estruturada”;
3. Entrevista “não-estruturada”.

A entrevista “estruturada” é quase um questionário dirigido cara-a-cara ao inquirido (Wilkinson e Birmingham, 2003): o entrevistador pode controlar a situação e dominar uma lista de questões que foram formuladas antes da entrevista e que são respondidas, em vez de serem consideradas, reescritas, reordenadas, discutidas e analisadas. Podemos ver esta condição do entrevistador, de acordo com Burgess (1997) como de quem tem poder sobre o respondente a quem é conferido um papel subordinado neste contexto.

Entrevista “semi-estruturada”, contem perguntas bastante abertas mas directas, e prevê uma abordagem mais rígida por parte do entrevistador, embora, de acordo com Wilkinson e Birmingham (2003: 45), pode ser difícil distinguir entre uma entrevista “semi-estruturada” e uma “não-estruturada”.

A entrevista “não-estruturada”, caracterizada por uma abordagem bastante flexível por parte do investigador e perguntas muito abertas, permite maior liberdade de actuação, podendo assumir diversas formas:

- A entrevista “não direccionada”, que se caracteriza por uma completa liberdade de conversação e
- A entrevista “direccionada” que, embora livre, centra-se num assunto preciso, com as perguntas girando em torno dele.

Por fim, a entrevista “semi-estruturada” é caracterizada por ser nem inteiramente livre e aberta, nem orientada por um leque inflexível de perguntas estabelecidas à *priori*. Neste caso, o entrevistador possui um referencial de perguntas-guia suficientemente abertas, que serão lançadas à medida do desenrolar da conversa e não necessariamente pela ordem estabelecida no guião nem tal e qual como foram previamente concebidas e formuladas, mas de acordo com as oportunidades que surgirão naturalmente de aprofundar mais ou menos um determinado aspecto ao longo da conversa (Pardal e Correia, 1995).

Os métodos experimentais, as medidas estatísticas, os inquéritos por questionário e as várias outras abordagens (métodos) utilizadas para o estudo do mundo social, não são contudo totalmente satisfatórias no que diz respeito à representação de todos os elementos subjectivos da vida social. Por esta razão, os investigadores viraram-se para a “observação” e para a “observação participante”, de forma a terem acesso aos significados que os participantes atribuem às situações sociais (Burgess, 1997).

A **observação** como técnica científica comporta, de acordo com Pardal e Correia (1995), diferentes modalidades:

- A observação “não-estruturada”, em que o investigador não recorre a meios técnicos e age livremente, conferindo-lhe subjectividade;
- A observação “estruturada”, que é a única que viabiliza o rigor da investigação, tornando possível o controlo de validade e limitando eventuais distorções de análise;
- A observação “não-participante”, em que o observador é essencialmente um espectador;
- A observação “participante”, onde o observador vive a situação, sendo-lhe por isso, possível conhecer o fenómeno em estudo a partir do interior.

De acordo com Bell (1997: 142), desvantagens típicas desta abordagem são:

- A subjectividade da própria interpretação do investigador que observa;
- O tempo necessário para implementar a técnica;
- A difícil racionalização da condução;
- A necessidade de métodos de *contraverificação*.

3.3 Metodologia e técnicas de recolha de informação seleccionados para esta investigação

Na secção anterior foram apresentados os principais métodos e técnicas de recolha de informação a que um investigador pode recorrer para a realização do próprio estudo. Deste leque, face aos objectivos desta tese (ver a secção 2 deste

capítulo), o investigador optou por utilizar um conjunto de métodos que proporcionassem uma visão completa e integrada do assunto tratado.

A primeira escolha foi a da metodologia a utilizar. A este respeito, não achando viável a análise “extensiva” da qualidade da gestão de todos os sítios arqueológicos portugueses com fins turísticos, optou-se pelo método do estudo de caso: escolheu-se analisar uma área arqueológica que fosse representativa da realidade portuguesa e a opção recaiu sobre o Museu Monográfico e Ruínas de Conimbriga, enquanto área arqueológica mais visitada de Portugal, como demonstrado pelas estatísticas (Ver Anexo C).

A vantagem da utilização deste método para efeito desta investigação e como também defende de forma mais geral Bell (1997: 22) reside no facto do *estudo de caso ser particularmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar de forma mais ou menos aprofundada um determinado aspecto de um problema em pouco tempo*. Isto é, a grande vantagem deste método consiste no permitir ao investigador a possibilidade de se concentrar num caso específico e de identificar os diversos processos interactivos em curso (Bell, 1997).

Por sua vez, a selecção das técnicas de recolha de dados sobre as quais assentasse o critério de avaliação da qualidade de gestão do sítio escolhido, assentou na utilização de um conjunto de técnicas que proporcionassem a maior objectividade possível. Idealmente, a melhor forma de realizar esta tarefa seria dar voz a todo o conjunto de actores/beneficiários envolvidos no processo de gestão do património arqueológico, adoptando, a nosso ver, o seguinte conjunto de técnicas:

1. **Observação** – Avaliação do investigador;
2. **Entrevista** – Auto-avaliação da entidade gestora;
3. **Questionário ao publico** – Avaliação do publico/visitantes.

Contudo, optou-se privilegiar uma abordagem pelo lado da oferta em detrimento de uma análise pelo lado da procura, o que comportou a exclusão da realização de inquéritos ao público, que teria exigido ainda uma avaliação criteriosa em termos de sazonalidade, implicando a recolha de dados ao longo dos vários períodos. Procedeu-se portanto à recolha de dados através da Observação e da Entrevista, enquanto técnicas de recolha de dados privilegiadas na abordagem do estudo de caso (Bell, 1997: 23).

Operou-se uma observação directa e “não participante” (Bell, 1997) para avaliar de forma sintética e geral a qualidade da gestão da área arqueológica. Com a adopção desta técnica se tencionou dar voz, no âmbito geral da pesquisa, ao ponto de vista do investigador, cujo interesse é aplicar os princípios de sustentabilidade à sua observação, e conseqüentemente, ao modelo de gestão proposto. O planeamento e a condução da observação foram particularmente cuidados para maximizar os benefícios obtidos pela escolha desta técnica. Determinaram-se previamente os aspectos mais relevantes a identificar, criando pelo efeito uma série de indicadores, tais como:

- Estado de conservação das ruínas;
- Serviços oferecidos ao público (no que se refere à logística, à informação e à apresentação ao público);
- Relação com o meio natural envolvente;
- Relação socio-económica com a área envolvente e grau de envolvimento da população.

Por sua vez, a auto-avaliação da entidade gestora foi realizada através de uma entrevista “semi-estruturada e direccionada” ao Director da área arqueológica e museu monográfico de Conimbriga, enquanto principal actor no processo de tomada de decisão na gestão da área arqueológica. Procurou-se dar voz ao ponto de vista institucional, isto é, realçar os pontos fortes e os pontos fracos da gestão do património arqueológico com fins turístico em relação às responsabilidades governativas. Por outras palavras, optou-se para a realização

de uma entrevista ao principal responsável da área arqueológica como meio de auto-avaliação da qualidade de gestão.

Do ponto de vista técnico, a escolha da entrevista semi-estruturada como instrumento de recolha de dados permitiu ao investigador a possibilidade de repetição de perguntas, ou de as apresentar de outro modo para que se tivesse a certeza de que estas eram de facto compreendidas, ou ainda, fazer outras a fim de esclarecer o sentido de uma resposta; a flexibilidade desta técnica permitiu ainda aprofundar alguns assuntos que o investigador, no curso da entrevista, percebeu ser mais importantes, e deu a possibilidade ao entrevistado de introduzir novas argumentações na avaliação geral da qualidade da gestão. A entrevista, que teve uma duração total de duas horas e dez minutos, foi gravada em suporte digital com autorização previa do entrevistado, e depois transcrita para suporte em papel, preparando-a para uma posterior análise dos dados.

3.4 Memória descritiva da entrevista

Uma das fases desta investigação foi a da auto-avaliação por parte da entidade gestora do sítio arqueológico. Para tal fim, criou-se uma entrevista semi-estruturada dirigida ao director da área arqueológica e museu de Conimbriga, no sentido dele próprio poder participar na avaliação geral da gestão da área para fins turísticos, de reconhecer e explicar eventuais falhas no sistema de gestão.

A preparação da entrevista seguiu um procedimento cuidadoso, adoptando-se a *Interview Checklist* proposta por Wilkinson e Birmingham (2003: 64) e, como sugere Bell (1997: 119), seleccionando os tópicos com base na revisão bibliográfica efectuada para os primeiros capítulos, e elaborando previamente as perguntas. Optou-se por perguntas suficientemente abertas, de forma poder ser lançadas à medida do desenrolar da conversa e não necessariamente pela ordem estabelecida no guião nem tal e qual como foram previamente concebidas e formuladas, mas, tal como sugerem Pardal e Correia (1995), de acordo com as oportunidades que surgissem naturalmente de aprofundar mais ou menos um determinado aspecto ao longo da conversa.

A entrevista encontra-se estruturada em três secções, focando a atenção sobre três assuntos fundamentais:

1. Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico;
2. Relação com o exterior (implementação dos princípios de sustentabilidade socio-económica);
3. Serviços turísticos oferecidos e instrumentos de apresentação e interpretação arqueológica utilizados.

As perguntas serão de seguida apresentadas segundo o esquema “Numero Secção – Numero Pergunta”.

Com o primeiro grupo de questões, isto é, a primeira secção (S1) pretende-se analisar, descrever e auto-avaliar as orientações adoptadas para a implementação da estratégia de desenvolvimento turístico na área; com o segundo grupo explora-se mais o âmbito da sustentabilidade, isto é, quanto os princípios de sustentabilidade, nomeadamente socio-económica, são aplicados ao processo de desenvolvimento e gestão da área; a terceira parte da entrevista contém, por fim, um grupo de perguntas dedicadas à descrição e análise da oferta de serviços aos visitantes, nomeadamente no que diz respeito à apresentação das ruínas ao público e aos instrumentos de gestão dos fluxos turísticos. As três partes da entrevista têm como objectivo avaliar a qualidade da gestão da área arqueológica baseando-se sobre os seguintes indicadores:

- Presença e avaliação da estratégia de desenvolvimento turístico;
- Grau de implementação dos princípios de sustentabilidade, com particular atenção para as relações socio-económicas entre as actividades desenvolvidas na área arqueológica e a população local.
- Descrição dos instrumentos de comunicação com o publico, para avaliar a capacidade de transmissão de conhecimento aos visitantes.

De forma geral, a entrevista aborda questões que dizem respeito ao planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico. Com a primeira pergunta desta secção (S1-1), aborda o mérito da estratégia utilizada para o desenvolvimento turístico, embora não se dê por certo que ela exista no caso específico de Conimbriga (S1-2). De seguida, interessa explicitar, através da pergunta S1-3, quais os *stakeholders* envolvidos no processo de tomada de decisões para a concepção da estratégia de desenvolvimento e gestão da área. A pergunta S1-4 diz respeito ao processo de tomada de decisões acerca da criação e melhoria da estratégia de desenvolvimento a seguir, mas desta vez a pergunta refere-se às figuras profissionais envolvidas em tal processo. O objectivo específico desta pergunta é avaliar o grau de interdisciplinaridade subjacente à gestão do sítio arqueológico. Estas últimas duas perguntas resultam ser particularmente importante pois introduzem à temática do desenvolvimento integrado, e podem ser ponto de partida para numerosos aprofundamentos que visam a melhoria futura das práticas de planeamento e gestão. Sendo incluído um plano de marketing como parte integrante de um plano de desenvolvimento, com a pergunta S1-5 pretende-se verificar a existência de um plano de marketing cultural para a área, que valorize e divulgue a riqueza do sítio. E, como foi exposto nos primeiros capítulos, cada vez mais a adesão a redes nacionais e internacionais está a tornar-se um verdadeiro instrumento de divulgação e promoção. Daqui a questão S1-6, cujo objectivo é averiguar a presença de Conimbriga nos itinerários internacionais de arqueologia. As questões S1-7 e 8 pretendem avaliar a capacidade de atrair visitantes em Conimbriga não só pelo valor histórico e arqueológico que a área possui, mas também pela realização de eventos culturais e de entretenimento enquadrados no contexto das ruínas. Com as perguntas S1-9 a 11 pretende-se focar a atenção sobre a importância de um orçamento que possa dar base aos planos de desenvolvimento de médio e longo prazo. Estas perguntas têm o objectivo específico de tirar conclusões acerca da eficácia das actuais modalidades de financiamento da área e do museu.

Pretende-se a seguir salientar a importância da existência de observatórios (*in situ* ou não) para a gestão e o desenvolvimento turístico (S1-12), que proporcionem dados constantemente actualizados para a melhoria continua dos

processos de gestão. As últimas perguntas (S1-13 a 16) solicitam a opinião do director da área de Conimbriga sobre as orientações políticas em Portugal e da gestão do património cultural, nomeadamente arqueológico, e, sobre o futuro, da arqueologia em geral e de Conimbriga em particular, enquanto atracção turística/instrumento de desenvolvimento local.

Se as primeiras dezasseis perguntas dizem respeito à estratégia de desenvolvimento da área e dos principais problemas ligados a este assunto, neste segundo grupo de perguntas (S2), foca-se a atenção sobre a aplicabilidade e a implementação dos princípios de sustentabilidade à gestão de sítios arqueológicos enquanto destinos/atracções turísticas.

Antes que mais, com as primeiras perguntas (S2-1 a 4) pretende-se abordar de forma geral o âmbito da sustentabilidade, mas também testar o conhecimento do Director da área arqueologia de Conimbriga a este respeito, entendendo fundamental um bom conhecimento dos princípios de sustentabilidade para os gestores do património. A questão S2-5 entra no mérito específico da implementação de tais princípios à gestão actual da área arqueológica em análise. Com as seguintes perguntas tomam-se em consideração os vários níveis de sustentabilidade: física (S2-6), económica e social, dando maior ênfase à esta última, representando os benefícios para a população local, um dos principais objectivos do turismo e desenvolvimento sustentável. Assim se seguirão uma série de perguntas voltadas para a apresentar o benefício (potencial ou real) que a actividade turística em Conimbriga pode trazer à economia local (S2-7 a 11). As últimas perguntas desta secção (S2-12 a 15) dizem respeito à divulgação, sobretudo em âmbito local, do património histórico e arqueológico de Conimbriga com vista a reforçar a identidade cultural e auto-estima da população local: o aproveitamento do sítio para fins didácticos e de sensibilização; a relação dos estudiosos que operam em Conimbriga e a comunidade. Neste sentido, particularmente com a pergunta S2-15, procura-se avaliar o real contributo que a valorização do património arqueológico em Conimbriga e a actividade turística a vários níveis relacionada, pode dar para o reforço e crescimento sócio-cultural a nível local.

O terceiro e último grupo de perguntas (S3) foram elaborados para servir de base para a auto-avaliação acerca dos serviços mais estritamente turísticos, isto é, os serviços oferecidos aos visitantes, mas também as condições de acesso e sinalização para chegar ao sítio (S3-1 a 3); as soluções adoptadas para gerir os fluxos turísticos na área (S3-4) e as condições de acesso para pessoas com deficiência, nomeadamente para cadeiras de rodas (S3-5). Procura-se, com as perguntas seguintes, saber que tipos de instrumentos interpretativos são actualmente utilizados para a apresentação ao público das ruínas (S3-6) e se, entre estes instrumentos, é prevista a adopção de tecnologias multimédia (S3-7). Com as questões S3-8 a 10 pretende-se abordar a temática da “metodologia didáctica” utilizada para a apresentação ao público mais jovem (turismo escolar), isto é, a função educativa intrínseca à exploração turística do sítio arqueológico, a percepção do visitante a respeito da investigação arqueológica e a função de sensibilização acerca da preservação do património arqueológico. As infra-estruturas disponíveis para os visitantes no interno da área, são o objecto da pergunta S3-11, com a qual terminam as perguntas acerca dos serviços e as facilidades oferecidas.

Entendeu-se dedicar uma pergunta que dissesse respeito às soluções para garantir a segurança de visitantes e operadores (S3-12), para introduzir a temática dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na área e a relação entre estes e a presença turística no sítio arqueológico (S3-13 a 17). As últimas três perguntas (S3-18 a 20) prevêm uma reflexão pessoal do entrevistado acerca das melhorias necessárias à área arqueológica, ao seu futuro e à relação entre turismo e arqueologia.

4. Avaliação da metodologia

Após a análise das mais importantes opções metodológicas tomadas nesta pesquisa, relatadas nas secções anteriores, torna-se agora importante discutir as forças e fraquezas das mesmas, bem como indicar alternativas para quem estivesse interessado em conduzir estudos futuros a partir desta pesquisa.

A selecção do estudo de caso como método de estudo empírico para dar respostas às questões levantadas com esta tese, foi dada sobretudo pela impraticabilidade de desenvolver uma análise de todos os sítios arqueológicos visitáveis em Portugal. Esta alternativa não teria tido, a nosso ver, grande interesse também do ponto de vista do resultado último, pois a quantidade de informação teria sido tão grande e tão diferenciada que teria sido difícil sistematizá-la e utilizá-la para chegar a conclusões construtivas. Conimbriga, enquanto área arqueológica mais visitada de Portugal (ver Anexo C), foi portanto escolhida como caso de estudo por ser representativa da realidade portuguesa no que diz respeito à qualidade da gestão do património cultural, nomeadamente arqueológico.

Contudo, o investigador também reconhece que a escolha do método do estudo de caso pode potencialmente fazer com que fique desconhecida a existência de situações significativamente diferentes da realidade analisada, falseando aquela que é a descrição mais autêntica da realidade que se pretende descrever e estudar. Tentou-se então reduzir ao mínimo os efeitos desta limitação do método, apresentando ao longo do trabalho, para além do caso mais aprofundado de Conimbriga, também casos nacionais em que a qualidade da gestão e da utilização de instrumentos de interpretação e comunicação com o público são bastante acima da média, e comparando metodologias utilizadas no estrangeiro.

No que diz respeito às técnicas de recolha de informação utilizadas para o estudo de caso, a escolha da entrevista ao Director do Museu e Área Arqueológica de Conimbriga, foi justificada pelo facto que, tratando-se de uma tese na área de estratégia, gestão e planeamento, se tencionou atribuir particular destaque ao ponto de vista institucional. A entrevista revelou-se uma escolha muito sensata, dado que outras técnicas de recolha de informação, tais como o inquérito, teriam resultado mais impessoais e incompletos. Apesar de um questionário poder ser, às vezes, a maneira mais eficiente de criar uma atmosfera de maior liberdade, maior a vontade por parte do entrevistado, a sua utilidade limita-se a questões a respeito das quais as pessoas tenham opiniões claramente formuladas e que

possam ser apresentadas com simplicidade. Deste modo, a entrevista tende a ser mais eficaz na criação de uma atmosfera que permite à pessoa exprimir sentimentos ou descrever situações mais complexas.

A escolha da entrevista semi-estruturada permitiu ao investigador gozar de uma certa flexibilidade na acção: se de facto, de acordo com Bell (1997), a maioria das entrevistas realizadas na etapa de recolha de dados de pesquisa situam-se algures entre o ponto *completamente estruturado* e o ponto *não estruturado*, pois é importante dar liberdade ao entrevistado para falar sobre o que é de importância central para ele, em vez de falar sobre o que é importante para o entrevistador, o emprego de uma estrutura flexível garantiu que todos os tópicos considerados cruciais fossem abordados.

Contudo, entre os pontos fracos da aplicação deste método de recolha neste estudo, se poderia imputar o número de entrevistas realizadas: para trabalhos futuros de facto seria interessante envolver um número maior de actores na gestão do património, o que iria permitir a realização de um estudo comparado dos pontos de vista dos representantes institucionais.

No que diz respeito à observação directa por parte do investigador, esta técnica permitiu dar voz ao ponto de vista de quem conduziu o trabalho, ponto de vista que pretende ser inovador. A observação foi de facto direccionada a verificar a existência de condições particulares: desde a utilização de *frameworks* de gestão de fluxos turísticos, de interpretação arqueológica, até à implementação de uma “filosofia de gestão” sustentável e integrada. Esta abordagem pode ser criticada contudo como não objectiva: concordamos de facto com Bell (1997) que um dos problemas característicos deste tipo de análise está na própria interpretação do investigador do que está a observar-se, dada sobretudo pela falta de comparação dos resultados obtidos com outros obtidos por outros investigadores. A comparação dos dados teria minimizado a possível parcialidade do resultado final da avaliação. Resulta portanto aconselhável, para trabalhos futuros nesta área, a constituição de uma equipa de trabalho formada pelo menos por dois ou três

investigadores, os quais possam conduzir a própria avaliação de forma autónoma mas sempre confrontando o *feed-back* pessoal com o dos outros investigadores.

Conclusão

Como foi discutido neste capítulo, o objectivo desta tese consiste em analisar a forma/qualidade de gestão do património arqueológico com base nos critérios de sustentabilidade expostos na primeira parte deste trabalho. A teoria subjacente é aquela segundo a qual uma gestão integrada e sustentável, que passe pelo aproveitamento turístico do património, representa uma fonte de benefícios sócio-culturais e económicos para a população local, mas também meio de manutenção da diversidade cultural, de preservação da biodiversidade, num contexto mais amplo de desenvolvimento sustentável.

Para poder avaliar a situação actual da qualidade da gestão do património arqueológico enquanto atracção turística; para poder indicar falhas institucionais no planeamento do desenvolvimento turístico nestas áreas para poder, de seguida, chegar às conclusões e à elaboração de sugestões para a melhoria da qualidade, seleccionou-se o método do estudo de caso, que foi, por sua vez, analisado através do recurso a uma série de técnicas de recolhas de informações, nomeadamente a entrevista semi-estruturada ao principal responsável da área arqueológica de Conimbriga e seu museu monográfico, e à observação directa por parte do investigador.

As vantagens e as limitações da escolha metodológica foram também discutidas. Escolher a metodologia do estudo de caso fez com que se pudesse concentrar toda a energia no estudo de uma realidade única, mas que, ao mesmo tempo, enquanto realidade mais representativa de Portugal no que diz respeito ao turismo em áreas arqueológicas, pudesse proporcionar um quadro de avaliação da situação nacional. A entrevista ao director da área arqueológica de Conimbriga revelou-se importante e até fundamental para uma melhor compreensão de determinados mecanismos burocráticos que afectam (positivamente ou negativamente) a qualidade da gestão do sítio arqueológico: abordou-se a

questão da atribuição orçamental, repartição de receitas, falta de marketing cultural e divulgação, etc. Fundamentou-se também a escolha de não se realizar a entrevista/questionário aos visitantes, meramente por razões de escassa disponibilidade de tempo e de recursos financeiros.

Por fim, a procura de indicadores que contribuíssem para orientar a análise (observação directa) efectuada pelo investigador das condições e da qualidade de gestão da área arqueológica, representou mais um momento de implementação daqueles princípios de sustentabilidade expostos na primeira parte deste trabalho, em que o investigador acredita plenamente que seja preciso apostar, não só no que diz respeito à gestão das áreas arqueológicas, mas também à gestão do património em geral e do desenvolvimento turístico ligado a ele.

Capítulo IV

Estudo de caso

As ruínas e o museu de Conimbriga

Introdução

Após ter apresentado as linhas de orientação e os princípios segundo os quais, pela nossa hipótese, teriam que estar subjacentes à gestão de áreas de interesse patrimonial, nomeadamente arqueológicas; após ter apresentado as escolhas metodológicas efectuadas pelo investigador para o desenvolvimento deste estudo, passamos agora a apresentar e analisar o estudo de caso escolhido: a área arqueológica de Conimbriga.

Esta área, escolhida como representativa da realidade portuguesa no que se refere a gestão do património arqueológico, será, neste capítulo, apresentada do ponto de vista do seu valor histórico e arqueológico, e será avaliada a qualidade da gestão no que se refere ao grau de implementação dos princípios anteriormente expostos.

Os resultados da aplicação ao caso de estudo dos instrumentos de pesquisa apresentados no capítulo anterior – entrevista ao director da área arqueológica e museu de Conimbriga (autoavaliação) e observação directa por parte do investigador – serão neste capítulo apresentados com o objectivo de se obter uma visão exaustiva daquela que é a modalidade e as dificuldades de gestão da área. Com base na análise dos dados recolhidos, seguirá a apresentação das principais conclusões.

Serve portanto este capítulo de análise S.W.O.T. da gestão da área arqueológica enquanto destino turístico e enquadrada num processo mais abrangente de desenvolvimento socio-económico sustentável a nível local. Através dos

resultados desta análise pretende-se chegar à criação de um modelo, claramente muito flexível, de gestão de sítios arqueológicos com fins turísticos.

1. Contextualização da área arqueológica

1.1 Localização geográfica e administrativa

As ruínas da cidade romana de Conimbriga encontram-se na área administrativa da Vila de Condeixa-a-Nova. Esta Vila fica situada na faixa litoral da região centro do País, estando situada a 192 km a norte de Lisboa, a 120 km a sul do Porto, e a uns escassos 12 km de Coimbra, principal cidade da região centro. Pertence à província da Beira Litoral, ao distrito de Coimbra e faz fronteira a Este com os concelhos de Coimbra e Miranda do Corvo; a Sul com os concelhos de Penela e Soure; e a Oeste com o concelho de Montemor-o-Velho.



Figura 5: Localização do Concelho de Condeixa.
Fonte: <http://www.cm-condeixa.pt>

Actualmente, o concelho de Condeixa-a-Nova, constituído por 10 freguesias, ocupa uma área total de 135 km², possuindo uma população de 15340 habitantes (Censos 2001 - dados definitivos). É um concelho que apresenta uma vertente serrana, com algumas povoações situadas no coração da serra e uma outra vertente agrícola, onde esta actividade foi uma das mais importantes fontes de rendimento dos habitantes deste concelho.



Figura 6: O Conselho de Condeixa-a-Nova.
Fonte: <http://www.cm-condeixa.pt>

Só recentemente, e devido à óptima localização geográfica de que goza, tem-se acentuado a implantação de unidades industriais (<http://www.cm-condeixa.pt/autarquia/concelho.htm>).

1.2 Enquadramento histórico da cidade romana de Conimbriga

Tendo origem num castro de origem celta da tribo dos *Conii*, os mais antigos vestígios arqueológicos do sítio de Conimbriga parece datarem do século IX a.C. Quando os Romanos chegaram, na segunda metade do séc. I antes de Cristo, Conimbriga era um povoado florescente. Graças à paz estabelecida na Lusitânia, operou-se uma rápida romanização da população indígena e Conimbriga tornou-

se uma próspera cidade (fonte: <http://www.conimbriga.pt/portugues/ruinas.html>, consultado em 20-02-2006).

A luta levada a cabo pelos exércitos romanos pelo controlo do território em que hoje se situa Portugal durou perto de dois séculos. Iniciada no começo do século II a.C., pode considerar-se terminada em 25 a.C., ano em que César Octaviano, o *Augusto*, termina a campanha em terras do Noroeste peninsular. A pertença do território ao Império Romano manter-se-á até à desagregação do Estado imperial, com a penetração na Ibéria de povos armados, os chamados bárbaros invasores -*Suevos, Vândalos, Alanos* –, logo nos primeiros anos do século V.

Em 218 a.C., as primeiras legiões romanas desembarcaram na costa hoje catalã, no âmbito das guerras que Roma trava com Cartago pelo domínio do Mediterrâneo Ocidental. Vencidos os rivais cartagineses, os romanos têm o terreno aberto na Península Ibérica. No entanto, têm de fazer agora frente aos peninsulares.

É a partir da linha marcada pelo rio Tejo que as dificuldades de penetração para Norte começam a ser significativas. Teria todavia de passar ainda mais de um século para que a Península pudesse ser considerada submetida à paz romana. Será de facto sob o comando de Augusto que as legiões romanas, avançando simultaneamente do Sul e do Leste, vão encontrar-se no extremo Noroeste peninsular. Chegámos ao ano 25 a.C. A ocupação militar romana, como enquadramento administrativo do território, veio criar condições para a aculturação dos povos locais, a sua adesão ao saber, aos valores, aos hábitos e às formas de comportamento do invasor. A Península Ibérica foi romanizada¹⁸. Povoações romanas, ou desenvolvidas pelos romanos, deram em muitos casos origem a grandes cidades portuguesas. Lisboa, Braga, Coimbra, Faro, Santarém,

¹⁸ Para além das vicissitudes políticas, para além da desintegração do Império Romano, houve traços culturais que foram de tal maneira absorvidos pelos povos locais que eles criaram uma nova identidade ou, pelo menos, importantes tratos identificadores da sua personalidade. Uma nova língua, por ela e através de línguas suas derivadas, acabou por monopolizar quase integralmente – a excepção é o País Basco – o espaço peninsular. Uma nova religião, o cristianismo romano e imperial, veio introduzir novas fórmulas e formas integradoras, moldar o pensamento religioso oficial e enquadrar o pensamento religioso de carácter popular. As relações entre os homens passaram a ser regidas por normas criadas em Roma e adoptadas na Península.

Viseu, estão neste caso. Embora não partilhe com estas o mesmo destino de continuidade, é nesta época, durante as campanhas de Décimo Júnio Bruto, em 139 a.C., que também nasce *civitas Igaeditanorum* ou *Conimbriga*.

Longe de constituir uma das principais cidades luso romanas como *Olísipo* (Lisboa) ou *Bracara Augusta* (Braga), Conimbriga deriva parte da sua importância na época romana ao situar-se justamente num local de passagem da estrada que unia estas duas cidades, entre *Sellium* (Tomar) e *Aeminium* (Coimbra).

No reinado do imperador *Augusto* (César Octaviano, 30 a.C.-14 d.C.), Conimbriga é nobilitada com magníficos edifícios públicos: o fórum e as termas, lugares de extrema importância política e social na sociedade romana (Pasquinucci, 1993). Nos séc. I-II d.C., a demonstrar um importante estatuto político, a cidade, que passara a ser designada por *Flavia Conimbriga*, vai ser dotada de novos instrumentos de prestígio: um novo fórum (*fórum flaviano*) e novas termas (termas trajánicas).

Na passagem do século III para o século IV, o estruturado Império Romano começa a desagregar-se. Paralelamente ao desaparecimento de uma autoridade central, os povos “bárbaros”, nómadas ou semi-nómadas, multiplicam as incursões pelo território. É desta época que datam as ainda imponentes muralhas da cidade (finais do séc. IV): a maneira um tanto rústica como está construída denota uma certa urgência na sua construção, evidenciando um clima de tensão e de eminentes ataques, por parte dos povos bárbaros. Mas a cintura muralhada de defesa urbana, com cerca de 1500m de extensão, não basta para proteger Conimbriga. Em 468 os Suevos assaltam a cidade e destroem parte da muralha. A partir de então, Conimbriga começa a desertificar, acabando por perder o seu estatuto de sede episcopal para *Aeminium* (Coimbra) onde, no final do século VI, o bispo de Conimbriga se transfere. Depois da ocupação visigoda Conimbriga chega mesmo ao fim do seu ciclo de vida, e nem o próprio topónimo resistirá a abandonar a cidade, pois os habitantes que ficaram fundaram a cidade hoje conhecida pelo nome de Condeixa-a-Velha, mais a Norte. (fonte:

<http://centros.edu.xunta.es/iesmariasolino/actividades/conimbri.htm>, consultado em 20 de Fevereiro de 2006).

2. Caracterização da área arqueológica de Conimbriga enquanto destino turístico

2.1 A área arqueológica

Falar de turismo em Condeixa é falar de Conimbriga. Trata-se de um sítio arqueológico privilegiado e deve-o grandemente à sua localização. Objecto de descoberta, de interrogações, de estudo, Conimbriga teve a sorte de se encontrar a uma dúzia de quilómetros de distância da que, durante centenas de anos, foi a sede do saber oficial em Portugal – a Universidade de Coimbra. Foi assim que esta cidade morta, cuja existência ainda se prolongou para além da queda do Império Romano, atraiu as atenções dos estudiosos que a avizinhavam.

As primeiras escavações de vulto realizadas entre 1928 e 1944, colocam a descoberto um conjunto de casas nobres e termas, com destaque para a beleza do chão em mosaicos. Na segunda campanha de escavações entre 1964 e 1971, descobriram-se o *Forum Flaviano* e as *Termas de Augusto*, destruídas e recobertas pelas de *Traiano*. Estas últimas, com piscina, *frigidarium*, palestra monumental e restantes divisões tradicionais dos balneários, constituem um bom exemplo da arquitectura termal da época, e espelham a importância e relevância da cidade de Conimbriga naquela época.

Actualmente as ruínas de Conimbriga apresentam ao público um conjunto de edifícios e monumentos, nomeadamente:

- **Muralha da Cidade:** Fortificação edificada para proteger a cidade dos ataques dos povos bárbaros.

- **Edifícios Termais:** Conjunto de termas públicas, dotadas de *frigidarium*, *tepidarium* e *calidarium*, das épocas de Augusto e Flávio.
- **Basílica:** Templo cristão do séc. VI, com destaque para o baptistério e a capela-mor, de formato cruciforme.
- **Forum:** Conjunto monumental constituído pela praça pública, templo, mercado e tribunal, foi construído no tempo de Augusto. O segundo *Forum* foi construído em parte em cima do anterior e foi dedicado exclusivamente à função religiosa do culto imperial.
- **“Casa dos Repuxos”:** *Domus* do séc. II-IV, é sobejamente a imagem mais conhecida das ruínas de Conimbriga. A sua beleza provém dos seus jardins com jogos de repuxos de água, bem como o seu chão de mosaicos figurativos e as pinturas murais.
- **Anfiteatro:** Construído provavelmente no séc. I, mantém bem visíveis as galerias de acesso.
- **Aqueduto:** Condução subterrânea entre Alcabideque¹⁹ e Conimbriga, foi construído nos tempos de Augusto para abastecer a cidade de água.

¹⁹ Proveniente do árabe "al" e do latim "caput aquae", que significa captação de água, a povoação de Alcabideque possui um importante monumento da época romana. Situado acerca de 3 Km Conimbriga, o Castellum de Alcabideque é uma pequena torre de construção romana que servia essencialmente para captar e elevar a água para o seu posterior transporte, através de um aqueduto, até à cidade de Conimbriga. O aqueduto ora é subterrâneo ora assenta numa sapata junto ao solo, até aos últimos 170 metros onde passa a correr sobre arcos, (que eram 16, restando apenas um) e mais tarde sobre um paredão, voltando a ser subterrâneo e acabando nas grandes termas da cidade. Tem uma extensão total de 3550 m. A época de construção remonta provavelmente ao séc. I onde o aqueduto integrou-se no plano de urbanização da cidade de Conimbriga, na época de Augusto. Mais tarde, na época de Cláudio, passa a funcionar como esgoto, sendo a água distribuída por canos de chumbo. No séc. III/IV foram construídas duas cisternas provavelmente solidárias com o sistema de defesa. Depois das Invasões Bárbaras e da destruição do aqueduto, foi abandonada a sua funcionalidade. Presentemente é tido como monumento histórico-cultural, estando a torre de captação inserida num bonito lago, na povoação de Alcabideque.

As ruínas de Conimbriga possuem ainda um museu monográfico, destinado à guarda e exposição dos achados arqueológicos; um laboratório de conservação e restauro de peças antigas; uma pequena biblioteca especializada em temas de arqueologia, conservação e restauro; um anfiteatro com capacidade para 100 pessoas e um conjunto de edifícios de apoio aos visitantes (restaurante, loja, livraria, etc.).

Conimbriga corresponde actualmente a uma área consagrada como monumento nacional, definida por decreto em 1910.

2.2 O museu monográfico

Junto das ruínas de Conimbriga situa-se o Museu Monográfico, destinado à guarda e exposição dos materiais achados durante as escavações arqueológicas. Está apetrechado com um laboratório para o tratamento, conservação e restauro das peças encontradas. Todo este espólio encontra-se exposto no Museu, destacando-se um conjunto de mosaicos levantados no final do séc. XIX, várias peças de escultura (nomeadamente a cabeça de Augusto e um busto de uma mulher desconhecida), inscrições em pedra, louça de mesa e de cozinha, moedas, armas e utensílios agrícolas, etc. De destacar também uma maqueta retratando o *Forum* Romano e parte do centro da cidade. Todos estes objectos ajudam a imaginar as ocupações, as quotidianas e as crenças dos habitantes da cidade, desde a Idade do Ferro até à época Cristã.

No que diz respeito à estratégia de gestão, sendo o património arqueológico português gerido segundo dois diferentes modelos, a gestão *in loco* dos sítios e a gestão centralizada ou “à distância”²⁰, é de salientar que o modelo adoptado para as ruínas de Conimbriga e seu Museu é *in loco* nomeadamente através da presença constante de uma equipe multidisciplinar que se dedica exclusivamente ao estudo, conservação e divulgação da cidade romana. Contudo, existem uma série de obstáculos à eficiente gestão estratégica e processo de

²⁰ Segundo esta forma de gestão é directamente o IPPAR, embora “a distancia”, isto é, a partir de Lisboa, que controla directamente todas as questões relativas à conservação e musealização das áreas. Este último modelo resulta ser particularmente ineficiente no que diz respeito à rapidez e eficácia de intervenção e de resposta às necessidades dos visitantes. Contudo, em alguns casos, a importância dos monumentos por si só, faz com que haja uma certa continuidade na presença de público, como no caso das ruínas de Mirobriga.

desenvolvimento, que foram objecto de análise deste estudo e que serão expostos ao longo deste capítulo.

3. Análise e discussão dos dados

De acordo com os objectivos específicos desta investigação, pretende-se analisar a actual forma de gestão da área arqueológica de Conimbriga, nomeadamente no que diz respeito ao:

- *Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico;*
- *Implementação dos princípios de sustentabilidade;*
- *Serviços oferecidos e frameworks utilizados para a interpretação e apresentação do património arqueológico.*

Os dados recolhidos através dos instrumentos de pesquisa adoptados (ver Cap. 3, secção 3) permitiram caracterizar e focar de forma clara os principais aspectos positivos e negativos acerca destas temáticas, isto é, analisar, de acordo com os objectivos propostos, a qualidade da gestão da área arqueológica.

As informações apresentadas nas próximas subsecções representam de facto o tratamento dos dados recolhidos através da Entrevista propositadamente criada pela presente pesquisa (ver Anexo A) e que se encontra estruturada em três Secções de perguntas, como exposto na Subsecção 3.4 do Capítulo III, e da Observação directa do investigador.

3.1 Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico

Uma das características mais peculiares da área arqueológica de Conimbriga é a forte relação entre as ruínas e o museu monográfico, cuja missão é a divulgação, conservação e investigação da cidade romana. O centro funciona como centro interpretativo, proporcionando ao visitante informações acerca da vida quotidiana na época romana e uma divisão do espólio relativa aos vários momentos do dia-a-dia (cura do corpo, instrumentos musicais, armas, utensílios de trabalho e de cozinha). Tal espólio pode parecer bastante reduzido, se relacionado à área de

escavação: na verdade, existe uma grande quantidade de achados, mas que são na sua maioria extremamente fragmentários, o que torna difícil a sua gestão e apresentação.

De acordo com os dados recolhido (Secção 1- Pergunta 3; Secção 2- Perguntas 4, 5, 7) o processo de tomada de decisão acerca da gestão e manutenção deste conjunto funcional *ruínas-museu*, vê envolvidas várias figuras institucionais. A entidade principal é o Museu, enquanto actor principal, que é tutelado directamente pelo Instituto Português de Museus (IPM). Por sua vez, o IPM articula com mais um actor, a Unidade de Gestão do Plano Operacional da Cultura. O que diz respeito à gestão corrente das obras na área arqueológica é de pertinência do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), enquanto o Instituto Português de Arqueologia (IPA) responsabiliza-se por todos os trabalho de investigação arqueológica. A administração e regulamentação da área dizem respeito à Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova e ao IPPAR. Existem, ainda, ligações e parcerias com varias instituições não-governamentais, como a *Associação dos Amigos de Conimbriga*, muito activa na área de Património e Desenvolvimento Sustentável, e a *Universidade de Coimbra*, para a qual o laboratório de conservação de estruturas e matérias do museu de Conimbriga presta serviços.

De acordo com a resposta do Director do Museu de Conimbriga às perguntas S1-3, S2-4, 5, 7 de particular relevo é a parceria com a *Associação de Desenvolvimento Local*, que tem como objectivo geral não só a divulgação/ captação de publico para Conimbriga, mas também a realização de produtos turísticos integrados para a valorização do território e cultura envolvente (património natural, gastronomia, outros sítios arqueológicos, etc.). Formada pelas autarquias de Penela, Condeixa, Ansião, Alvaiázere Pombal e Soure, esta associação de Municípios tem capacidade para elaborar e candidatar projectos na área da formação, certificação de produtos, criação de produtos turísticos, etc., financiados por programas operacionais tais como o LEADER. Resulta evidente a importância desta parceria para o desenvolvimento da área arqueológica de Conimbriga. O último projecto elaborado no âmbito desta

parceria e financiado pelo *INTERREG – Porta Natura*, consiste na criação de um guia virtual em PDA, um instrumento eficaz de interpretação arqueológica e gestão turística²¹. Tal projecto não é totalmente novo, dado que já tinha sido elaborado com o IPM, mas não desenvolvido por falta de recursos financeiros, problemática que será tratada mais à frente nesta mesma secção.

As respostas às Perguntas S1-4, S2-13 revelaram o carácter multidisciplinar do processo de tomada de decisões a nível interno, embora este seja depois afectado na sua real implementação pela falha da disponibilidade de pessoal. O papel principal é desenvolvido pelo Técnico de Conservação, sendo a primeira prioridade a da conservação. O Director do Museu e Ruínas de Conimbriga mostrou-se, com as respostas às perguntas S1-4; S2-3, 4, 12, 13; S3-20, favorável e apologista de um planeamento e gestão integrados da área, pelos quais teria que existir pelo menos uma “triangulação” entre um Arqueólogo, um Técnico de Conservação e um Técnico de Serviços Educativos. Contudo, mais uma vez, a falta de disponibilidade de recursos humanos não permite a implementação deste modelo de gestão.

A esta data, a equipa operante na gestão da área arqueológica e museu de Conimbriga é composta por um Director, um Conservador de Museus, um Técnico Superior, dois arqueólogos, dois Técnicos de Conservação. Contudo, não está, de facto, totalmente operacional devido à falta de disponibilidade por parte da maioria destes técnicos. O processo de tomada de decisões acaba para envolver, portanto, exclusivamente o Director e o Técnico de Conservação.

Embora a presença *in loco* deste conjunto de técnicos, a investigação registou, com a resposta à pergunta S1-1, a falta de uma estratégia de desenvolvimento turístico para a área: o nome de Conimbriga enquanto área arqueológica visitável representa por si só, a nível turístico, uma verdadeira ‘marca’, existindo até um discreto *merchandising* ligado a este nome. Contudo, tal *status* poderia ser melhor aproveitado para a criação de um produto melhor estruturado e de maior qualidade, que captasse público não só para a área arqueológica mas também

²¹ A certeza do sucesso desta ferramenta vem de uma experiência passada de utilização de auto-guias, que teve um grande sucesso junto dos visitantes.

para os recursos naturais e culturais da sua envolvente (respostas à S3-18, 19, 20, e como apurado através da Observação Directa). Neste momento, a oferta turística de Conimbriga, de acordo com as respostas às perguntas S1-1, 5 e 6; S3-18), resulta ser um produto turístico “isolado”, isto é, não articulado com a sua envolvente natural e cultural, e com a cidade de Coimbra, enquanto maior centro de captação turística no centro do País. Pelo contrário, seria possível e aconselhável explorar Conimbriga e o seu museu de forma integrada, criando redes que trouxessem valor acrescentado não só à área arqueológica em si, mas também a toda a envolvente, criando um produto turístico cultural mais completo (S3-18).

Já desde as primeiras respostas, a motivação para a falta de um desenvolvimento turístico integrado e para a total inexistência de uma estratégia delineada para tal fim em Conimbriga (Pergunta S1-1), foi encontrada na situação actual de total dependência institucional do IPM, que se traduz na falta de autonomia administrativa e financeira para realizar os projectos elaborados a nível local²². Fica de facto amplamente demonstrado com esta pesquisa (Perguntas de S1-5 a S1-14 e perguntas da Secção 3) que a dependência do IPM acaba por se reflectir de forma negativa directamente na qualidade do serviço prestado aos turistas a vários níveis, a partir da falta de instrumentos de divulgação apresentação e interpretação da área (S1-1, 5 e 6; S3-6, 7), como será amplamente demonstrado mais adiante nesta mesma secção.

O entrevistado destacou em varias ocasiões (S1-1, 2, 5, 7, 8, 15; S3-18) que o nível ao qual o IPM actua, isto é, o nível nacional, representa uma das principais razões da pouca eficácia do sistema de tutela deste instituto: as necessidades registadas ao nível local na gestão do património assim como no processo de desenvolvimento em geral são administradas de forma mais flexível e eficaz pelos próprios actores locais, numa acção integrada e num regime de autonomia (ou semi-autonomia) em relação ao poder centralizado. Por outro lado (S1-9, 11, 13, 14, mas em geral as respostas às perguntas de S1-1 a S1-15 e de S3-1 a S3-20), também a política orçamental do IPM representa actualmente um grande

²² Existe de facto uma estratégia de desenvolvimento delineada a nível nacional pelo próprio IPM, mas que pela sua extrema abrangência dificilmente pode-se aplicar às várias realidade locais.

obstáculo para o processo de desenvolvimento turístico integrado da área arqueológica de Conimbriga: a dependência do IPM, concretiza-se de facto na impossibilidade, pela Direcção do museu, de gerir a sua própria receita, que é anualmente revertida na sua totalidade ao IPM, o qual redistribui para os 29 museus que tutela, um orçamento fixo. O montante de tal orçamento é, para Conimbriga, igual a 550.000 Euros, dos quais quase 500.000 são gastos em retribuição do pessoal (de acordo com as respostas às perguntas S1-9; 10). O restante representa um valor demasiado baixo para poder ser reinvestido em qualquer projecto de desenvolvimento.

A entrevista consentiu conhecer de forma mais pormenorizada as principais consequências negativas que a escassez de recursos financeiros imposta pelo IPM acarreta, nomeadamente:

- Impossibilidade de reforçar os recursos humanos a vários níveis profissionais;
- Impossibilidade de implementar um Marketing Cultural que vise a promoção e o desenvolvimento turístico da área de Conimbriga;
- Falta de oportunidade de inovação acerca das modalidades de divulgação e instrumentos de apresentação e interpretação da área e do museu.

Acerca do primeiro ponto interessa salientar que actualmente existem em Conimbriga trinta e seis funcionários de quadro, cinco pessoas colocadas ao abrigo do Mercado Social de Emprego, como Técnicos, Profissionais, Vigilantes e Recepcionistas; três arqueólogas e quatro pessoas ocupadas na área de manutenção e limpeza. Contudo, e de acordo com as respostas às perguntas S1-6 a S1-8; S3-18, 19, já se registaram graves falhas na qualidade do serviço prestado aos visitantes, como consequência da escassez de recursos humanos. Um exemplo foi o perpetuar de ocasiões em que, devido à falta de pessoal, não foi possível a implementação regular do horário de verão, que comportou a espera prolongada à porta do museu de numerosos turistas. Também a falta de vigilantes já no passado se reflectiu na falta, total ou parcial, do devido controlo

das ruínas, situação prontamente denunciada por visitantes mais atentos ²³. A curto prazo, sendo prevista a abertura de uma nova área visitável que irá duplicar o total da área visitável actual, sem um significativo reforço de recursos humanos, nomeadamente de vigilantes, estes problemas irão obviamente agravar-se. A falta de autonomia financeira por parte do museu incide tanto a este respeito que mesmo a aplicação de um programa de voluntariado, que prevê um certo investimento para a sua divulgação e reembolso de despesas dos voluntários, por exemplo, não parece viável.

Contudo, a solução pelo menos parcial deste problema foi encontrada, segundo quanto afirmado pelo Director com as respostas às perguntas S1-4 e S3-12, 13, 16, na concessão de uma auto-gestão pelos Técnicos Profissionais Vigilantes Recepcionistas, que diariamente partilham as tarefas segundo um modelo que se poderia definir de *Just In Time*, isto é, tentam acompanhar as necessidades que vão surgindo de forma totalmente flexível, desde a manutenção à vigilância dos espaços, garantindo os seus serviços principais. Esta fórmula de gestão do pessoal parece ter dado bons resultados no que diz respeito à melhoria do desempenho destas figuras, assim como na resolução de pequenos problemas práticos. Persiste no entanto, a necessidade de flexibilização do sistema de recrutamento do pessoal, entendida como, por exemplo, a possibilidade de recrutamento temporário de figuras especializadas para desenvolvimento de projectos pontuais. Tal flexibilização resultaria de uma maior autonomia institucional e financeira do Museu em relação ao IPM.

O segundo aspecto que se salientou entre as directas consequências negativas da dependência do IPM é a falta de estruturação de uma pesquisa e um detalhado plano de Marketing Cultural para o Museu e Ruínas de Conimbriga, nomeadamente de acordo com a resposta à pergunta S1-5. O objectivo principal do Marketing é o de promover o produto segundo os canais e as modalidades mais adequadas de acordo com um *estudo de marketing* prévio das quais etapas estão ilustradas em Kotler (2000).

²³ O Livro de Reclamações contém numerosas queixas a este respeito, que resultam assinadas na sua maioria por turistas estrangeiros.

De acordo com os resultados desta pesquisa, a promoção de Conimbriga enquanto produto turístico é muito pouco desenvolvida (S3-18, 19). A este respeito, das respostas às perguntas S1-5, 7 e 8 surgiu um dado de extremo interesse, que mais uma vez confirmou e deu exemplo concreto da dificuldade de realização de projectos para o desenvolvimento, devido à dependência institucional do IPM: nos últimos anos, e para proporcionar uma alternativa funcional às formas tradicionais de promoção, a Direcção do Museu Monográfico de Conimbriga fez-se promotora de um projecto de animação cultural para a área.

Com as últimas intervenções de tutela e conservação, de facto, para além de abrir ao público uma maior área de escavação, foi criada uma infra-estrutura (actualmente acabada e pronta a funcionar) para a realização de eventos culturais, que segundo a direcção do museu é o tipo de obra que mais se adequa à área de Conimbriga, e que uma vez em funcionamento terá interesse para o seu potencial de animação cultural, mas também para os efeitos de divulgação e promoção junto do público nacional e internacional. Segundo quanto relatado durante a entrevista, contudo, a falta de recursos financeiros a investir na organização e realização de espectáculos, torna inviável a exploração da infra-estrutura.

Idêntica situação registou-se, no âmbito da promoção, para a Agenda Cultural: alguns eventos são esporadicamente realizados, mas não são de facto regulamentadas por um verdadeiro plano de actividades. Segundo quanto afirmado em particular com as resposta às perguntas S1-7 e 8, a Direcção da área arqueológica é apologista da utilidade de uma Agenda Cultural enquanto instrumento eficaz de Marketing Cultural para Conimbriga e propõe que a sua elaboração seja tratada por uma pessoa/entidade, de preferência externa ao museu, especializada em organização de eventos. Contudo, mais uma vez a falta de autonomia financeira representa um obstáculo para a realização deste projecto, que se concretiza na impossibilidade de contratar um responsável para este sector.

Pelo exposto, denuncia-se a falta de capacidade de inovação acerca das modalidades de divulgação e instrumentos de apresentação e interpretação da área e do museu (S3-6, 7, 10), o que se torna obstáculo para o desenvolvimento de qualquer plano estratégico de desenvolvimento. Segundo dados extrapolados da resposta à pergunta S1-6 registou-se, ainda acerca da escassa promoção do sítio, uma grande responsabilidade por parte da própria Região Turística do Centro, a qual não parece cumprir de forma melhor os seus objectivos propostos de divulgação, nomeadamente no que diz respeito às ruínas e ao museu de Conimbriga. Integrar o produto turístico de Coimbra com a oferta de Conimbriga representaria um valor acrescentado para a área arqueológica mas também pela própria Coimbra: um recente estudo demonstrou – segundo quanto exposto pelo Director do Museu – que a integração de Conimbriga no produto turístico de Coimbra, seria o suficiente para motivar os turistas a prolongar a sua estadia na cidade de Coimbra pelo menos por mais uma noite.

Fora a presença de um site na Internet (S3-7), que comporta um certo custo para a sua manutenção, uma das poucas formas de divulgação com custo praticamente igual a zero continua a ser a adesão a redes nacionais e internacionais para a promoção do património: a pergunta S1-6 revelou que actualmente o museu de Conimbriga está inserido na rede nacional de museus e no Projecto AREA, arquivo de museus na Internet. No passado, Conimbriga participou no projecto Europa Romana, uma rede europeia de museus romanos.

Por fim, e sobretudo de acordo com as respostas às perguntas S1-15, 16, mas sobretudo S3-18, 9, 20, as expectativas para os desenvolvimentos futuros dizem respeito sobretudo ao bom funcionamento e rentabilidade do restaurante, que se encontra em fase de reestruturação (S1-10; S3-11, 18, 19, 20); numa aposta maior sobre o contacto com a população local (S1-15, 16; S2-11, 15; S3-15, 19, 20), através de uma maior proximidade mesmo física à aldeia limítrofe através do alargamento do perímetro da área com as escavações do anfiteatro (2008) (S-115, 16; S3-15); a criação de percursos alternativos e integrados; criação de espaço para exposições temporárias e, a longo prazo, a reconstrução com nova concepção dos espaços da exposição permanente, com sala multimédia.

A auto-avaliação do director acerca dos serviços prestados aos turistas resultou, por fim, negativa, com base não só numa apreciação técnica pessoal, mas sobretudo no resultado da recolha sistemática de dados acerca da satisfação dos visitantes, nomeadamente inquéritos. Mesmo através da análise do Livro de Reclamações, entende-se que os visitantes têm uma ideia de Conimbriga e uma expectativa antes da chegada bastante alta. Mas nem sempre estas expectativas são de facto correspondidas, embora por vezes por faltas directamente imputáveis ao museu, por vezes por razões não dependentes da instituição.

3.2 A observação directa

A observação directa do sítio arqueológico serviu neste trabalho para avaliar de forma particular a qualidade da oferta aos visitantes de Conimbriga enquanto destino turístico, sobretudo com base em alguns indicadores quais a facilidade de chegada às ruínas, os instrumentos de orientação dentro da área assim como os instrumentos de gestão de fluxos turísticos e as formas de apresentação e interpretação do património arqueológico. De acordo com esta análise directa, a sinalização ao longo das vias de acesso ao sítio arqueológico resultou mais que satisfatória, sendo presentes placas de indicação em todos os cruzamentos e rotundas desde a saída da auto-estrada A-1 de Condeixa-a-Nova até Conimbriga. No interior da área, os serviços e as infra estruturas de apoio aos visitantes apresentaram-se indicadas ao público bastante claramente.

No que diz respeito às indicações do percurso dentro das ruínas, estas apresentaram-se obsoletas e poucos eficazes (setas pintadas em blocos de cimentos ou pedras) não sendo úteis para a orientação entre as ruínas, devido ao escasso numero e pouca visibilidade. Sobretudo no que diz respeito aos instrumentos de interpretação arqueológica, registaram-se graves falhas: em linha geral, os instrumentos fixos utilizados *in situ* (placas metálicas), embora na sua maioria completos de planta de fase das estruturas, não parecem ser totalmente esclarecedores acerca da função, orientação e contextualização históricas das ruínas. Faltam, por exemplo, reconstruções gráficas que possam fazer melhor

entender a função dos diferentes edifícios, logo a sua valência. Escassamente utilizados são os suportes multimédia para a gestão dos fluxos turísticos e apresentação das ruínas, embora, como salientado na secção 3.1, esteja a decorrer um projecto de implementação de guias em PDA.

Ainda, pouco eficazes resultam os meios utilizados pela valorização da grande variedade de mosaicos em *Opus Tesselatum* e *Opus Vermiculatum*, das ruínas das termas e dos seus mecanismos para as típicas áreas do *Frigidarium*, *Caledarium* e *Tepidarium*. Contudo, o Laboratório e Oficina de Restauro, presta neste sentido um serviço de particular importância, sobretudo no que diz respeito ao apoio pedagógico para o turismo escolar. No âmbito da interpretação destaque particular tem que ser dado à presença funcional do museu junto às ruínas, pois enquanto Museu Monográfico serve de centro de interpretação do sítio arqueológico em que está inserido: as suas colecções são diversificadas e ilustram a evolução histórica do lugar, entre finais do segundo milénio antes de Cristo, e o século VI da era Cristã. Registou-se a presença de numerosas reconstruções gráficas e de uma maquete do *Fórum* da cidade em pequena escala, embora mais uma vez pouco, de facto, contribua para a interpretação das ruínas no exterior por parte do visitante

O material de apresentação e divulgação disponível que contém informação suficiente e sistematizada para motivar uma visita (de acordo com o conteúdo da página Internet de Conimbriga) é o seguinte: o roteiro “Ruínas de Conimbriga”, instrumento essencial de apoio à visita; o catálogo das Colecções expostas no Museu Monográfico; o folheto de divulgação “Conimbriga” (ed. Jornal Público); o filme didáctico “Ao Encontro da História”, uma introdução à visita das ruínas disponível em cassete vídeo (24min); o manual de regionalização do curriculum “O Oppidum de Conimbriga e as Terras de Sicó” e o seu anexo “Plantas Úteis de Conimbriga - Sicó”, com informações a prestar durante a visita e a descrição de percursos alternativos, mapeados e documentados ao longo das 8 unidades paisagísticas que constituem o roteiro. Ainda, entre o material didáctico-divulgativo ligado às ruínas de Conimbriga, o livro de apoio “Dicionário de Motivos Geométricos no Mosaico Romano”.

Estes produtos podem ser adquiridos directamente no museu ou solicitados por correio. Para uso durante a visita, mediante requisição aos serviços de marcação do museu, podem ainda ser obtidos o visionamento do diaporama de interpretação das ruínas (18min.) ou a exibição do filme didáctico “ Ao Encontro da História”, já referido, no Auditório do Museu com capacidade de 100 lugares. Instrumento eficiente de divulgação é, ainda, o site na Internet, que aparece dinâmico e de rápida e simples consulta, contendo informações úteis e actualizadas, bem como visitas virtuais às ruínas. Ainda, o site encoraja a utilização de percursos complementares de descoberta das terras de Sicó, uma paisagem cársica ainda pouco conhecida mas com um património natural e cultural de grande valor e singularidade, utilizando para o efeito a articulação de percursos combinados, de autocarro e pedonais.

Uma avaliação dos instrumentos de interpretação ao longo do percurso entre as ruínas, levou a verificar um número insuficiente de painéis interpretativos, que se apresentavam obsoletos e de pouca qualidade. Sempre a este respeito, não existem instrumentos (circuitos alternativos, indicações, painéis) que proporcionem o contacto entre arqueólogos (presentes na área para desenvolvimento de pesquisas) e visitantes, apresentando e explicando as investigações arqueológicas em curso.

Registou-se também a presença de várias infra-estruturas parcialmente ou totalmente inutilizadas, nomeadamente o anfiteatro criado para realização de espectáculos, e o restaurante, actualmente em remodelação.

O produto turístico “Conimbriga” pareceu, por fim, apresentar várias falhas. Dado confirmado pela análise dos registos de visitas proporcionados pela própria Direcção do Museu e Ruínas de Conimbriga, que demonstrou como, no prazo de vinte anos, as visitas desceram de 200.000, no ano de 1987, para 97.818 no ano de 2005, com um decrescendo particularmente marcado nos últimos cinco anos.

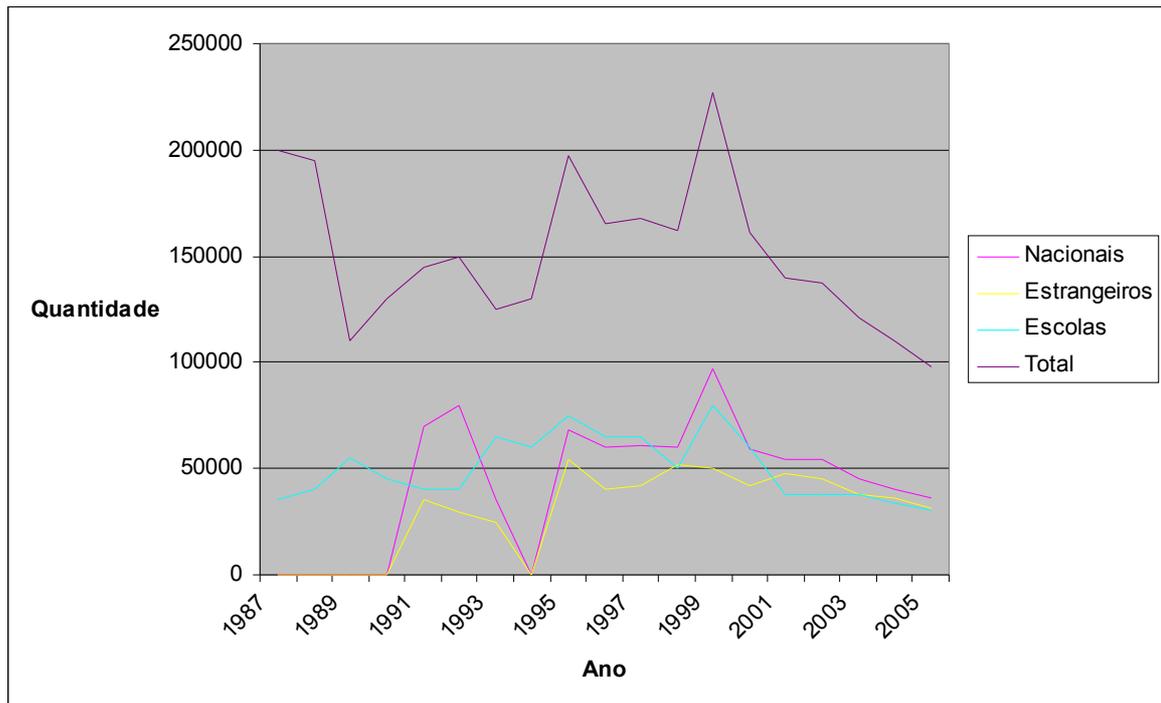


Gráfico 6: Número de visitantes às ruínas e Museu Monográfico de Conimbriga.
 Fonte: elaboração própria.

Um pique de visitas é visível em coincidência com os últimos anos da década de '90: isto poderia ser interpretado como reflexo directo da afluência turística e promoção das atracções nacionais ligada à realização da Exposição Internacional “Expo ‘98”, em 1998. A descida, continua mas não constante, como mostra o Gráfico 6, do número de visitas nos anos seguintes, também pode encontrar duas explicações: em primeiro lugar, a falta de promoção e gestão eficaz da área; em segundo, a criação no território nacional de outras áreas e parques arqueológicos de concepção mais moderna no que se refere aos serviços oferecidos ao público, que representam uma directa “concorrência” para Conimbriga.

É ainda de salientar que uma grande percentagem (quase o 40%) dos visitantes resulta ser pertencente a grupos escolares, o que denuncia uma menor afluência de outras categorias de visitantes respeito a estes grupos organizados de escolas.

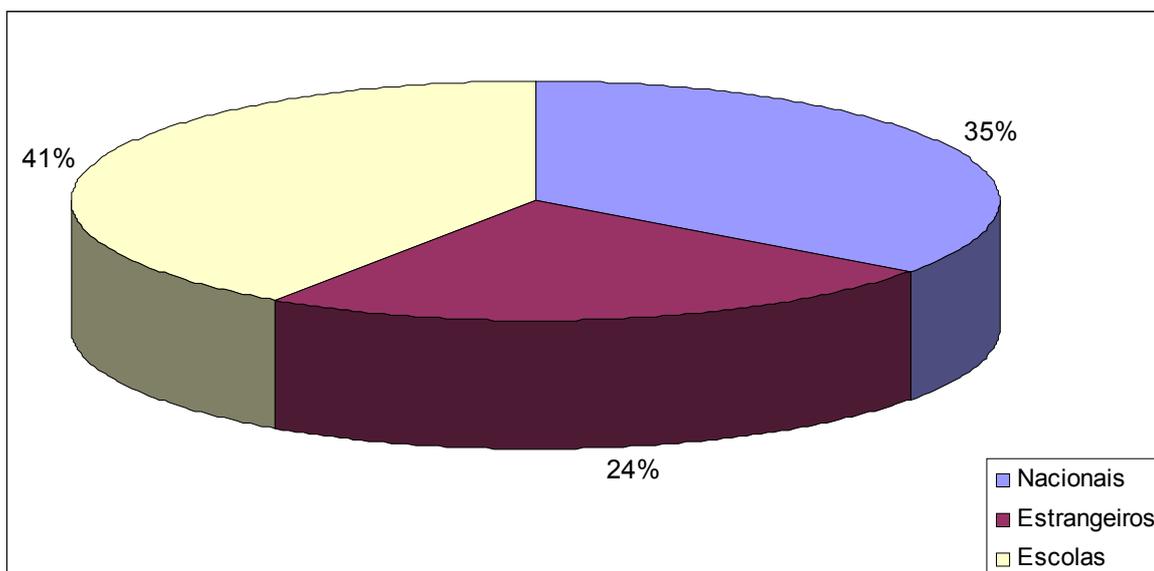


Gráfico 7: Categorias dos visitantes das Ruínas e museu Monográfico de Conimbriga.
Fonte: elaboração própria.

Quadro 2: Análise S.W.O.T. da área arqueológica e museu monográfico de Conimbriga enquanto destino turístico.

S	W	O	T
<ul style="list-style-type: none"> - Alto valor histórico arqueológico e cultural percebido; - Envolvente apelativa (grande vocação turística); - Sistema de gestão <i>in loco</i>; - <i>Status e Brand</i>; - Bons acessos e sinalização para chegar ao sítio; - Proximidade com o importante pólo turístico de Coimbra; - Divulgação (Site Internet, material divulgativo); - Presença de infraestrutura para eventos e restaurante; - Presença de um centro de interpretação; - Parcerias com associações de desenvolvimento local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente valorização do património e do potencial turístico; - Escassa valorização e integração com a envolvente ambiental e cultural; - <i>Brand</i> pouco explorado; - Falta de plano de desenvolvimento; - Sistema de tutela do IPM (dependência administrativa e financeira); - Falta de plano de promoção (marketing cultural); - Escassez de recursos humanos; - Baixa exploração das potencialidades infraestruturais; - Placas de interpretação no percurso obsoletas; - Má indicação de orientação no percurso entre as ruínas; - Falta de implementação de percursos alternativos; - Falta de percursos que favoreçam a interação turista/arqueólogos; - Escassez de recursos tecnológicos utilizados para a apresentação e interpretação das ruínas; - Pouca ligação com a população local; - Falta de implementação de princípios de sustentabilidade no sistema de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior aproveitamento e integração do potencial turístico da área arqueológica e sua envolvente; - Maior integração com a cultura e população local; - Implementação de uma triangulação entre arqueólogo – técnicos de educação – técnicos de conservação no processo de tomada de decisão para o processo de desenvolvimento; - Capacidade para realizar eventos e calendário cultural (implementação de Marketing Cultural); - Ligações com o importante pólo turístico de Coimbra; - Exploração das infraestruturas existentes; - Desenvolvimento da envolvente; - Acesso a programas europeus através das parcerias com as associações de desenvolvimento local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do sítio arqueológico; - Demasiada concentração de actividades turísticas junto às ruínas e consequente alteração paisagística da envolvente; - Impactes sociais negativos sobre a vida da aldeia próxima; - Poluição da envolvente ambiental.

Fonte: elaboração própria.

Conclusão

Neste capítulo, após uma caracterização da área arqueológica que representa o caso de estudo desta pesquisa, foram analisados e elaborados os dados recolhidos através da aplicação das metodologias de pesquisa escolhidas. A entrevista ao Director da área arqueológica e Museu de Conimbriga, a observação directa da área e a elaboração dos dados quantitativos acerca do número de visitas à Conimbriga, disponibilizados pelo próprio museu de Conimbriga, proporcionaram uma plataforma onde assentar uma análise S.W.O.T. daquela que é a área arqueológica de Conimbriga enquanto atracção turística.

As ruínas e o museu de Conimbriga são, ao contrário de sítios como Mirobriga, geridos *in loco* por uma equipe multidisciplinar que se dedica exclusivamente ao estudo, conservação e divulgação da cidade romana. Contudo, registaram-se ao longo deste estudo uma série de contingências que reduzem a eficácia destes operadores, e que representam um obstáculo para uma adequada gestão estratégica e processo de planeamento, e até chegam a comprometer a sua existência.

Os dados recolhidos não só permitiram salientar os principais problemas na gestão e processo de desenvolvimento turístico da área mas também de encontrar as principais causas. A análise da gestão da área, realizada segundo três pontos de vista cruzados:

- A política/estratégia de desenvolvimento turístico da área;
- A qualidade actual do serviço oferecido aos visitantes, no que diz respeito sobretudo à apresentação e interpretação do património arqueológico e exploração da sua vocação turística;
- A implementação de princípios de sustentabilidade no processo de gestão a área.

Destacou a falta de um plano estratégico de desenvolvimento bem delineado e, acerca da exploração turística da área, graves carências na apresentação e

interpretação bem como na divulgação das ruínas. Foram ainda apresentadas as causas principais destas carências, podendo-se afirmar, com base no estudo realizado, que tais falhas, segundo os três pontos de vista, são directamente imputáveis à situação de dependência do IPM, que limita financeiramente a possibilidade de desenvolver planos orgânicos de desenvolvimento a nível local, que visem uma exploração mais apropriada das potencialidades da área arqueológica e do museu enquanto destino turístico. Actualmente, a solução encontrada para tal indisponibilidade de fundos foi a criação de várias parcerias com associações de desenvolvimento local, através das quais se consegue atingir fundos comunitários como o LEADER.

No que diz respeito particularmente a ineficiente divulgação do sítio junto dos turistas, outra causa encontrada foi a falta de atenção prestada pela a Região de Turismo de Coimbra em relação a Conimbriga.

Tais dados serão comentados no capítulo das conclusões, servindo de base para algumas sugestões para a melhoria da qualidade de gestão, logo da oferta turística, de sítios arqueológicos como o de Conimbriga.

Capítulo V

Conclusões e recomendações para um modelo de gestão de áreas arqueológicas com fins turísticos

Introdução

Objectivo geral deste estudo era o de encontrar, a partir da análise do caso de estudo de Conimbriga, uma forma de gestão mais apropriada para o património arqueológico. Não é viável a ideia da criação de um modelo rígido que regule o planeamento do desenvolvimento turístico em sítios arqueológicos e a sua gestão. Contudo, após a apresentação dos resultados, pode-se afirmar que serviu a presente investigação para dar um contributo à criação de um modelo flexível que possa proporcionar algumas directrizes fundamentais aos *sites managers* e os *stakeholders* locais no processo de tomada de decisão no que diz respeito a valorização, gestão e desenvolvimento turístico de uma área arqueológica.

Após a análise da gestão do caso de estudo, com este último capítulo pretende-se apresentar as principais conclusões de cada capítulo, as conclusões gerais do estudo e algumas sugestões e recomendações para a melhoria da qualidade de gestão das áreas arqueológicas, em geral, e dos processos de desenvolvimento turístico nas mesmas, em particular, representando, este procedimento, parte de um processo de desenvolvimento socio-económico mais abrangente.

1. O potencial inovador da presente investigação: turismo, arqueologia e sustentabilidade

Depois de se ter exposto as orientações e as actuais tendências no que se refere à gestão do património e à sua cada vez maior ligação com o turismo, num âmbito mais abrangente de desenvolvimento local baseado no aproveitamento sustentável e integrado dos recursos locais, pode-se afirmar que o presente estudo introduz alguns factores de inovação, sobretudo no que se refere à aplicação dos princípios de sustentabilidade à exploração do património arqueológico.

A revisão bibliográfica e o estudo empírico conduzido para esta investigação levaram à conclusão de que o conceito de sustentabilidade é ainda hoje muito ligado, junto da colectividade, à ideia de preservação e protecção do património ambiental. O número de documentos referentes à sustentabilidade ligada à cultura local resultaram ser relativamente escassos, embora a tendência parece ir em direcção de uma cada vez maior consciencialização de que a sustentabilidade não é e não pode estar ligada só ou maioritariamente às questões ambientais, mas é um processo integrado extremamente abrangente.

No presente estudo foi várias vezes salientada a situação de afastamento, isolamento do património arqueológico enquanto veículo de desenvolvimento. Isto é, a arqueologia continua a ser algo de “intelectualmente e socialmente distante” da população e do seu desenvolvimento socio-económico. Apresenta-se como elo de junção entre a arqueologia e a comunidade (para o seu desenvolvimento social, cultural e económico, primeiro *target* do desenvolvimento sustentável) o turismo. Daqui a necessidade dos *stakeholders* actuarem sobre o património arqueológico não só com planos de conservação, mas também com planos estratégicos de desenvolvimento turístico e, paralelamente, de maior divulgação junto da população local.

O carácter ainda de elitismo da arqueologia faz com que seja ainda difícil introduzir um diálogo equilibrado e sereno entre operadores do património e

operadores do turismo. Contudo, foi amplamente demonstrado neste estudo, como a capacidade do turismo de dinamizar a economia e o desenvolvimento sócio-cultural, pode perfeitamente ser aplicada à exploração sustentável e integrada do património arqueológico, sobretudo para o desenvolvimento daquelas áreas onde o tecido económico é particularmente fraco.

Esta investigação representa portanto mais um passo para a inversão das ainda actuais e predominantes tendências de entender a arqueologia como algo de estático e difícil de explorar no âmbito do desenvolvimento turístico e local em termos mais abrangentes. Bem pelo contrário, o património arqueológico representa um grande tesouro para as populações locais, enquanto testemunha material da sua história; e para a população mundial, enquanto marco visível e tangível da diferenciação cultural. Logo, um recurso com uma alta vocação turística, enquanto altamente sugestivo e interessante pela sua unicidade.

Daqui o objectivo deste trabalho, avaliar a actual situação nacional no que diz respeito tais tendências, e sugerir um método de gestão mais apropriado, no que diz respeito nomeadamente às modalidades de apresentação do património, e à sua relação (social e económica) com o crescimento das áreas em que tal património está inserido.

2. Conclusões

De acordo com o que foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, após uma ampla análise dos autores, se pode concluir que existe actualmente um grande interesse pelo chamado turismo cultural. A fórmula de “Sol e Praia” que impulsionou para muito tempo o lado da procura quanto o da oferta, está a ser substituída por produtos turísticos mais completos e sofisticados, baseados na exploração do património cultural e natural. Houve portanto uma certa forma de evolução da própria ideia de “fazer turismo” (lado da procura), tal como da ideia de “planear turismo” (lado da oferta): a procura está cada vez mais exigente e desejosa de uma experiência única proporcionada por um contacto quanto mais autêntico com os recursos culturais e naturais do destino que visita e com a sua

população local. O estudo atesta, mais especificamente, que nos últimos trinta anos, os turistas demonstraram um interesse crescente em consumir os recursos patrimoniais, sendo as seguintes as motivações principais para as suas viagens:

- Bem-estar físico e saúde;
- Descoberta, estímulos intelectuais e instrução;
- Gozar de locais naturais incontaminados e de paisagens;
- Contacto com pessoas oriundas de culturas diferentes, mas num contexto mais íntimo, pessoal e autêntico respeito àquele que um turismo de massa pode proporcionar;
- Aventura e emoções.

Do seu lado, a oferta não pode não se adaptar a estas novas exigências, a satisfazer as novas motivações que levam os turistas a viajar.

De acordo com os dados expostos, também se verifica, por outro lado e a todos os níveis de planeamento, que os actores envolvidos na gestão e processo de desenvolvimento demonstram cada vez mais receptividade à ideia de explorar o turismo como meio de desenvolvimento, integrando-o num plano extremamente abrangente de actuação a médio e longo prazo de desenvolvimento. A apresentação dos principais impactes positivos e negativos de que constam as subsecções 3.1 e 3.2 do primeiro capítulo deste trabalho, motiva tal postura e evidencia que só um adequado planeamento pode reduzir ao mínimo a quantidade de efeitos negativos e maximizar os benefícios da ligação entre turismo e património.

O tal propósito pode-se também concluir que a própria ideia de planeamento está numa fase de mudança (como também demonstrado pela secção 4 do primeiro capítulo deste trabalho), reflectindo novos ideais e princípios quais os da sustentabilidade²⁴ e os da gestão e desenvolvimento integrado. Estas novas

²⁴ Um dos dados indirectamente emersos ao longo do desenvolvimento do presente estudo foi a existência de uma grande quantidade de autores que tratam da sustentabilidade tendo em conta quase exclusivamente da vertente ambiental. Conclui-se que, mesmo na literatura, a sustentabilidade cultural e a integração entre as “sustentabilidades” não é ainda uma ideia bem explorada e correctamente tratada.

linhas de orientação fazem com que a ideia de valorização e promoção do património comece a ter um papel decisivo no processo de desenvolvimento.

Conclusões resultantes dos dados expostos no segundo capítulo nos introduzem ao âmbito mais específico, o da valorização do património cultural, nomeadamente arqueológico, e sua “turistificação”. A breve abordagem histórica do turismo ligado ao património nós mostra como o próprio começo daquele que hoje conhecemos como turismo, teve as suas origens com as peregrinações em lugares sagrados, em visita a lugares que hoje consideraríamos de sítios arqueológicos, ou ainda património (cultural) monumental.²⁵

Pretende-se com estes dados chegar a conclusões respeitantes ao actual grau e qualidade de exploração do potencial turístico do património arqueológico. Deduz-se, de acordo com o estudo efectuado, que a nível internacional e sobretudo no continente europeu e americano, existe um grande fermento de ideias acerca do papel da arqueologia no desenvolvimento socio-económico de uma localidade, assim como respeito às modalidades de apresentação de tal património aos visitantes. Reputa-se entre as principais conclusões resultantes deste capítulo, a demonstração de que existem as bases técnicas para implementar modelos de gestão das áreas arqueológicas que visem:

- Melhoria da qualidade da experiência para os visitantes, sobretudo no que diz respeito à apresentação e instrumentos de interpretação arqueológica, e não só no que diz respeito aos vestígios arqueológicos mas também no que diz respeito a uma maior ênfase do próprio processo de investigação arqueológica no campo;
- Maior integração do património arqueológico no processo de desenvolvimento local, através da sua valorização e “turistificação”.

²⁵ Especulando sobre este dado poderíamos até afirmar que o património arqueológico está na base do nascimento da actividade turística. Ainda hoje, o significado histórico, o valor cultural e monumental e o fascínio destes lugares, demonstra a elevada vocação turística do património arqueológico.

Contudo, as *Best Practices* derivadas da implementação destas novas ideias resultam ser ainda escassas, embora em sensível aumento devido à procura e implementação de instrumentos cada vez mais afinados para a correcta gestão do património arqueológico com fins turísticos, como se pode concluir de quanto exposto na secção 4. 2.

Uma das razões que dificulta a implementação dos princípios de sustentabilidade, a nosso ver, poderia ser encontrada nos tempos necessários para a obtenção dos benefícios económicos e sócio-culturais esperados: tais resultados, de facto, prevêm médios e longos prazos que, na maioria das vezes, não representa a escolha temporal privilegiada pelo sector público e privado, sobretudo a nível local, devido aos interesses económicos e políticos em causa e à falta de sensibilidade.

Em particular, da análise da actual situação portuguesa através o estudo de caso de Conimbriga conclui-se que o nível qualitativo da gestão do património arqueológico enquanto instrumento de desenvolvimento sustentável local está muito abaixo da média europeia: a riqueza nacional representada pelo grande património histórico e arqueológico não coincide com um adequado aproveitamento deste recurso. Permanece uma certa indiferença e insensibilidade sobretudo por parte dos actores locais para com o próprio património, que se traduz num afastamento do património arqueológico dos processos de desenvolvimento integrado e no permanecer de carências graves na sua gestão enquanto atracção turística. Intenção desta pesquisa é evidenciar e motivar tais falhas.

A este respeito, o estudo de caso de Conimbriga (Capítulo 4), realizado através da entrevista de auto-avaliação ao Director da Área Arqueológica e observação directa da área por parte do investigador, permite uma análise estruturada e muito aprofundada da qualidade da gestão das áreas arqueológicas portuguesas, conseguindo dar respostas aos interrogativos propostos. Entre as principais conclusões às quais se consegue chegar através dos dados resultantes desta parte empírica do trabalho, o nível de satisfação é bastante baixo não só por

parte dos visitantes da área, mas igualmente por parte dos próprios operadores. Do ponto de vista da oferta ao público, Conimbriga sofre, de facto, graves carências: as modalidades de apresentação das ruínas demonstram ser obsoletas, não contemplando instrumentos multimédia (excepção feita para o site na Internet) e reconstruções de particular destaque, fora uma maqueta do antigo *forum* da cidade romana, situada no museu monográfico. Os próprios percursos encontram-se mal sinalizados, tornando difícil a orientação entre as ruínas. Denota-se e até a falta de um número adequado de recursos humanos em todos os quadros.

Do ponto de vista da gestão estratégica da área, resulta praticamente inexistente uma qualquer forma de planeamento concreto, estruturado e sobretudo articulado entre gestores actores locais e nacionais, que vise a médio e longo prazo um processo de desenvolvimento da área, que inclua a integração das actividades turísticas no processo de desenvolvimento socio-económico local. Principal razão destas carências resulta ser o modelo actual de gestão, baseado na dependência da área arqueológica de uma instituição nacional, o IPM, que limita e torna inviável qualquer tipo de projecto de desenvolvimento, seja de tipo comercial (marketing cultural), seja de tipo técnico (inovação dos sistemas de apresentação e interpretação das ruínas, por exemplo), etc. Contudo, a direcção do museu parece ser apologista da implementação de modelos sustentáveis e integrados de gestão, que já em parte implementa através de parcerias com associações de desenvolvimento local e da utilização de programas europeus para a Cultura (Cultura 2000, etc.), imputando à falta de autonomia local a maioria das falhas presentes na área.

3. Sugestões e recomendações para um novo modelo de gestão de sítios arqueológicos com fins turísticos

Através da presente investigação se quis fundamentar a ideia de que a arqueologia pode desempenhar um papel mais importante respeito ao que desempenha actualmente, no processo de desenvolvimento socio-económico local, sobretudo através da exploração da sua vocação turística. Dado este

pressuposto se quis apresentar e analisar o actual modelo de gestão do património arqueológico português com fins turísticos. Conclusão geral foi uma avaliação negativa do sistema de gestão dos sítios arqueológicos portugueses, obsoleta e ainda demasiado ligada à administração pública central, o que deixa uma margem de manobra extremamente reduzida para a implementação de projectos que respondam às necessidades locais. Este parece ser o principal obstáculo para o desenvolvimento das áreas arqueológicas enquanto atracções turísticas mas ao mesmo tempo veículos de crescimento económico e sócio-cultural para a população local. Isto é, a grande desarticulação de acção aos diferentes níveis, nomeadamente Nacional, representado pelo IPM, e local, inviabiliza e torna extremamente demorados os processos de inovação nas modalidades de gestão das áreas arqueológica.

De forma geral, o primeiro passo para uma nova forma de gestão integrada do património teria que consistir, já a nível conceptual, e a todos os níveis de intervenção, na inversão da tendência para uma sustentabilidade entesa apenas ou principalmente como prevenção de emergências ambientais. Inverter esta tendência passa inevitavelmente por as seguintes etapas:

- Repensar na ideia de sustentabilidade e começar a planear apostando na ideia de integração entre “sustentabilidades”, isto é, esforçar-se mais para atingir uma forma de desenvolvimento ambientalmente, sócio-culturalmente e economicamente sustentável;
- Apostar na importância do património cultural e natural enquanto recurso dinâmico e potencial gerador de auto-estima e crescimento económico e cultural para os residentes;
- Do ponto de vista mais estritamente turístico, apostar na exploração dos recursos culturais de uma forma integrada e co-participada, incluindo no processo de planeamento os próprios técnicos do património, para que sejam eles próprios, e não um OT, a “explicar” aos visitantes a importância do património. Objectivo final seria a criação de uma oferta no destino de

particular valor qualitativo e que ao mesmo tempo vise dar o seu contributo para o desenvolvimento local.

Estas representam as bases para a implementação do novo modelo de planeamento e gestão, que de seguida passamos a apresentar.

Para começar é bem esclarecer que o modelo aqui sugerido é sobretudo direccionado aos actores envolvidos no processo de desenvolvimento a nível local, embora, como obvio, passe para reflexões e sugestões para revisões do actual modelo a vários níveis. O lema “Pensar Globalmente, Agir Localmente” resume a única forma viável de implementar os princípios de sustentabilidade, respeitando as unicidades de cada localidade e proporcionando um elevado grau de responsabilidade aos administradores e populações locais.

Em geral e em particular em relação ao tema tratado neste estudo, a gestão do património arqueológico, em primeiro lugar, como foi anteriormente demonstrado, um dos principais pontos fracos do actual modelo de gestão apresenta-se mesmo ao nível nacional: a burocratização dos processos de planeamento e gestão do desenvolvimento. Tais processos resultam demasiadamente vinculados à administração central, enquanto uma forma mais ágil e flexível de administração e gestão do património arqueológico, que se reflecta numa maior autonomia e maior responsabilização dos actores locais, seria uma das mais importantes mudanças para a melhoria da qualidade de gestão. A concessão de uma certa autonomia administrativa e financeira por parte do Estado aos actores locais, embora sujeita à uma supervisão constante, parece portanto estar na base de um modelo de gestão mais dinâmico e eficaz.

Descendo finalmente ao nível local, de seguida os principais itens sobre os quais teria que assentar o novo modelo de gestão:

- Planeamento e gestão integrada “interna” e “externa”;
- Ênfase maior aos benefícios sócio-culturais que o património arqueológico pode proporcionar;

- Planeamento da exploração do património arqueológico a começar desde a fase de investigação do sítio (em particular no caso de sítios arqueológicos de médias e grandes dimensões);
- Revitalização dos sistemas e instrumentos de comunicação que dê ênfase ao contacto com o público, já mais enteso exclusivamente como “pessoa estranha à cultura local” mas apenas como “visitante”, seja ele um residente, um turista nacional ou um turista estrangeiro. Tal inovação também tem que passar pela valorização da figura do próprio arqueólogo e técnicos do património;
- “Contextualização total”, isto é, não entender o património arqueológico como algo de estático, mas como elemento integrante e ainda vivo, não só enquanto testemunha material da cultura local na acepção mais ampla do termo (tradições linguísticas, tradições populares, artesanato típico e actividades económicas tradicionais, gastronomia, história, etc.), mas também enquanto dinamizador da economia local.

Ainda, tal modelo teria que resultar integrado, isto é, não se pode pensar à gestão de uma área arqueológica, sua apresentação e valorização, sem pensar à introdução da área e da actividade turística a esta associada, como veículo de:

- Desenvolvimento económico local, enquanto produto multifacetado.
- Desenvolvimento social e cultural da população, proporcionado por uma intensa actividade cultural ligada aos sítios arqueológicos.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a sugestão é de uma mais forte ligação do contexto arqueológico às tradições populares, à gastronomia, e a todas as actividades económicas tradicionais do contexto no qual o sítio se insere. Esta forma de abordagem iria servir também para a prevenir a extinção de actividades económicas tradicionais. Ainda em termos de dinamização económica, inclui-se a possibilidade de desenvolver actividades económicas mais estritamente turísticas, directamente ligadas às áreas arqueológicas (veja-se o restaurante na área arqueológica em análise, a de Conimbriga);

Acerca do segundo ponto, é recomendável a implementação de um marketing cultural adequado iria beneficiar *in primis* a própria população que visem uma maior consciencialização da população local acerca do próprio património arqueológico com um conseguinte crescimento da própria auto-estima. Mas paralelamente ao reforço da consciência das próprias raízes culturais, teria que ser planeada uma intensa actividade de intercambio cultural, que tenha sempre como fundo o recurso arqueológico e sua envolvente histórica e paisagística, com o fim de dinamizar o sitio e dar a Valença de testemunha cultural ainda viva, a partir da qual se possa desenvolver uma construtiva troca com outras cultura;

Isto é, um modelo de gestão mais eficaz dos sítios arqueológicos já não pode ser pensado exclusivamente assente na preservação dum monumento, do vestígio arqueológico ou na criação dum espaço museológico. Em termos turísticos, a contextualização destes recursos representa a oferta a criar: a paisagem, os costumes, as histórias e lendas, as artes e actividades tradicionais, a gastronomia são todos elementos duma mesma peça, que é preciso saber comunicar e transmitir ao turista no seu complexo. Tal abordagem, por si só, acarreta uma série de consequências positivas para o processo mais abrangente de desenvolvimento local, garantindo a implementação de princípios de sustentabilidade.

O modelo proposto, que assenta no cruzamento do respeito de normas para a apresentação e a valorização do património enquanto veículo de desenvolvimento socio-económico, proporciona dois principais benefícios:

1. Integração do recurso arqueológico no processo de desenvolvimento sustentável a nível local;
2. Melhoria da qualidade da oferta turística.

Neste momento, e de acordo com os resultados deste trabalho, estes objectivos não parecem ser incluídos naqueles que são os objectivos específicos da gestão do património em Portugal, ou pelo menos os esforços não são suficientes e não são realizados de forma articulada e racional.

A inclusão destes objectivos no plano estratégico de gestão do património cultural, nomeadamente arqueológico, representaria uma mais valia para o sítio arqueológico em si, bem como para o contexto social e económico do território em que está inserido. Uma forma nova de pensar, planear, gerir a arqueologia.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Abouaf, J., (1999). *The Florentine Pietá. Can visualization solve a 450 years old mystery?*, IEEE COMPUTER GRAPHICS AND APPLICATIONS, Janeiro/Fevereiro 1999, pp. 6-10.

Acar, Ö., (2000). *Zeugma-La città scomparsa*, ARCHEO, XVI, 9 (187), pp. 28-39.

Alarcão, J., (1999). *Conimbriga. O chão escutado*, Edicarte, Lisboa.

Almeida, J., Pinto, J., (1995). *A investigação nas ciências sociais (5ª Ed.)*, Editorial Presença, Lisboa.

Ashworth, G. J., (1995). *Managing The Cultural Tourism*, Ashworth, G., Dietvorst, A., (1995), *Tourism and Spacial Transformation-Implications for Policy and Planning*, Cab International, UK, pp. 265-284.

Ashworth, G. J., Tunbridge, J., E., (2000). *The Tourist-Historic city: Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City*, Elsevier Science, UK.

Ashworth, G. J., Tunbridge, J., E., (1996). *Dissonant Heritage: The Management of Past as a Resource in Conflict*, John Wiley & Sons, Chichester.

Ashworth, G. J., (1994). *From History to Heritage – From Heritage to Identity: in Search of Concepts and Models*, Ashworth, G. J., Larkham, P., (1994). *Building a new Heritage – Tourism, Culture and Identity in the New Europe*, Routledge, London, pp.13-30.

Bahn, P. G., (2002). *Arqueologia – O Guia essencial*, Weldon Owen Pty Limited, Singapura.

Bell, J., (1997). *Como realizar um Projecto de Investigação. Um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*, Gradiva, Lisboa.

Binks, G., Dyke, J., Dagnall, P., (1988). *Visitors Welcome. A manual on the presentation and interpretation of archaeological excavation*. Centre for Environmental Interpretation. Manchester Polytechnic. London.

Boniface, B., Cooper, C., (1987). *The Geography of Travel and Tourism*, Heinemann, London.

Bonink, C., (1992). *Cultural Tourism Development and Government Policy*. MA Dissertation, Rijksuniversiteit Utrecht.

Bosio, L., (1983). *La Tabula Peuntigeriana*, Rimini, Itália.

Brito, M., Silva, C., (2005). *Turismo e Planeamento: a Continuidade ou a Auto-destruição*, RT&D-REVISTA TURISMO & DESENVOLVIMENTO, II, 2, pp. 11-24.

Buhalis, D., Peters, M., (2006). *SMEs in Tourism*, Buhalis, D., Costa, C. (2006). *Tourism Management Dynamics-Trends, Management and Tools*. Elsevier, UK, pp. 116-130.

Bull, A., (1992). *The Economics of Travel and Tourism*, Pitman, London.

Burgess, R., (1997). *A Pesquisa de Terreno. Uma introdução*, Celta Editora, Oeiras.

Carandini, A. (1981). *Storie dalla Terra. Manuale dello savo archeologico*, De Donato, Bari, Itália.

Carbone, F., (2005). *Rede de percursos pedestres Entre a Ria e o Mar*, Pessoas e Lugares, II Série, 32, p. 12.

Carbone, I., Dias, P., Silva, A. (2006). *Visualização de Ventrículos Cerebrais a partir de Ressonância Magnética e Contornos Semi-automáticos*, *Electronica e Telecomunicações*, IV, 6, pp.735-739.

Castiglione L., Mariotti, S., (1990). *Vocabolario della Língua Latina*, Loescher, Torino.

Cerro, F. L., (1993). *Técnicas de Evaluacion del Potencial Turístico*, Ministério De Industria, Comercio y Turismo, Madrid.

Cevoli, T., (2000). *Scavando ai piedi dell'Acropoli*, *ARCHEO*, XVI, 9 (187), pp. 8-9.

Cevoli, T., (2001). *Il metro di Atene diventa museo*, *ARCHEO*, XVII, 1 (191), pp. 16-17.

Cohen, J., (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd Ed.), Lawrence Earlbaum Associates, Hillsdale, NJ.

Cohen, L., Manion, L. (1989). *Research Methods in Education* (3rd Ed.), Routledge, London, UK.

Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D. Sheperd, R., Wanhill, S., (1998), *Tourism: Principles and Practice*, Longman, London.

Costa, C., (1996). Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organizations and networks, Department of Management Studies, University of Surrey.

Cupeto, C. A., (2003). *A sustentabilidade da actividade turística*, *Semanário Económico*, 5 Dezembro 2003.

De Rita, G.; Bonomi, A., (1998). *Manifesto per lo sviluppo locale*, Bollati Boringhieri, Roma.

Decreto – Lei nº 131/2002, de 11 de Maio de 2002. Estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos.

Decreto - Lei n.º 398/99, de 13 de Outubro de 1999. Redefine as competências do Instituto Português de Museus (IPM).

Decreto – Lei nº 161/97, de 26 de Junho de 1997. Redefine as competências do Instituto Português de Museus (IPM).

Decreto – Lei nº 120/97, de 16 de Maio de 1997. Redefine as competências do Instituto Português do património Arquitectónico (IPPAR).

Decreto – Lei nº 117/97, de 14 de Maio de 1997. Estabelece a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA).

Decreto – Lei nº 278/91, de 9 de Agosto de 1991. Estabelece a criação do Instituto Português de Museus (IPM).

DESA, (1999). Report on the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 3-14 June 1992), United Nations.

Domingues, C. M., (1997). *Prontuário Turístico* (2ª Ed.), Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa.

Dowling, R. (1997). *Plans for the development of regional ecotourism: theory and practice*, Tourism planning and policy in Australia and New Zeland: cases, issues and practice, Irwin Publishers, Sydney, pp. 110-126.

Eliopoulos, E. (2004). *Post Olympic Prospects for Greek Tourism*, Trade With Greece, n. 31, pp. 45-47.

European Commission, (2002). Sustainable Tourism Based On Natural And Cultural Heritage, Enterprise-Directorate General, Bruxelles.

European Commission, (2000). Towards Quality Rural Tourism: Integrated Quality Management (IQM) for Rural Tourist Destination, Enterprise-Directorate General, Bruxelles.

European Commission, (2000). Towards Quality Coastal Tourism: Integrated Quality Management (IQM) for Coastal Tourist Destination, Enterprise-Directorate General, Bruxelles.

European Commission, (2000). Towards Quality Urban Tourism: Integrated Quality Management (IQM) for Urban Tourist Destination, Enterprise-Directorate General, Bruxelles.

Ferreira, A. M., (2003). O Turismo como Propiciador da Sustentabilidade dos Centros Históricos Urbanos. O Caso Algarvio, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro (Tese de Doutoramento).

Frassinetti, M., (2001). *Vendemmia a Pompei*, ARCHEO, XVII, 11 (201), pp. 10-13.

GEATTE, (1993). Le Tourism Culturel en Europe, Comissão das comunidades Europeias, Bruxelles.

Ghiglione, R., Matalon, B., (1993). O Inquérito – Teoria e Prática (2ª Ed.), Celta Editora, Oeiras.

Gil, A., (1994). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (4ª Edição), Editora Atlas S.A., São Paulo.

Gray, D. E., (2004). Doing Research In The Real World, Sage, London, UK.

Grifols, A., (2001). Project Ulixes 21, International Conference on Sustainable Tourism, Rimini June 28-30 2001.

Gunn, C. A., (1988). Tourism Planning (2nd edition). Taylor and Francis, New York.

Guzzo, P. G., (2001). *Concessioni pericolose*, ARCHEO, XVII, 11 (201), p.5.

Harris, E. C., (1979). Principles of Archaeological Stratigraphy, London.

Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G., (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Éditions Agence d'ARC inc., Lisboa.

Henriques, C., (2003), *Turismo Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*, Sílabo, Lisboa.

Hill, M., Hill, A., (2000). *Investigação por Questionário*, Sílabo, Lda., Lisboa.

Inskip, E., (1991). *Tourism Planning: an Integrated And Sustainable Development Approach*, Van Nostrand Reinhold, New York.

Johnson, S. P., (1993). *The Earth Summit: the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED)*, Graham and Trotman/Martinus Nijhoff, London.

Kontokolias, H. (2003). *Tourist Policy For The Olympics*, Trade With Greece, n. 28, pp. 33-35.

Kotler, P., (2000). *Marketing Management: Millenium Edition*, Prentice Hall, USA.

Koutsicos, P. (2002). *Optimism For The Progress Of Greek Tourism*, Trade With Greece, n. 24, pp. 4-7.

Leask, A., Yeoman, I., (1999). *Heritage Visitor Attractions: An Operations Management Perspective*, Cassell, UK.

Lei nº 47/04, de 8 de Julho, publicada no Diário da Republica – I série A, 295 de 19 de Agosto de 2004

Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases do regime de protecção e valorização do Património Cultural). Art. 75º, nº 1.

Leite, D. (1974). *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*, Editora Pedagógica e Universitária Lda., São Paulo.

Levy, R. M., (2001). *Temple Site at Phimai: Modelling for the Scholar and the Tourist*, Proceedings of the Seventh International Conference on Virtual Systems and Multimedia (VSMM'01), Berkeley, Ca, US.

Lima, S., Partidário, M.R., (2002). *Novos Turistas e a Procura da Sustentabilidade. Um Novo Segmento do Mercado Turístico*, GEPE – Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.

Manacorda, D., (2001). *Dare un senso ai resti del passato*, ARCHEO, XVII, 11 (201), pp. 86-88.

Mason, P., (2003). *Tourism Impacts, Planning and Management*, Butterworth-Heinemann, Oxford.

McIntosh, R. W., Goeldner, C. R., Ritchie, J. R. B., (1995). *Tourism Principle, Practice and Philosophies*, Wiley, New York.

MCT, SET, (1991), *O Livro Branco do Turismo*, SET, Lisboa.

Melucco Vaccaro, A; Misiani, A., (2000). *Un passato comune*, ARCHEO, XVI, 11 (189), pp. 90-97.

Mitchell, W. L., Economou, D., (2000). *The Internet and Virtual Environments in Heritage Education: more than just a technical problem*, Virtual Reality in Archaeology, Barcelona, J. A., Forte, M. & Sanders, D. (eds.), ArchaeoPress, Oxford, pp.149-154

Pardal, L., Correia, E., (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Areal Editores, Lda., Porto.

Pasquinucci, M., (1993). *Terme Romane e Vita Quotidiana*, Panini editore, Modena, Italia.

Peralta, E., (2003). *O Mar por Tradição: o Património e a Construção das Imagens do Turismo*, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, Ano 9, nº 20, pp. 83-96.

Pereira, B., Belém, H., (2004). *Best Practices. A implementação da Agenda 21 ao nível local – o projecto-piloto de Calviá*, RT&D-REVISTA TURISMO & DESENVOLVIMENTO, I, 1, pp. 99-100.

Pereira, A., Poupa, C., (2003). *Como Escrever Uma Tese, Monografia ou Livro Científico Usando o Word (2ª Ed.)*, Silabo, Lisboa.

Petrocchi, M., (2001). *Gestão de pólos turísticos*, Futura, São Paulo.

Piuzzi, F., (1990). *La ricerca stratigrafica in archeologia-Introduzione ai metodi di scavo e documentazione*, CDC, Udine, Itália.

Polacco, F. (2001). *L'Antico dalla parte dei Giovani*, ARCHEO, XVII, 11 (201), pp. 48-49.

Quattrocchi, G., (2000). *La villa dei Quintili*, ARCHEO, XVI, 10 (188), p.27.

Quattrocchi, G., (2001). *Roma. A spasso per la Biberatica*, ARCHEO, XVII, 3 (193), p.17.

Raposo, J., (2005). *Avaliação e Certificação de Monumentos e sítios*, Al-Madan, IIª Série (13), Julho, p. 7.

Raposo, J., Freire, P., (2001). *Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal*, Al-Madan, IIª Série (10), Dezembro, pp.100-157.

Rebollo, V., Linares, D. M., (1995). *Turismo y patrimonio histórico-cultural*. Estudios Turísticos 126, pp. 161-178.

Richards, G., (1996), *Cultural Tourism in Europe*, CAB Int., UK.

Silva, A. M., (2005). *A Arqueologia-Modo-De-Vida é Ainda Investigação?*, Al-Madan, IIª Série (13), Julho, pp. 17-19.

Silva, L., Bellon, O. R. P., Boyer, K. L., (2004). *Computer Vision and Graphics for Heritage Preservation and Digital Archaeology*, RITA, XI, 1, pp. 10-31.

Tedesco, T., (1997). *Crotone. Guida alla Provincia. Dalla Chora al Marchesato.*, Soveria Mannelli, Itália.

Testini, P., (1980). *Archeologia Cristiana – Nozioni generali dalle origini al sec. VI*, DESCLEE & C.-Editori Pontifici, Roma.

Traverso, E., Ziffereo, A., Paradisi, S., (2002). *Archeologia nel parco*, ARCHEO, XVIII, 8 (210), pp. 62-77.

Trigger, B. G., (1990). *A History of Archaeological Thought*, Cambridge University Press, Cambridge.

Umbelino, J., (2004). *Turismo e Património. Algumas ideias para a reflexão*, RT&D-REVISTA TURISMO & DESENVOLVIMENTO, I, 1, pp. 21-26.

Urry, J., (1994), *Cultural Change and Contemporary Tourism*, Leisure Studies, 13, pp.233-238.

Van der Borg, J., (1994). *Demand for City Tourism in Europe*, Annals of Tourism research, n. 21, pp. 832-833.

Wilkinson, D., Birmingham, P., (2003). *Using Research Instruments. A Guide For Researchers*, RoutledgeFalmer, London.

Williams, S. (1998). *Tourism Geography*, Routledge, London.

WTO, (1978). *Évaluacion de los Recursos Turisticos*, WTO, Madrid.

WTO, (1980). *Phisical Planning and Área Development for Tourism in the Six WTO Regions 1980*, WTO, Madrid.

WTO, (1985). *The State's Role in Protecting and Promoting Culture as a Factor of Tourism Development and the Proper Use and Exploitation of the National Cultural Heritage of Sites and Monuments for Tourism*, WTO, Madrid.

WTO, (1993). *Recommendations on Tourism Statistics*, WTO, Madrid.

WTO, (1997). National and Regional Tourism Planning, Methodology and Case Studies, WTO, Madrid.

WTO, (1998). Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism, WTO, Madrid.

WTO, (2000). Sustainable Development of Tourism – A Compilation of Good Practices, WTO, Madrid.

WTO, (2005). The future of City Tourism in Europe, inédito.

WTTC, WTO and the Earth Council (1996). Agenda 21 for the travel and tourism industry-Towards environmentally sustainable development, WTTC, WTO and the Earth Council, London.

Yale, P. (1991). From Tourism Attraction To Heritage Tourism. ELM, UK.

Yin, R., K., (1993). Case Study Research, Sage, Thousand Oaks, CA.

Yin, R., K., (1994). Case Study Research. Design and Methods, (2ªEdition), Sage, Thousand Oaks, CA.

Zardo, E. F, (2003). Marketing Aplicado ao Turismo, Roca, São Paulo.

Documentos electrónicos:

Câmara Municipal de Condeixa, <http://www.cm-condeixa.pt>, consultado em 15 de Abril de 2005.

Colin, J., (2006). [Computer Visualisation of Dudley Castle c1550](http://www.imint.freemove.co.uk), <http://www.imint.freemove.co.uk>, consultado em 24 de Fevereiro de 2006.

Conimbriga, <http://www.conimbriga.pt/portugues/ruinas.html>, consultado em 18 de Fevereiro de 2006

Consellería de Educación e Ordenación Universitaria, CONIMBRIGA, disponível em <http://centros.edu.xunta.es/iesmariasolino/actividades/conimbri.htm>, consultado em 11 de Novembro de 2005.

Costa I., (2000), Antropologia e Turismo, disponível em <http://ceaa.ufp.pt/turismo4.htm> consultado em 15 de Abril de 2005.

HERITY Itália, <http://www.herity.it/>, consultado em 18 de Novembro de 2005.

Instituto português de Museus, disponível em <http://www.ipmuseus.pt/pt/ipm/A3IH.aspx>, consultado em 11 de Novembro de 2005.

IPM, disponível em <http://www.ipmuseus.pt/pt/ipm/A3IH.aspx>, consultado em 11 de Novembro de 2005

Lopes, F. (2000). O programa de incremento do turismo cultural. Dos novos conceitos e motivações sobre o património cultural à criação de produtos turísticos de qualidade, disponível em <http://ceaa.ufp.pt/turismo5.htm> consultado em 9 de Junho de 2005.

Ministerio do ambiente, do ordenamento do território e do desenvolvimento regional, <http://www.mcalhdr.gov.pt>, consultado em 20 de Fevereiro de 2004

National Trust for Historic Preservation, 2005 Cultural Heritage Tourism Fact Sheet, disponível em <http://www.nationaltrust.org>, consultado em 12 de Agosto de 2005.

Peralta da Silva, E., (1997), Património e identidade. Os desafios do turismo cultural, disponível em <http://ceaa.ufp.pt/turismo3.htm> consultado em 9 de Março de 2005.

UNESCO, The List, disponível em <http://whc.unesco.org/en/list>, consultado em 18 de Agosto de 2005.

ANEXO A

Turismo, Património e Sustentabilidade.

Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos.

**ENTREVISTA PARA O DIRECTOR DA ÁREA
ARQUEOLÓGICA DE CONIMBRIGA**

ANEXO B

Turismo, Património e Sustentabilidade.

Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos.

**ENTREVISTA AO DIRECTOR DA AREA ARQUEOLOGICA
DE CONIMBRIGA**

EXCERTO DAS RESPOSTAS DO ENTREVISTADO

ANEXO C

Turismo, Património e Sustentabilidade.

Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos.

**DADOS RECOLHIDOS PELO INSTITUTO PORTUGUÊS DE
MUSEUS (IPM) E RELATIVOS AOS ANOS 1996 A 2006,
ACERCA DO NÚMERO DE VISITANTES NOS MUSEUS
ADERENTES.**



**Turismo, Património e Sustentabilidade.
Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos.**

**ENTREVISTA PARA O DIRECTOR DA AREA
ARQUEOLOGICA
DE CONIMBRIGA¹**

¹ Entrevista elaborada por Fabio Carbone, Arqueólogo, no âmbito da realização da sua tese de mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo

Secções:

- 1) Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico;**
- 2) Implementação dos princípios de sustentabilidade;**
- 3) Serviços oferecidos e *frameworks* utilizados.**

Secção1) Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico.

- 1) Existe para Conimbriga uma estratégia para o desenvolvimento turístico?**
- 2) Se a resposta for “sim”, explique qual é; se a resposta for “não”, explique porque.**
- 3) Quais os actores envolvidos no processo de desenvolvimento e gestão da área (publico, privado e não governamental)?**
- 4) Quais figuras profissionais estão normalmente envolvidas no processo de tomada de decisões internas a cerca da gestão da área para fins turísticos?**
- 5) Existe para Conimbriga um preciso plano de “marketing cultural”? Quais são as modalidades de divulgação e promoção do sítio?**
- 6) O sítio arqueológico de Conimbriga está actualmente inserido em redes/circuitos extra-regionais, nacionais ou internacionais?**
- 7) Existem planos de animação cultural?**
- 8) Existe um calendário anual de eventos culturais a realizar-se em Conimbriga?**
- 9) Quais são as modalidades de financiamento/receita sobre o qual a área de Conimbriga pode contar?**
- 10) Que actividades económicas se desenvolvem na área arqueológica?**
- 11) Considera suficiente o orçamento de que esta área arqueológica dispõe?**
- 12) Existe um observatório para a gestão e o desenvolvimento turístico em Conimbriga?**
- 13) Considera bem organizada e coordenada a política de gestão das áreas arqueológicas portuguesas? Em que aspecto poderá melhorar?**
- 14) Quais as principais dificuldades percebidas na gestão do sítio enquanto destino turístico?**

- 15) **Quais, a seu ver, os objectivos mais urgentes a alcançar num futuro próximo?**
- 16) **Como perspectiva esta área arqueológica, num futuro de médio/longo prazo?**

Secção 2) Implementação dos princípios de sustentabilidade.

- 1) **Está familiarizado com o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” e qual o seu grau de conhecimento geral a cerca do assunto?**
- 2) **Considera que o conceito de desenvolvimento sustentável possa envolver de alguma forma a arqueologia?**
- 3) **Está familiarizado com o conceito de “Turismo Sustentável” e qual a sua consideração em matéria?**
- 4) **Considera os princípios de sustentabilidade aplicáveis à gestão de áreas arqueológicas?**
- 5) **Considera que princípios de sustentabilidade sejam aplicados à gestão da área arqueológica de Conimbriga, e se sim, em que medida?**
- 6) **Existem indicadores quantitativos para a gestão de fluxos turísticos em Conimbriga e o cálculo da sua capacidade de carga física?**
- 7) **Qual é o papel da população local no processo de planeamento e gestão da área?**
- 8) **Qual a base económica da população local? Existem reflexos significativos da presença da área aberta ao público e o desenvolvimento económico local?**
- 9) **Entende que a área arqueológica pode de facto contribuir para o desenvolvimento sócio económico local?**
- 10) **Quais são os esforços actuais da direcção da área arqueológica de Conimbriga para maximizar os impactes positivos do turismo ligado à área e minimizar os impactes negativos?**
- 11) **Existem em Condeixa-a-Nova directas ligações entre determinadas actividades económicas e a presença da área arqueológica?**

- 12) **Considera que a população tem consciência da importância e do valor patrimonial e histórico de Conimbriga, de que as ruínas são testemunhas tangíveis?**
- 13) **Qual o papel desta área protegida em termos de educação e sensibilização? Que métodos e instrumentos são usados neste âmbito?**
- 14) **Que relação existe entre os técnicos que operam nesta desta área arqueológica e a população local?**
- 15) **Quais, em suma, as vantagens e as desvantagens, a seu ver, para a população local, de residir perto da área arqueológica de Conimbriga?**

Secção 3) Serviços oferecidos aos visitantes e frameworks utilizados para a apresentação e interpretação do sítio.

- 1) **Como avalia as condições de acessibilidade ao sítio?**
- 2) **A seu ver, a sinalização poderia ser melhorada?**
- 3) **A área arqueológica de Conimbriga tem um parque de estacionamento próprio? E qual é a sua capacidade?**
- 4) **Quais soluções são previstas para a gestão dos fluxos turísticos?**
- 5) **Qual é a qualidade de acessibilidade para as pessoas em cadeira de rodas ou com outras deficiências psico-físicas?**
- 6) **Qual o grau de utilização de instrumentos interpretativos como painéis, mapas.**
- 7) **São utilizados instrumentos multimédia para a comunicação e a apresentação da área ao visitante?**
- 8) **Existem “oficinas de arqueologia”?**
- 9) **Existem outras áreas didácticas?**
- 10) **Existem maquetas e reproduções em escala dos edifícios ou parte deles?**
- 11) **Quais infra-estruturas existem na área?**
- 12) **Quais as soluções adoptadas para garantir a segurança dos visitantes e dos operadores dentro da área?**
- 13) **Quais as soluções adoptadas para a preservação das ruínas?**
- 14) **Existe ligação entre os trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área e a actividade turística?**
- 15) **Estão a decorrer neste momento escavações arqueológicas na área de Conimbriga?**

- 16) **Existe interacção entre os arqueólogos e os profissionais do património envolvidos em pesquisas no território de Conimbriga e os visitantes?**
- 17) **Normalmente estes tipos de trabalhos estão sinalizados e devidamente apresentados ao público, ou se prefere adoptar uma politica de divisão respeito a parte “visitável”?**
- 18) **Quais as melhorias, a seu ver, que a área arqueológica de Conimbriga necessita com mais urgência?**
- 19) **Qual o futuro turístico da área, a seu ver?**
- 20) **Acredita na “aliança” entre turismo e cultura, nomeadamente, arqueologia?**



**Turismo, Património e Sustentabilidade.
Modelo de Gestão para Sítios Arqueológicos.**

**ENTREVISTA AO DIRECTOR DA ÁREA ARQUEOLÓGICA
DE CONIMBRIGA**

EXCERTO DAS RESPOSTAS DO ENTREVISTADO

Secções:

- 1) Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico;**
- 2) Implementação dos princípios de sustentabilidade;**
- 3) Serviços oferecidos e *frameworks* utilizados.**

Secção 1) Planeamento e estratégia de desenvolvimento turístico

- 1) *Não, não existe.*

- 2) *Isto tem a ver com questões de dependência institucional do IPM, que tem uma estratégia a nível nacional, mas a minha opinião é que depois esta estratégia nacional não é adaptada à necessidade específica local de cada museu.*

- 3) *O actor principal é o Museu, enquanto instituição. O museu depende do IPM, e é por esta via que o museu se articula com o Ministério da Cultura. Por sua vez, o IPM articula com a Unidade de Gestão do Plano Nacional da Cultura. Neste sentido, o problema é que o Plano Nacional da Cultura não é gerido directamente pelo Museu. Pois a Gestão corrente das obras é feita pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. O Instituto Português de arqueologia, por sua vez, define as prioridades das obras arqueológicas a fazer. No que diz respeito à envolvente, entram dois actores, que são a Câmara Municipal e o IPPAR. Existe, por fim, uma parceria com uma série de organizações, tais como, “A Liga dos amigos de Conimbriga”, que até tem a sua sede aqui no museu. Outra instituição com que existem colaborações é a Universidade de Coimbra, sobretudo com a Faculdade de Letras, mas também directamente com a Reitoria. Isto porque o nosso laboratório de conservação e restauro tem obrigação de prestar serviços ao exterior. A Universidade de Coimbra, por exemplo, tem um serviço de arqueologia que faz as escavações na alta de Coimbra. Contudo, eles têm os serviços de arqueologia mas não têm serviços de conservação, portanto quem se ocupa da conservação e restauro, quer de estruturas, quer de materiais, é o museu de Conimbriga.*

- 4) *Somos pouco mais que trinta funcionários. A principal figura é, ou devia ser, o técnico de conservação. Teria que existir uma triangulação entre arqueólogo, técnico de conservação e técnico de educação.*
- 5) *Não, e isto é sempre ligado ao deficit orçamental derivado da dependência do IPM.*
- 6) *Formalmente, nós fazemos parte da “Rede Portuguesa de Museus”, estrutura institucional que agrupa os museus do IPM e os outros museus do País não do IPM: municipais, particulares, de algumas empresas, etc.. No passado, fizemos parte do projecto “Europa Romana”, financiado pelo Programa Cultura 2000 da União Europeia e coordenado pelo museu de Merida, que consistia numa Rede Europeia dos Museus Romanos. Foi um projecto anual, a rede foi instituída, mas não sei se será retomado. Ainda, estamos inseridos na rede AREA, arquivos de arqueologia europeia. Por fim, acho que estamos naquela rede informal, que as pessoas fazem naturalmente, que é a das cidades romanas da Península Ibérica. Mas que ainda não está definida formalmente enquanto produto turístico.*
- 7) *Não existe um plano propriamente dito, embora esporadicamente se realizam eventos. Este ano, estamos a tentar compactar os eventos todos na mesma altura. E é sempre pela mesma razão: não existe uma pessoa que seja responsável por isto. E nem sequer estamos a falar de ter um pessoal de quadro responsável por isto: poderia ser um técnico de cultura externo que organizasse o calendário, e gerisse o programa desde o planeamento, a gestão e implementação e a avaliação. Não vai ser o director do museu, que entre um ofício e outro organiza isto! Mas voltamos à necessidade da autonomia: não vai ser o IPM a contratar 29 programadores diferentes! Faria todo o sentido deixar a autonomia localmente.*
- 8) *Eu continuo convencido que a ideia da Opera era o que mais se adaptava ao contexto de Conimbriga. É algo a que há sempre uma adesão do*

publico, e num contexto como este, seria muito bem integrado. Claro que a ideia não é de representar A Traviata, em Conimbriga, mas sim A Aida, A Norma, A Vestal. Um dia hei de se fazer!

- 9) *Nós temos um orçamento anual fixo muito pequeno, da ordem de 550.000 euros, disponibilizado pelo IPM. Destes 550.000 euros, 500.000 são gastos em pessoal. Toda a receita do Museu é anualmente reencaminhada no seu total ao IPM.*

- 10) *A actividade económica presente no museu, para além da bilheteira com uma série de merchandising, é um restaurante, de propriedade do museu mas concessionado a um particular. As receitas do restaurante vão para o gerente, e para Conimbriga fica a receita do aluguer, que de qualquer forma vai para o IPM.*

- 11) *Não.*

- 12) *Não, não existe um observatório turístico. Temos é a contabilidade do público escolar e temos experiência de alguns estudos de satisfação dos visitantes, ligados a trabalhos de estudantes universitários. Autonomamente não desenvolvemos este tipo de programas. O que fazemos é uma análise sistemática das reclamações formais.*

- 13) *Em Portugal existe grande potencial para desenvolver áreas arqueológicas. Tirando o Parque do Côa, um caso à parte, existem dois modelos distintos: o modelo de sítio arqueológico gerido a nível local, por instituições públicas ou privadas, que pode ter algumas falhas, mas em geral funciona bem. O outro modelo é o da gestão à distância, centralizada, com apenas um pequeno centro de acolhimento ao público. Este ultimo modelo funciona mal, e presta um péssimo serviço ao público, e na verdade até é mais custoso. Só não funciona mal de todo porque os sítios já têm um grande impacto junto do público, um valor percebido.*

- 14) *Entre as grandes dificuldades na gestão do sítio existe, por um lado, a falta de autonomia, por outro, a falta de motivação, devida à falta de responsabilização que o Estado me confere. O orçamento é extremamente limitado. Por exemplo, no dia 1 de Junho começará o horário festivo, e o museu e as ruínas em vez de estar abertas das dez da manhã às seis da tarde, passarão a estar abertas das nove de manhã às oito da noite. Isto é, as necessidades de pessoal irão duplicar. Contudo, não tendo disponibilidade orçamental para assumir mais técnicos, esta situação irá traduzir-se num enorme deficit no serviço aos visitantes. No ano passado, o IPM só conseguiu solucionar o problema de proporcionar mais pessoal ao Museu para “assegurar” os quatro meses de verão, no dia um de Julho, isto é, um mês mais tarde respeito ao começo do horário de verão: durante este mês, as excursões que vinham de Coimbra para visitar as ruínas às nove horas, “davam com o nariz à porta”, e esperavam até que as ruínas abrissem! É claro que nunca mais voltaram!!! É uma vergonha, uma coisa terrível!!! Isto vem a acontecer sistematicamente há três anos, e estou convencido que seja um dos factores que venha a contribuir para a perda de público em Conimbriga.*
- 15) *Da flexibilização de recrutamento do pessoal, acima de tudo. O organigrama de quadro até está bem, mas teríamos que ter possibilidade de recrutar especialistas externos para áreas específicas, como o marketing, ou até para o serviço de guarda. (...) A centralização não responde às necessidades locais. Isto é, ao Ministro das Finanças, por exemplo, não interessa se a excursão da Abreu chega em Conimbriga e encontra a porta fechada, porque não é problema dele! Então as necessidades locais teriam que ser geridas localmente!*
- 16) *Neste ano iremos triplicar as nossas áreas visitáveis, mas com a mesma disponibilidade de pessoal. O problema é sempre o da autonomia: mesmo que eu queira lançar um programa de voluntariado, isto custa dinheiro. Contudo, isto até nem depende da autonomia no sentido que eu quero que me dêem o dinheiro a mim! Quando eu falo de autonomia, entendo*

autonomia decisória, capacidade de gestão de fundos, capacidade administrativa. A nossa bilheteira facturou o ano passado 250.000 euros: imaginando que o estado central assegurasse sempre as nossas necessidades básicas do pessoal de quadro, as nossas receitas seriam mais que suficientes para todas as nossas outras necessidades, inclusive a contratação temporária.

Secção 2) Implementação dos princípios de sustentabilidade.

- 1) *Temos uma colaboração com uma Associação de Desenvolvimento Local, que actua na área do desenvolvimento sustentável.*
- 2) *Acho que o “activo” de Conimbriga possa ser utilizado de forma integrada.*
- 3) *Sim.*
- 4) *Sim.*
- 5) *Por vezes a dependência do IPM e do seu plano nacional cria dificuldades de integração entre o que é realmente preciso fazer em Conimbriga e o plano nacional. Mas agora estamos finalmente a realizar uma parceria com uma associação de conselhos que pode vir a ser interessante no sentido de captar o público de Conimbriga para o reencaminhar para outras zonas menos conhecidas. Isto representaria um serviço acrescido também para o próprio turista, isto é, Conimbriga oferece um produto mais integrado, incluindo sítios arqueológicos menores, o património natural, a gastronomia, etc.*
- 6) *Estas coisas – a aplicação os princípios de sustentabilidade, n.d.r. – dependem muito da personalidade dos técnicos envolvidos. Mas de facto a nossa primeira preocupação é a da conservação: não serve de nada tomar uma decisão em termos de valorização turística se, a prazo, os impactos desta sobre a conservação do próprio património nos vão obrigar ou a reverter a decisão tomada ou até a perder o motivo de interesse.*
- 7) *Ver 12) desta secção.*
- 8) *Estamos a falar de seis autarquias: Condeixa-a-Nova, Penela, Ansião, Alvaiázere, Pombal e Soure. São autarquias pequenas: não vou dizer*

pobres, porque por exemplo, Pombal e Condeixa são autarquias ricas, mas por exemplo Ansião e Alvaiázere são paupérrimas. Mas que agora se juntaram numa associação, elevando o poder de elaboração de projectos directamente ligados com o turismo em Conimbriga.

- 9) *Acho que estamos a trabalhar bem com a Associação de Desenvolvimento Local, as chamadas “Terras de Sicó”. São sete autarquias – Ver 8) desta Secção, n.d.r. – que estão a trabalhar em conjunto tendo assim uma massa critica diferente. Só o facto de ter uma Associação de Desenvolvimento Local, permite-lhes de recrutar técnicos que elaboram projectos de elevado nível qualitativo.*

- 10) *Estamos a desenvolver, com a Associação de Desenvolvimento Local, um roteiro virtual acessível ao visitante por PDA, financiado por fundos europeus, nomeadamente o INTERREG – Porta Natura, e onde irá ser integrada toda a informação acerca de Conimbriga e, para além disto, sugeridas visitas a outros locais, percursos pedestres, restaurantes, etc.*

- 11) *Ver 10) desta secção.*

- 12) *Uma vez, em colaboração com uma fundação local, a Fundação Concelho de Condeixa, organizamos um seminário no qual juntamos todos os técnicos envolvidos na pesquisa arqueológica em Conimbriga, desde arqueólogos, arquitectos, engenheiros civis que estão a desenvolver uma pesquisa sobre a argamassa romana, para mostrar à população local que a investigação científica que aqui se faz é algo de essencial.*

- 13) *Ver 12) desta Secção.*

- 14) *Ver 12) desta Secção.*

- 15) *Brevemente abriremos ao público uma área muito extensa das ruínas, que engloba a aldeia. Objectivo é fazer com que os turistas entrem*

directamente em contacto com a vida da aldeia, com todos os benefícios que isto comporta.

Secção 3) Serviços oferecidos aos visitantes e frameworks utilizados para a apresentação e interpretação do sítio.

- 1) *Actualmente muito boa. Até ao ano 1996 tivemos numerosos problemas em relação à acessibilidade e à sinalização, mas que foram totalmente resolvidos.*
- 2) *A sinalização parece-me boa, renovada ultimamente, permitindo uma fácil orientação ao público.*
- 3) *Sim.*
- 4) *A junção dos seis conselhos da “Terra de Sicó” na respectiva Associação de Desenvolvimento Local resolveu para nós um problema (o da gestão dos fluxos turísticos, n.d.r.)*
- 5) *De facto, não são satisfatórias.*
- 6) *O museu funciona de facto como centro interpretativo das ruínas. Existem guias e folhetos, embora existam dificuldades na edição destes, ligadas à demora do processo que a dependência do IPM comporta.*
- 7) *Existiu um projecto de áudio guia que obteve um grande sucesso, mas que tivemos que abandonar por falta de meios para responder à grande procura e para renovar a tecnologia. Mas as pessoas faziam a fila à porta do museu, não para entrar no museu, mas para esperar a disponibilidade do áudio guia! Actualmente está-se a estudar, com a colaboração da Associação de Desenvolvimento Local, um guia em PDA, contendo um roteiro virtual, disponível também em quiosques electrónicos presentes na área de Conimbriga. Na verdade tentamos avançar com este projecto já anteriormente através do IPM, mas esta instituição não teve a capacidade financeira para levar a cabo o projecto. Agora, foi possível realizar o*

projecto através da Associação de Desenvolvimento Local, que recebeu a subvenção europeia, nomeadamente do INTERREG – Porta Natura.

8) *Não.*

9) *Não.*

10) *Sim. Existe uma reprodução mas que até agora não funcionou muito bem, isto bem, não é completa por informações satisfatórias.*

11) *Com as ultimas intervenções às ruínas, nomeadamente ao Forum, às Termas do Sul e às Termas do Aqueduto, conseguimos deixar as ruínas não só conservadas e valorizadas – pois conseguimos finalmente abrir ao público um área escavada há trinta anos! – mas também criamos uma infra-estrutura que servirá para a realização de espectáculos.*

12) *Neste aspecto, o deficit de pessoal ligado ao baixo orçamento, representou uma vergonha e, a meu ver, é a causa da falta de publico em Conimbriga. Já tivemos reclamações ao museu por parte dos próprios visitantes que não aceitaram a falta de controlo no perímetro das ruínas.*

13) *Nos últimos anos, a preservação e manutenção das ruínas tem sido baseada na utilização de pessoas ao abrigo do fundo de desemprego.*

14) *Quando há uma escavação a decorrer em Conimbriga, os visitantes já não visitam as ruínas, mas querem só assistir ao trabalho dos arqueólogos! Contudo, este fenómeno é espontâneo, e não sistematizado por nós. Portanto não se tem trabalhado muito nisto, mas estou totalmente convencido que esta é uma das linhas de trabalho em que temos que apostar no futuro.*

15) *Não propriamente em Conimbriga, mas sim na sua envolvente, nomeadamente está a ser escavada uma basílica paleo-cristã através de*

uma colaboração entre o museu de Conimbriga e a Universidade Autónoma de Madrid.

- 16) *Existe uma forma de autogestão dos técnicos profissionais vigilantes recepcionistas que está a funcionar muito bem: fazem de guia aos grupos escolares, etc.*
- 17) *Ver 14) desta secção.*
- 18) *A autonomia.*
- 19) *A meu ver, o activo de Conimbriga deve ser utilizado para puxar publico para outros circuitos. Qualquer pequeno fluxo turístico, por pequeno que seja, já provoca os seus impactes positivos. Conimbriga tem que jogar nestes dois “tabuleiros”: captar público, mas também levar este publico para outros circuitos, neste momento em desenvolvimento, trabalhando de forma integrada, com uma oferta sólida e de qualidade.*
- 20) *Sim. E eu continuo convencido que é preciso investir nestes três vectores: divulgação, integração e eventos. A ideia da Ópera era o que mais se adaptava ao contexto de Conimbriga. É algo que de facto há sempre uma adesão de publico, e num contexto como este, seria muito bem integrado. Claro que a ideia não é de representar A Traviata, em Conimbriga, mas sim A Aida, A Norma.*

Monthly Trends 1996													
	January	February	March	April	May	June	July	August	September	October	November	December	Totals
M. do Abade de Baçal	324	233	1.089	1.111	3.037	1.550	23.011	1.930	926	514	466	211	34.402
M. de Alberto Sampaio	464	464	1.789	1.138	1.696	1.524	1.568	2.720	924	1.055	629	491	14.452
M. de Arte Popular	1.185	1.751	2.058	1.404	2.143	1.101	1.623	1.659	1.213	1.136	1.340	666	17.269
M. de Aveiro	439	685	2.401	3.128	6.017	4.478	2.435	3.108	1.906	1.507	1.314	831	28.244
M. dos Biscainhos	223	641	1.244	1.004	3.576	1.654	895	1.012	725	597	883	352	12.806
M. de Cerâmica	247	549	1.198	712	2.092	1.599	850	1.651	567	359	748	0	10.572
M. da Ciência e da Técnica	469	878	799	366	271	72	61	85	53	90	37	72	3.253
M. do Chiado	2.086	3.908	9.945	4.860	3.159	1.958	3.122	5.161	4.550	3.108	2.182	1.730	45.769
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	519	356	930	524	1.366	952	882	1.262	790	589	598	420	9.188
M. de Évora	1.295	1.509	4.065	3.047	3.839	2.934	2.854	4.590	2.913	2.110	1.697	827	31.700
M. Grão Vasco	864	1.421	2.310	3.211	6.651	5.622	4.243	5.843	0	2.238	1.878	1.146	35.427
M. da Guarda	542	350	500	484	1.074	908	483	1.021	383	620	605	481	7.451
M. de José Malhoa	714	1.623	2.389	1.966	4.410	3.055	2.776	3.161	1.272	1.780	1.252	491	24.879
M. de Lamego	599	179	1.032	1.034	3.154	1.935	1.112	1.788	1.006	646	289	236	13.010
M. da Música	521	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43	564
M. Monográfico de Coimbra	2.332	6.928	21.617	16.617	24.732	24.560	13.904	24.429	9.166	7.862	7.062	3.055	162.264
M. Nac. de Arqueologia	2.552	3.236	3.489	2.579	2.467	2.771	3.961	6.995	3.624	3.422	3.886	3.288	42.270
M. Nac. de Arte Antiga	4.920	4.653	8.386	7.106	7.416	5.439	6.597	9.944	5.848	5.897	5.858	5.012	77.076
M. Nac. do Azulejo	3.838	3.328	6.855	7.563	9.425	5.472	5.871	11.029	7.935	7.399	3.860	3.565	76.110
M. Nac. dos Coches	8.132	10.142	20.818	27.024	37.264	25.374	0	35.008	33.278	28.160	14.608	10.162	249.970
M. Nac. de Ethnologia	563	1.067	1.106	357	1.205	583	580	535	364	1.117	1.278	1.419	10.174
M. Nac. de Machado de Castro	1.561	1.872	6.436	3.755	5.110	2.994	4.803	6.533	2.995	1.945	1.562	664	40.220
M. Nac. de Soares dos Reis	0	0	0	0	1.175	2.878	2.222	2.143	1.712	895	1.338	826	13.189
M. Nac. do Teatro	602	1.363	3.249	1.060	2.182	813	1.188	435	399	964	1.078	775	14.108
M. Nac. do Traje	2.892	4.953	8.698	5.368	7.214	4.023	4.627	8.007	6.182	6.228	4.492	3.448	66.132
M. de Terras de Miranda	146	348	529	673	1.009	1.266	695	2.728	1.285	430	378	273	9.760
TOTAL	38.029	52.437	112.932	96.071	141.684	105.500	90.353	142.777	90.016	80.668	59.318	40.474	1.050.259

Summary													
	January	February	March	April	May	June	July	August	September	October	November	December	TOTALS
	38.029	52.437	112.932	96.071	141.684	105.500	90.353	142.777	90.016	80.668	59.318	40.474	1.050.259

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 1997													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	55	662	1.103	166	1.762	1.030	917	1.548	762	589	551	346	9.491
M. do Abade de Baçal	393	633	1.047	1.047	2.804	2.360	1.161	2.059	963	637	1.326	1.286	16.316
M. de Alberto Sampaio	1.423	1.053	1.512	2.015	1.587	1.293	1.878	1.974	1.116	859	1.149	634	16.493
M. de Arte Popular	796	901	1.953	2.126	3.970	4.669	2.044	3.064	1.105	1.965	727	916	24.276
M. dos Biscainhos	381	623	1.058	814	2.933	1.371	1.606	1.474	954	702	275	249	12.440
M. de Cerâmica	310	398	521	436	1.058	1.291	661	1.219	800	562	518	642	8.416
M. da Ciência e da Técnica	715	978	1.638	714	717	196	88	63	0	0	643	0	5.752
M. do Chiado	2.580	2.791	2.432	5.100	3.615	2.162	2.312	3.502	2.058	2.136	10.568	5.341	44.597
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	251	6.961	729	707	1.064	1.202	756	1.371	835	376	448	371	15.071
M. de Évora	1.052	1.670	2.278	3.674	2.723	2.380	2.809	5.747	2.506	1.759	1.168	831	28.597
M. Grão Vasco	1.405	2.057	3.393	2.431	5.673	7.434	4.490	6.060	3.811	2.817	1.727	1.484	42.782
M. da Guarda	166	252	435	504	753	864	627	949	578	364	165	279	5.936
M. de José Malhoa	1.033	1.359	3.272	3.584	3.592	5.028	2.717	2.875	1.281	1.257	1.488	545	28.031
M. de Lamego	140	467	774	1.050	1.257	1.910	978	1.259	1.116	58	202	266	9.477
M. da Música	0	1.263	1.331	1.576	2.971	1.182	665	339	148	487	675	514	11.151
M. Monográfico de Conimbriga	5.631	9.509	22.568	16.737	24.671	24.177	14.305	24.913	12.297	7.963	4.831	3.468	170.970
M. Nac. de Arqueologia	3.744	3.854	3.392	2.862	3.512	143	2.100	5.554	2.666	3.816	3.481	2.697	37.821
M. Nac. de Arte Antiga	7.226	7.485	8.805	8.263	7.557	5.250	6.528	8.714	5.537	5.560	4.917	4.301	80.143
M. Nac. do Azulejo	2.818	3.343	5.426	8.939	10.557	6.242	6.768	10.148	6.746	7.532	5.017	3.348	76.884
M. Nac. dos Coches	8.632	9.706	18.796	35.139	39.092	19.881	25.142	35.846	33.918	24.997	13.303	11.213	275.665
M. Nac. de Etnologia	1.107	1.316	1.789	846	949	955	814	353	538	1.065	1.377	1.048	12.177
M. Nac. de Machado de Castro	1.050	2.638	4.436	6.799	3.902	3.410	4.300	6.671	2.529	2.081	10.695	1.171	49.692
M. Nac. de Soares dos Reis	1.055	1.203	1.536	1.801	1.591	1.172	1.069	1.040	1.368	1.005	417	681	13.938
M. Nac. do Teatro	1.263	2.247	2.293	2.572	1.832	1.260	919	429	322	320	1.507	571	15.535
M. Nac. do Traje	3.784	7.108	5.248	6.647	7.023	7.601	7.853	6.658	4.904	3.514	4.489	2.455	67.184
M. de Terras de Miranda	155	418	597	868	862	729	823	2.393	1.223	1.016	419	253	9.756
TOTAL	47.065	70.895	98.922	117.317	138.027	105.192	94.330	136.282	90.081	73.477	72.083	45.520	1.089.191

Resumo													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	47.065	70.895	98.922	117.317	138.027	105.192	94.330	136.282	90.081	73.477	72.083	44.910	1.089.191

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 1998													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	700	569	490	343	683	331	262	178	184	259	449	346	4.794
M. do Abade de Baçal	239	583	716	636	1.462	1.226	1.443	1.218	922	1.114	619	223	10.401
M. de Alberto Sampaio	615	1.124	1.233	1.276	2.444	1.113	1.199	1.675	1.126	978	761	771	14.315
M. de Arte Popular	1.157	828	1.800	1.051	1.179	953	1.210	1.946	1.334	840	1.263	656	14.217
M. de Aveiro	566	830	2.442	2.267	4.954	3.157	2.556	3.505	1.870	1.249	1.115	1.173	25.704
M. dos Biscainhos	566	1.206	1.720	847	3.114	1.290	882	1.139	429	666	477	411	12.747
M. de Ceifâmica	496	680	1.782	1.178	1.763	971	1.273	1.850	826	811	1.586	660	13.866
M. da Ciência e da Técnica	176	485	959	600	384	0	0	0	0	0	0	0	2.604
M. do Chiado	12.428	2.853	3.258	3.225	3.226	2.421	7.277	8.503	9.479	2.940	2.626	2.204	60.440
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	928	511	653	739	816	948	621	1.029	898	384	408	376	8.311
M. de Évora	1.126	1.507	2.703	2.293	3.381	1.921	3.010	4.328	2.841	2.457	1.789	1.116	28.472
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	0	0	0	0	1.555	35	703	978	993	1.036	436	334	6.070
M. de João Vasco	1.038	1.522	5.043	2.929	5.359	4.406	3.097	5.204	4.284	3.043	1.691	939	38.555
M. da Guarda	583	625	919	485	664	571	391	976	445	638	337	429	7.063
M. de José Malhoa	1.180	1.427	2.868	1.849	3.100	3.198	1.794	2.933	1.102	1.599	1.078	982	23.110
M. de Lamego	113	559	707	1.123	1.753	1.696	1.121	1.124	952	996	513	437	11.094
M. da Música	1.026	979	1.497	868	1.290	1.012	509	314	429	633	616	140	9.313
M. Monográfico de Conímbriga	4.878	8.079	23.496	15.002	22.182	19.010	15.433	20.661	12.038	8.246	5.398	4.439	158.862
M. Nac. de Arqueologia	3.813	3.529	4.009	3.526	2.710	3.197	6.084	8.995	7.039	5.941	5.259	5.561	59.653
M. Nac. de Arte Antiga	4.814	4.591	7.144	6.096	6.546	7.575	8.647	11.657	7.953	6.994	6.499	5.899	84.415
M. Nac. do Azulejo	3.336	4.654	6.284	7.851	8.727	7.674	8.296	12.784	11.203	7.560	4.352	3.633	86.354
M. Nac. dos Coches	10.441	11.826	18.982	24.805	38.282	36.755	37.768	47.145	54.777	31.507	13.782	2.083	328.153
M. Nac. de Etnologia	1.351	1.379	1.686	692	1.760	987	812	558	280	538	403	161	10.607
M. Nac. de Machado de Castro	1.587	2.158	5.292	4.278	3.412	2.544	4.208	4.712	2.987	2.141	1.125	911	35.355
M. Nac. de Soares dos Reis	1.052	839	1.799	1.006	1.148	1.304	989	1.393	1.530	2.220	1.462	946	15.688
M. Nac. do Teatro	291	1.322	1.818	1.511	1.105	810	593	483	433	1.324	919	1.324	11.983
M. Nac. do Traje	3.232	4.534	5.248	4.337	5.947	5.402	6.984	6.107	4.372	5.533	4.284	4.002	59.982
M. de Terras de Miranda	123	336	278	547	657	1.170	722	1.452	912	686	290	127	7.300
TOTAL	57.875	59.535	104.826	91.360	129.603	111.677	117.884	152.847	131.638	92.333	59.537	40.263	1.149.378

Resumo

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
57.875	59.535	104.826	91.360	129.603	111.677	117.884	152.847	131.638	92.333	59.537	40.263	1.149.378

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 1999													
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL	
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	786	711	586	368	469	309	194	238	332	313	266	141	4.713
M. do Abade de Baçal	222	570	1.209	1.031	1.692	1.117	824	1.806	1.081	583	403	182	10.720
M. de Alberto Sampaio	1.245	890	1.405	1.311	2.426	1.717	1.141	1.701	870	707	572	787	14.772
M. de Arte Popular	945	1.423	1.686	1.619	1.621	1.135	1.239	1.599	1.112	1.256	745	658	15.038
M. de Aveiro	521	791	1.474	1.866	2.855	2.696	2.452	3.432	2.078	1.982	1.088	1.273	22.458
M. dos Biscainhos	526	730	838	886	2.778	564	765	1.015	671	451	624	113	9.961
M. de Cerâmica	435	819	1.197	1.997	1.684	1.409	1.767	2.300	1.077	1.030	942	823	15.480
M. do Chiado	3.196	5.680	7.239	4.020	4.026	2.126	3.997	5.305	3.740	3.290	5.073	2.509	50.201
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	34	430	426	481	716	893	893	913	615	396	324	170	6.291
M. de Évora	831	1.804	3.025	3.293	3.334	3.012	2.597	4.685	3.072	2.968	1.523	1.983	32.127
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	477	631	630	949	1.517	1.036	691	1.084	902	557	497	615	9.586
M. Grão Vasco	1.197	2.264	4.179	3.896	4.910	4.292	4.039	6.572	4.877	2.421	1.850	1.857	42.354
M. da Guarda	446	560	931	410	553	1.156	897	1.384	366	278	908	730	8.619
M. de José Malhoa	1.019	1.284	2.057	1.572	1.751	1.990	1.425	2.302	907	907	510	492	16.216
M. de Lamego	756	1.453	1.276	1.290	1.600	3.515	1.565	1.842	2.235	1.606	1.818	706	19.662
M. da Música	947	0	2.150	1.229	2.180	996	552	421	216	620	774	397	10.482
M. Monográfico de Conímbriga	5.413	10.825	19.861	36.587	23.765	43.312	19.101	29.860	13.565	3.540	5.963	0	211.792
M. Nac. de Arqueologia	4.671	4.560	5.606	4.652	4.986	3.502	5.089	6.962	3.720	3.743	3.405	3.270	54.166
M. Nac. de Arte Antiga	6.023	5.424	7.203	6.810	8.087	5.326	6.407	9.184	6.524	7.662	6.615	5.245	80.510
M. Nac. do Azulejo	4.133	3.810	8.420	9.116	10.645	6.470	7.013	11.171	8.779	8.825	5.224	3.747	87.353
M. Nac. dos Coches	9.564	12.160	9.880	0	11.967	23.835	12.497	20.609	12.475	8.831	9.461	7.257	138.536
M. Nac. de Machado de Castro	1.423	1.970	3.531	3.240	2.646	0	0	0	0	0	0	395	13.205
M. Nac. de Soares dos Reis	1.105	744	0	0	0	0	196	1.776	0	198	2.075	929	7.023
M. Nac. do Teatro	1.042	1.521	1.724	1.780	2.176	1.257	1.115	862	1.056	1.251	1.584	1.738	17.106
M. Nac. do Traje	3.397	5.026	6.497	4.963	6.639	4.951	6.699	1.090	4.777	4.477	3.889	2.845	55.250
M. de Terras de Miranda	128	511	855	940	689	1.276	710	2.922	1.030	698	272	61	10.092
TOTAL	50.482	66.591	93.885	94.306	105.712	117.892	83.865	121.035	76.077	58.590	56.355	38.923	963.713

Resumo												
Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
50.482	66.591	93.885	94.306	105.712	117.892	83.865	121.035	76.077	58.590	56.355	38.923	963.713

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 2000													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	568	640	583	517	730	244	212	200	210	293	251	142	4.690
M. do Abade de Baçal	210	217	796	1.101	970	1.236	753	1.413	611	515	428	238	8.488
M. de Alberto Sampaio	650	1.678	3.593	1.609	2.420	2.211	2.767	2.060	1.017	1.176	1.861	728	21.770
M. de Arte Popular	902	848	1.061	980	772	1.091	959	1.207	701	884	651	784	10.840
M. de Aveiro	702	1.267	1.709	2.712	3.715	3.171	2.178	3.255	1.636	1.832	1.150	649	23.976
M. dos Biscaínhos	522	417	1.209	772	1.351	1.451	1.141	1.340	491	743	791	810	11.038
M. de Cerâmica	410	772	1.297	729	1.687	781	1.547	1.295	800	698	837	279	11.132
M. do Chiado	2.590	2.952	3.554	4.003	3.347	2.631	3.314	4.591	2.766	3.757	8.246	5.498	47.249
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	209	270	871	676	624	933	508	963	397	255	262	269	6.237
M. de Évora	1.663	1.812	4.506	4.508	3.917	2.925	3.430	5.998	4.067	4.175	3.016	1.499	41.516
Igreja das Mercês	156	148	233	272	248	246	255	222	210	128	131	477	2.726
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	148	645	1.143	1.482	2.082	1.346	882	1.011	711	1.444	1.326	576	12.796
M. Girão Vasco	861	2.473	2.840	2.403	2.512	3.628	3.273	4.929	2.954	2.530	1.397	906	30.706
C.-M. Almeida Moreira	11	263	27	63	101	35	10	42	11	103	132	6	804
M. da Guarda	616	634	1.065	687	923	808	608	1.280	595	746	441	584	8.987
M. de José Malhoa	1.619	1.842	2.722	1.880	2.751	2.562	2.163	1.970	1.413	1.193	1.677	708	22.500
M. de Lamego	187	309	1.350	1.379	2.079	2.819	1.078	1.460	1.310	1.331	605	240	14.147
M. Monográfico de Conímbriga	5.868	10.887	19.027	14.783	18.381	18.760	16.789	26.869	13.400	9.258	5.357	3.764	163.143
M. da Música	666	1.810	2.670	1.398	1.552	982	498	456	333	844	1.185	550	12.924
M. Nac. de Arqueologia	4.932	3.801	4.487	5.865	3.423	3.317	4.693	7.548	4.408	4.593	4.544	3.854	55.465
M. Nac. de Arte Antiga	4.911	5.620	8.232	9.404	7.474	6.031	7.047	10.448	6.944	7.604	6.432	6.150	86.297
M. Nac. do Azulejo	4.068	4.741	8.025	12.040	10.765	7.193	7.819	11.686	9.472	8.729	6.212	4.585	95.335
M. Nac. dos Coches	2.702	0	0	0	6.413	18.471	20.116	28.154	24.902	23.217	14.428	13.236	151.639
Núcleo de Vila Viçosa	567	1.634	1.968	1.530	1.655	1.834	935	1.586	834	706	745	549	14.643
M. Nac. de Etimologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.973	1.973
M. Nac. de Machado de Castro	827	1.260	2.340	2.434	2.645	1.810	2.958	3.596	1.825	1.635	1.656	1.066	24.052
M. Nac. de Soares dos Reis	2.449	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.449
M. Nac. do Teatro	1.589	1.229	2.472	1.677	1.567	1.198	1.307	1.087	1.072	1.104	1.300	1.049	16.651
M. Nac. do Traje	3.405	4.037	5.091	3.586	6.064	4.493	5.981	4.970	4.045	4.525	7.517	5.142	58.856
M. de Terras de Miranda	136	449	1.094	999	949	1.039	1.313	2.231	862	650	338	365	10.425
TOTAL	44.144	62.655	83.965	79.489	91.117	93.226	94.534	131.867	87.997	84.868	72.916	56.676	973.254

Resumo													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	44.144	62.655	83.965	79.489	91.117	93.226	94.534	131.867	87.997	84.868	72.916	56.676	973.254

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 2001													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	253	1.627	1.822	1.094	1.167	644	580	464	447	374	348	521	9.341
M. do Abade de Baçal	233	318	586	666	1.247	1.318	837	1.131	595	641	600	305	8.477
M. de Alberto Sampaio	846	945	1.957	1.681	1.771	4.167	5.169	4.779	2.661	1.136	1.271	2.080	28.463
M. de Arte Popular	664	721	639	251	422	570	677	867	806	522	439	275	6.863
M. de Aveiro	290	629	1.847	1.970	3.542	3.481	3.541	4.530	2.296	1.763	1.634	761	26.284
M. dos Biscainhos	711	610	1.485	945	2.648	2.776	1.166	1.134	625	1.545	973	931	15.549
M. de Cerâmica	376	303	1.275	1.505	1.594	1.432	1.664	2.835	2.396	1.151	1.048	622	16.201
M. do Chiado	5.804	2.996	3.989	2.534	3.389	4.456	4.399	4.832	3.851	1.664	2.300	1.369	41.583
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	250	253	765	884	1.564	1.467	1.136	1.872	984	429	492	554	10.650
M. de Évora	1.810	1.980	4.057	3.750	4.415	4.297	3.281	5.106	3.370	2.896	2.459	1.550	38.961
Igreja das Mercês	85	0	20	94	118	131	0	0	0	0	0	0	448
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	586	1.475	1.959	1.677	2.457	1.301	706	1.010	653	582	756	439	13.601
M. Grão Vasco	0	0	0	0	0	131	3.068	4.806	2.492	1.561	2.212	863	15.133
C.-M. Almeida Moreira	274	154	123	102	0	0	394	272	287	196	460	70	2.332
M. da Guarda	197	267	243	329	610	375	508	847	524	674	768	297	5.639
M. de José Malhoa	949	1.875	2.659	1.975	3.061	2.506	2.047	2.629	1.466	1.129	1.664	944	22.904
M. de Lamego	184	236	1.096	174	1.605	2.655	905	1.356	1.794	1.503	7.250	1.424	20.181
M. Monográfico de Conimbriga	3.435	7.641	13.984	14.151	15.580	17.544	16.350	24.719	10.712	7.215	5.417	3.359	140.107
M. da Música	785	1.486	2.385	877	1.842	783	404	367	207	563	491	278	10.467
M. Nac. de Arqueologia	4.880	4.816	5.237	4.190	5.056	2.987	4.600	5.986	3.590	2.905	858	2.785	47.800
M. Nac. de Arte Antiga	5.795	6.102	8.626	7.049	9.711	5.474	8.113	11.869	7.993	9.729	6.966	5.563	92.990
M. Nac. do Azulejo	3.415	4.733	7.986	7.753	10.270	6.541	7.128	10.054	7.644	6.332	4.858	3.164	79.888
M. Nac. dos Coches	9.278	11.433	18.781	23.154	31.826	21.911	21.009	28.300	25.216	19.377	10.896	7.191	228.372
Núcleo de Vila Viçosa	738	853	1.665	1.309	2.086	1.971	759	1.268	1.007	894	1.116	1.030	14.696
M. Nac. de Etnologia	2.164	2.560	2.415	1.950	2.845	958	658	351	566	967	1.494	674	17.602
M. Nac. de Machado de Castro	1.011	1.202	2.325	1.866	3.518	1.802	2.884	2.824	1.478	1.270	1.037	833	22.050
M. Nac. de Soares dos Reis	0	0	0	0	0	0	1.969	7.538	4.957	4.663	3.362	2.920	25.409
M. Nac. do Teatro	1.571	2.230	2.477	511	2.398	1.123	1.994	1.367	787	1.226	1.138	847	17.669
M. Nac. do Traje	3.980	4.732	5.753	3.172	8.223	3.647	4.740	3.276	4.094	3.258	1.739	2.028	48.642
M. de Terras de Miranda	110	347	526	474	1.171	1.921	1.213	2.069	1.064	1.147	512	217	10.771
TOTAL	50.674	62.522	96.702	86.087	124.136	98.339	101.899	138.458	94.502	77.312	64.558	43.894	1.039.073

Resumo													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	50.674	62.522	96.702	86.087	124.136	98.339	101.899	138.458	94.502	77.312	64.558	43.894	1.039.073

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 2002													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	360	542	359	442	937	456	1.230	594	817	834	1.017	779	8.427
M. do Abade de Baçal	150	502	569	934	943	977	1.331	1.581	1.120	807	578	553	10.045
M. de Alberto Sampaio	1.106	1.975	3.236	2.931	3.869	3.777	5.542	5.350	3.764	1.669	2.018	1.420	36.174
M. de Arte Popular	235	309	411	362	628	441	704	676	640	655	352	267	5.680
M. de Aveiro	899	1.141	1.777	3.125	4.182	4.711	3.841	6.258	2.964	1.952	1.619	1.257	33.726
M. dos Biscainhos	712	697	1.579	1.180	2.671	1.905	1.159	1.456	837	551	783	1.294	14.824
M. de Cerâmica	371	721	1.132	894	1.893	2.038	2.068	4.125	1.769	807	1.002	447	17.267
M. do Chiado	1.926	1.344	3.805	3.979	3.527	1.631	2.813	4.422	2.934	2.279	2.297	1.820	32.777
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	532	429	962	1.015	2.079	1.988	2.184	3.508	2.956	797	969	864	18.283
M. de Évora	1.019	2.560	4.251	3.385	3.656	3.155	3.139	4.664	3.481	2.973	2.153	1.111	35.537
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	397	608	1.319	930	1.637	1.392	772	1.380	897	1.111	543	512	11.498
M. de Grão Vasco	792	1.509	2.277	2.454	2.224	2.690	3.266	1.199	2.340	1.434	1.202	635	22.042
C.-M. Almeida Moreira	18	623	483	402	86	346	239	205	270	216	448	111	3.447
M. da Guarda	138	213	470	749	973	609	527	883	336	304	245	111	5.558
M. de José Malhoa	791	1.385	2.170	1.976	2.808	2.718	1.950	3.370	2.567	1.379	1.212	1.003	23.329
M. de Lamego	178	658	1.925	1.095	2.725	2.679	1.263	1.401	1.566	1.640	683	1.850	17.662
M. Monográfico de Conimbriga	2.952	8.753	12.716	14.449	18.267	15.507	12.672	24.276	10.407	7.533	4.428	3.197	135.157
M. da Música	460	517	840	1.168	1.231	1.201	737	334	145	519	548	288	7.988
M. Nac. de Arqueologia	2.604	3.349	5.659	4.301	4.658	3.855	12.068	9.812	8.075	6.827	6.025	5.161	72.404
M. Nac. de Arte Antiga	3.251	4.891	6.523	7.299	8.568	5.140	5.446	9.450	6.242	6.474	5.072	4.369	72.725
M. Nac. do Azulejo	2.994	3.839	5.898	7.449	9.023	5.822	6.125	10.676	8.383	7.468	5.440	2.568	75.685
M. Nac. dos Coches	5.453	8.842	16.660	21.713	31.898	21.959	19.724	30.121	28.682	21.099	12.020	8.294	226.465
Núcleo de Vila Viçosa	754	1.010	1.217	1.899	2.186	1.492	767	1.487	804	952	1.175	272	14.005
M. Nac. de Etnologia	483	803	1.389	1.750	1.724	631	0	0	249	629	761	421	8.840
M. Nac. de Machado de Castro	288	984	2.226	3.203	2.948	1.865	3.235	3.716	1.954	1.170	870	695	23.154
M. Nac. de Soares dos Reis	2.494	3.803	3.244	2.969	3.311	2.743	1.813	2.181	1.607	1.307	1.473	754	27.689
M. Nac. do Teatro	1.414	1.488	2.610	1.939	2.702	1.534	1.934	1.414	1.160	758	1.503	1.250	19.706
M. Nac. do Traje	2.623	4.390	3.957	4.432	6.722	3.941	6.081	3.273	3.056	2.269	2.318	1.551	44.613
M. de Terras de Miranda	132	491	600	1.078	1.102	1.529	1.339	1.620	866	742	376	143	10.018
TOTAL	35.526	58.366	90.264	99.482	129.178	98.259	104.049	139.432	100.887	77.165	59.130	42.987	1.034.725
Resumo													
Janeiro	35.526	58.366	90.264	99.482	129.178	98.259	104.049	139.432	100.887	77.165	59.130	42.987	1.034.725
Fevereiro													
Março													
Abril													
Maior													
Junho													
Julho													
Agosto													
Setembro													
Outubro													
Novembro													
Dezembro													
TOTAL													

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 2003													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	527	429	572	547	826	365	540	230	309	365	899	546	6.155
M. do Abade de Baçal	198	239	627	542	942	514	899	1.050	478	472	649	1.235	7.845
M. de Alberto Sampaio	1.365	1.960	3.128	2.868	3.499	3.812	4.908	4.685	2.543	1.784	1.695	1.284	33.531
M. de Arte Popular	398	422	520	371	0	0	0	0	0	0	0	0	1.711
M. de Aveiro	773	1.188	1.825	1.860	2.783	4.038	3.275	4.194	2.373	1.577	1.094	648	25.628
M. dos Biscainhos	337	1.911	1.691	1.197	1.980	1.433	1.182	1.392	1.082	1.108	976	1.325	15.614
M. de Cerâmica	795	687	989	1.651	2.312	1.804	1.363	2.123	1.439	916	798	892	15.769
M. do Chiado	1.948	2.049	2.703	2.868	2.363	2.858	3.496	4.368	2.879	2.316	1.854	1.132	30.834
M. de Évora	1.171	2.184	3.123	3.401	2.739	0	0	0	0	0	0	0	12.618
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	778	1.030	1.343	2.436	2.669	8.054	3.172	3.176	2.956	1.677	1.537	976	29.804
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	508	546	980	1.365	1.890	1.243	761	861	603	946	855	474	11.032
M. Grão Vasco	739	767	1.368	1.951	2.144	1.642	2.059	2.588	2.286	1.167	828	1.112	18.651
C.-M. Almeida Moreira	68	166	364	395	526	106	106	214	236	50	0	0	2.288
M. da Guarda	470	239	325	351	442	747	367	611	320	435	791	501	5.599
M. de José Malhoa	620	1.228	1.602	2.664	3.388	2.830	1.678	1.990	1.173	1.424	1.037	693	20.327
M. de Lamego	420	679	1.044	1.448	1.627	1.931	1.523	1.274	1.739	1.871	1.216	830	15.602
M. Monográfico de Coimbra	3.156	4.728	10.686	13.391	16.575	17.138	13.341	18.225	9.286	6.225	4.461	3.460	120.672
M. da Música	811	973	239	1.422	1.794	902	471	251	142	1.538	667	409	9.619
M. Nac. de Arqueologia	4.585	4.938	5.982	9.444	6.892	5.140	6.739	9.057	4.676	6.375	5.822	5.479	75.129
M. Nac. de Arte Antiga	4.914	4.725	6.124	5.661	7.826	4.209	6.721	8.742	6.012	6.765	5.229	5.045	71.973
M. Nac. do Azulejo	3.038	3.823	5.764	7.916	9.850	6.842	7.134	10.452	8.421	7.533	5.086	3.777	79.635
M. Nac. dos Coches	6.438	8.855	14.749	20.937	26.393	19.887	18.660	27.367	24.203	19.776	10.459	8.705	206.429
Núcleo de Vila Viçosa	491	1.065	1.325	1.193	1.962	1.621	816	1.040	720	744	1.042	461	12.480
M. Nac. de Etnologia	752	1.049	888	547	870	460	774	668	507	933	659	488	8.595
M. Nac. de Machado de Castro	531	843	1.311	1.809	1.919	1.824	1.131	3.224	1.484	1.352	1.165	815	17.408
M. Nac. de Soares dos Reis	1.701	2.977	3.707	2.365	3.146	1.420	1.341	1.852	1.157	1.476	2.026	1.332	24.500
M. Nac. do Teatro	1.758	3.186	3.874	1.921	4.762	3.168	2.937	1.554	1.182	1.063	2.057	1.615	29.077
M. Nac. do Traje	2.590	4.619	5.149	3.578	4.831	4.368	4.196	2.269	2.591	3.000	2.928	2.231	42.350
M. de Terras de Miranda	1.170	212	817	1.119	1.155	1.440	787	1.672	1.121	340	220	313	10.366
TOTAL	43.050	57.717	82.819	97.218	118.105	99.853	90.377	115.129	81.918	73.228	56.049	45.778	961.241

Resumo													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	43.050	57.717	82.819	97.218	118.105	99.853	90.377	115.129	81.918	73.228	56.049	45.778	961.241

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 2004													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	790	970	723	642	1.140	521	1.577	292	288	862	469	375	8.649
M. do Abade de Baçal	702	336	635	526	1.398	1.021	1.332	1.132	680	500	144	205	8.611
M. de Alberto Sampaio	2.074	1.803	2.124	3.547	3.959	3.786	4.217	3.976	3.871	1.648	1.974	2.466	35.445
M. de Aveiro	633	1.015	2.186	1.966	3.482	3.199	1.935	3.324	2.118	1.869	926	1.209	23.862
M. dos Biscainhos	569	1.904	1.680	1.166	2.034	2.527	1.222	1.412	917	616	997	2.784	17.828
M. de Cerâmica	753	1.086	1.730	1.157	1.855	1.658	1.764	1.604	1.132	1.101	1.238	702	15.780
M. do Chiado	1.325	3.248	3.228	2.116	5.962	2.821	2.522	4.472	3.329	1.032	1.841	1.546	33.442
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	838	1.058	1.102	1.419	2.047	2.571	3.184	4.977	5.252	1.472	4.101	1.009	29.030
M. de Évora	0	0	0	0	0	0	0	692	1.110	988	664	563	4.017
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	395	574	756	980	934	1.290	1.014	1.054	1.127	977	911	418	10.430
M. Grão Vasco	850	1.015	1.050	0	7.468	4.674	3.410	5.709	4.819	3.682	1.938	1.610	36.225
M. da Guarda	343	263	578	657	871	542	460	863	439	915	312	159	6.402
M. de José Malhoa	865	1.255	2.731	2.181	2.515	2.361	1.934	1.746	1.364	1.849	1.551	856	21.208
M. de Lamego	850	923	989	1.527	2.363	1.377	1.066	1.103	1.763	1.382	586	715	14.644
M. Monográfico de Conímbriga	3.977	5.697	11.846	11.247	16.169	11.356	10.335	18.512	9.853	5.762	2.260	3.236	110.250
M. da Música	749	982	1.546	2.069	1.546	683	493	367	223	407	773	514	10.352
M. Nac. de Arqueologia	5.059	7.298	6.326	5.492	5.877	3.651	5.575	11.618	5.780	5.784	3.447	4.359	70.266
M. Nac. de Arte Antiga	4.689	7.145	7.366	7.064	8.107	4.191	6.270	8.453	6.678	6.889	4.608	4.236	75.696
M. Nac. do Azulejo	3.462	4.694	5.524	7.706	8.799	3.207	5.028	7.733	7.474	8.238	4.322	4.384	70.871
M. Nac. dos Coches	6.710	10.745	14.332	16.808	28.041	10.687	16.297	24.176	23.566	19.222	9.841	10.149	190.564
Núcleo de Vila Viçosa	418	853	1.458	1.280	2.374	1.850	710	1.326	1.167	739	695	671	13.541
M. Nac. de Etnologia	843	1.270	1.616	800	1.057	266	694	591	497	1.068	1.297	1.265	11.264
M. Nac. de Soares dos Reis	1.524	1.763	3.116	1.959	2.724	1.658	1.659	1.874	1.637	1.852	1.908	1.305	22.979
M. Nac. do Teatro	1.834	2.520	3.522	2.296	3.254	3.492	2.028	1.535	1.560	1.197	2.441	1.385	27.064
M. Nac. do Traje	3.249	4.048	4.210	3.675	4.346	3.399	5.137	2.193	2.535	2.926	3.570	2.167	41.455
M. de Terras de Miranda	103	249	347	736	1.024	1.115	1.012	1.424	1.018	988	432	185	8.633
TOTAL	43.604	62.714	80.721	79.016	119.346	73.903	80.875	112.158	90.187	73.965	53.246	48.473	918.208

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 2005													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	345	567	841	361	795	467	682	580	696	1.045	959	263	7.601
M. do Abade de Baçal	163	393	543	651	938	742	1.221	878	463	405	199	264	6.850
M. de Alberto Sampaio	1.527	1.949	2.444	3.082	3.620	3.956	4.047	3.705	4.849	1.964	1.492	1.368	34.003
M. de Aveiro	991	851	2.174	1.787	2.849	2.814	2.875	3.225	2.876	1.649	1.372	865	24.328
M. dos Biscainhos	429	2.752	1.921	1.792	1.935	2.034	1.602	1.151	931	544	1.406	850	17.347
M. de Cerâmica	608	1.310	1.130	1.635	2.071	2.230	2.667	2.519	1.925	1.920	1.329	898	20.242
M. do Chiado	1.710	1.273	2.339	2.774	2.766	2.261	2.898	3.176	2.578	3.412	2.723	2.542	30.452
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	1.045	1.309	1.474	1.348	2.047	2.065	4.383	4.634	2.963	760	2.287	857	25.162
M. de Evora	363	460	847	804	699	485	552	775	645	529	373	436	6.968
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	367	481	1.207	793	1.285	1.241	917	1.293	990	982	510	524	10.580
M. Grão Vasco	1.492	3.128	3.121	3.638	3.933	3.320	2.962	3.804	3.447	2.247	2.033	1.485	33.610
M. da Guarda	184	165	439	396	691	408	376	656	276	240	307	371	4.509
M. de José Malhoa	991	1.089	1.212	1.884	3.356	3.249	2.646	2.572	3.296	3.782	1.279	808	26.164
M. de Lamego	287	797	2.437	1.085	2.298	1.827	2.348	1.257	1.969	3.055	797	545	18.702
M. Monográfico de Combriga	3.032	6.122	9.865	10.420	10.880	13.268	10.194	15.069	7.337	5.241	2.818	2.922	97.168
M. da Música	480	472	844	1.095	1.092	781	614	340	303	783	449	395	7.648
M. Nac. de Arqueologia	3.858	4.620	6.954	4.240	6.888	3.806	5.123	7.028	4.167	4.939	6.070	4.263	61.756
M. Nac. de Arte Antiga	4.358	5.103	7.718	10.087	22.038	7.297	9.719	9.112	7.930	7.755	7.382	6.111	104.610
M. Nac. do Azulejo	3.439	3.692	5.898	7.094	9.265	5.914	5.629	7.921	7.368	6.888	3.699	3.670	70.477
M. Nac. dos Coches	7.203	10.030	16.851	17.448	26.325	22.200	17.995	23.786	21.904	17.717	12.282	10.326	204.067
Núcleo de Vila Viçosa	743	1.466	1.517	1.704	2.110	1.665	642	926	946	763	830	410	13.722
M. Nac. de Etnologia	1.508	1.385	1.141	848	1.643	406	642	525	476	627	932	328	10.461
M. Nac. de Soares dos Reis	2.033	1.769	1.714	1.885	2.248	1.394	1.257	1.586	1.308	1.317	1.241	989	18.741
M. Nac. do Teatro	2.350	2.121	2.247	2.640	2.392	1.928	2.424	1.846	1.504	1.730	2.237	1.524	24.943
M. Nac. do Traje	2.535	2.755	2.691	3.740	4.039	3.370	4.732	2.479	1.923	3.578	3.498	2.433	37.773
M. de Terras de Miranda	137	259	1.179	888	849	1.423	965	1.571	746	801	447	240	9.605
TOTAL	42.178	56.318	80.748	84.119	118.852	89.551	90.112	102.404	83.796	74.673	58.951	45.687	927.389

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>

Evolução Mensal 2006													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
C.-M. Dr. Anastácio Gonçalves	547	683	655	359	552	11	97	423	301				4.228
M. do Abade de Baçal	79			0	0	0	0	0	0	0			79
M. de Alberto Sampaio	1.012	1.504	2.870	2.782	5.205	3.468	.076	3.518	.688				29.123
M. de Aveiro	664	675	1.325	1.561	6.387	3.699	.529	.402	2.812				24.064
M. dos Biscainhos	1.159	3.419	1.214	1.891	5.129	1.937	1.340	1.354	1.016				18.459
M. de Cerâmica	540	808	1.919	1.447	6.991	.626	1.800	2.955	1.227				20.313
M. do Chiado	6.320	9.396	8.684	3.537	3.693	.178	.144	2.685	2.141				40.778
M. Et. e Arq. Dr. Joaquim Manso	1.148	1.815	2.842	6.278	4.731	.127	.726	3.615	2.162				31.444
M. de Évora	232	389	545	662	579	771	27	1.585	940				6.630
M. de Francisco Tavares Pr. Jr.	701	516	2.701	2.562	3.188	.288	1.352	1.040	803				15.151
M. de Grão Vasco	1.171	2.200	3.363	3.659	7.852	.128	3.839	6.303	5.230				37.745
M. da Guarda	298	365	409	969	2.066	756	44	1.099	566				7.372
M. de José Malhoa	650	960	851	1.418	2.135	711	683	619	286				8.313
M. de Lamego	807	1.676	899	1.404	2.067	1.628	1.867	1.529	2.085				13.962
M. Monográfico de Conimbriga	3.048	4.552	8.775	9.522	12.136	10.986	.921	14.437	8.836				81.213
M. da Música	1.091	1.054	1.528	938	1.956	93	71	645	352				9.428
M. Nac. de Arqueologia	5.079	6.147	8.003	7.972	13.816	6.476	.548	11.816	8.320				76.177
M. Nac. de Arte Antiga	5.228	6.959	10.913	12.292	25.716	19.663	20.136	27.204	25.272				153.383
M. Nac. do Azulejo	3.125	3.976	5.654	7.831	9.816	6.323	5.727	8.008	7.712				58.172
M. Nac. dos Coches	8.164	11.403	16.440	2.007	26.422	19.269	17.238	25.751	25.916				172.610
Núcleo de Vila Viçosa	248	1.073	1.331	1.337	1.753	1.169	34	1.632	1.124				10.601
M. Nac. de Etnologia	990	1.437	1.426	935	2.091	602	1.050	695	599				9.825
M. Nac. de Soares dos Reis	1.368	2.034	2.458	1.869	2.621	1.758	1.225	1.537	1.067				15.937
M. Nac. do Teatro	2.699	4.244	4.873	3.808	6.805	3.943	.017	.047	3.456				37.892
M. Nac. do Traje	2.867	3.671	5.289	4.188	5.746	3.606	5.370	2.194	3.950				36.901
M. Reg. Arq. D. Diogo de Sousa	856	1.187	884	1.222	1.003	500	33	0	6				6.571
M. de Terras de Miranda	74	197	756	1.132	1.778	93	1.135	1.292	1.187				8.544
TOTAL	50.185	72.340	96.607	103.582	162.234	105.009	102.429	130.385	112.134	0	0	0	934.905

Evolução Mensal 2006
TOTAL

Janeiro 50.185 Fevereiro 72.340 Março 96.607 Abril 103.582 Maio 162.234 Junho 105.009 Julho 102.429 Agosto 130.385 Setembro 112.134 Outubro 0 Novembro 0 Dezembro 0 **TOTAL 934.905**

Fonte: <http://www.ipmuseus.pt/>